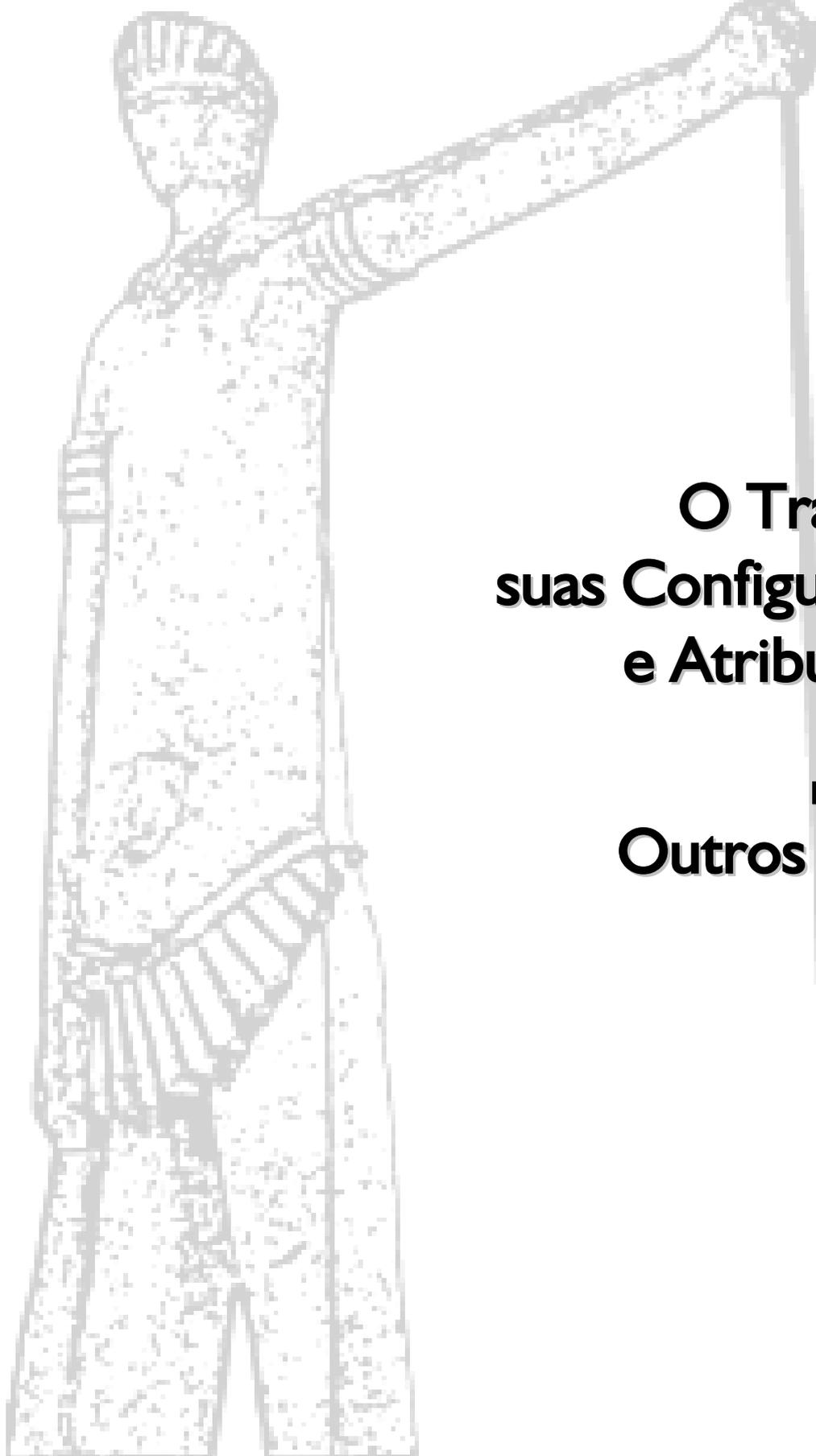


# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 17  
Número 01  
Janeiro/Junho, 2011



Dossiê:

## **O Trabalho, suas Configurações e Atribuições**

Leia Também:

## **Outros Temas**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CAMPINA GRANDE



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

Volume 17, Número 01, janeiro/junho, 2011

**CENTRO DE HUMANIDADES**

ARIÚS – Revista de Ciências Humanas e Artes  
Centro de Humanidades – UFCG  
Rua Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
CAMPINA GRANDE

A Ariús é uma publicação semestral do Centro de Humanidades da UFCG. Publica trabalhos inéditos nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Artes.

#### EDITOR

Roberto Mendoza (UFCG).

#### EDITOR DA VERSÃO ON-LINE

Antônio Gomes da Silva (UFCG).

#### CONSELHO EDITORIAL (UFCG)

André Augusto Diniz Lira • Antônio Gomes da Silva • Carmen Verônica de Almeida Ribeiro • Fabíola Cordeiro de Vasconcelos • Fernando José Torres Barbosa • Garibaldi Dantas de Oliveira • Gervácio Batista Aranha • José Benjamim Montenegro • José Irivaldo Alves Oliveira Silva • Magnólia Gibson Cabral da Silva • Mércia Rejane Rangel Batista • Paulo Matias de Figueiredo Júnior • Renato Kilpp • Roberto Mendoza • Severina Sueli da Silva Oliveira • Sinara de Oliveira Branco.

#### COMISSÃO CIENTÍFICA

Afrânio-Raul Garcia Júnior (EHESS-CRDC) • Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI) • Antônio Paulo Rezende (UFPE) • Antônio Torres Montenegro (UFPE) • Bernardete Wrublevski Aued (UFSC) • Denise Lino de Araújo (UFCG) • Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFRN) • Eliane Moura da Silva (UNICAMP) • Eli-Eri Luiz de Moura (UFPB) • Gesinaldo Ataíde Cândido (UFCG) • José Roberto Pereira Novaes (UFRJ) • Lemuel Dourado Guerra (UFCG) • Lia Matos Brito de Albuquerque (UECE) • Luiz Francisco Dias (UFMG) • Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi (UFRN) • Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UNICAMP/UFPE) • Maria Stella Martins Bresciani (UNICAMP) • Reinaldo Antonio Carcanholo (UFES) • Suerde Miranda de Oliveira Brito (UEPB).

#### Revisores

Língua Portuguesa: Fabiana Ramos de Lima, Nadege da Silva Dantas • Língua Inglesa: Garibaldi Dantas de Oliveira, Sinara de Oliveira Branco • Língua Francesa: Carmen Verônica da Almeida Ribeiro.

#### Normalização Técnica

Severina Sueli da Silva Oliveira CRB-15/225.

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFCG

A718

ARIÚS: revista de ciências humanas e artes. – v. 1, n. 1, (out./dez. 1979) – v. 17, n. 1 (jan./jun. 2011). – Campina Grande: EDUFCG, 2010. 141 p.: il.

Anual: 1979. Suspensa: 1980-1989.

Anual (com alguma irregularidade): 1990-2006.

Semestral: 2007-Editor: Universidade Federal da Paraíba de 1979 a 2001; Universidade Federal de Campina Grande 2002-.

**ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online**

1- Ciências Humanas 2- Ciências Sociais 3- Lingüística 4- Artes 5- Periódico I- Título.

#### REITOR

Thompson Fernandes Mariz

#### VICE-REITOR

José Edilson de Amorim

#### CENTRO DE HUMANIDADES

#### Diretora

Rosilene Dias Montenegro

#### Vice-diretor

Luciênio de Macêdo Teixeira

#### Disponível em:

[www.ch.ufcg.edu.br/arius](http://www.ch.ufcg.edu.br/arius)

e-mail: [arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:arius@ch.ufcg.edu.br)

e-mail: [editor\\_arius@ch.ufcg.edu.br](mailto:editor_arius@ch.ufcg.edu.br)

#### ARIÚS

Revista de Ciências Humanas e Artes  
CENTRO DE HUMANIDADES –  
UFCG

Rua Aprígio Veloso, 882  
Bairro Universitário  
58.429-900 – Campina Grande – PB

#### Editoração Eletrônica

Antonio Gomes da Silva

CDU 3(05)



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Sumário

<b>EDITORIAL</b>	4
<b>AUTOR CONVIDADO</b>	
<b>Trabalho, Saúde e Vida. Ivan Targino (UFPB)</b>	6
<b>DOSSIÊ: O TRABALHO, SUAS CONFIGURAÇÕES E ATRIBUIÇÕES</b>	
<b><i>Imigração laboral intrarregional: ilegalidade e trabalho precário nos complexos têxteis-vestuários metropolitanos. Intra-regional labor immigration: illegalities and precarious work in metropolitan textile-garment factories. Beatriz Isola Coutinho e Leila de Menezes Stein (UEP)</i></b>	11
<b><i>Gênero e flexibilização do trabalho: uma análise do setor de TI. Gender and labour flexibilization: an analysis of the it sector. Bárbara Castro (UNICAM)</i></b>	28
<b><i>Divisão sexual do trabalho: uma análise comparativa entre as teorias sociológicas e econômicas. Sexual division of labor: a comparative analysis of the economic and sociological theories. Erika Osakabe Asbahr (UNICAMP)</i></b>	46
<b><i>Articulações entre a Flaskô e a vila operária e popular: interfaces entre trabalho e moradia. Articulations between the Flaskô and the popular and worker's village: interfaces between work and housing. Caroline Cristiane de Sousa e Marcia Hespagnol Bernardo (UCC)</i></b>	66
<b><i>Gênero e invisibilidade: o trabalho das mulheres agricultoras em Barro Alto, Coari-AM. Gender and invisibility: women's agricultural labour in Barro Alto, Coari-AM. Solange Pereira do Nascimento e Iraíldes Caldas Torres (UFA)</i></b>	87
<b>OUTROS TEMAS</b>	
<b><i>Perspectivas sobre el trabajo en la crisis del capitalismo. Diálogo entre José Manuel Naredo y Jorge Riechmann</i></b>	102
<b>LITERÁRIAS/ POESIA</b>	
<b><i>Se não trabalho me matam... Nicolás Guillén</i></b>	119
<b>RESENHAS</b>	
<b><i>Empleo, trabajo y desigualdades en salud: una visión global. Resenha de S. L. Arnal (Rebelión)</i></b>	120
<b>NOTÍCIAS</b>	
<b><i>Nem domésticas nem familiares, sempre trabalhadoras. Neither maids neither family, always workers. Informe OIT</i></b>	124
<b>RESUMOS DOS TRABALHOS</b>	128
<b>REFERÊNCIAS LITERÁRIAS</b>	136



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## Editorial

---

Com um olhar multidisciplinar a **Revista Ariús** aborda neste número um tema da maior relevância: o trabalho nosso de cada dia. Apresentamos neste número 2 do volume 17, 2011, da **Revista Ariús**, um *Dossiê* que tem como temática central “*O trabalho, suas configurações e atribuições*”. Nele participa como *Autor convidado* o Professor Doutor Ivan Targino Moreira, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), destacado docente e pesquisador na área do trabalho e Diretor da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET).

Ele discorre sobre as relações entre *Trabalho, Saúde e Vida* e apresenta as relações implícitas entre os restantes artigos do dossiê. O trabalho é uma fonte de vida e morte, de satisfação e de doença, mas o trabalho não é uma relação entre um indivíduo e um objeto ou instrumento. O trabalho, na sociedade contemporânea, é uma relação entre atores sociais que se apropriam do produzido, dos meios de produção e inclusive de seu próprio corpo e subjetividade, de uma maneira desigual e assimétrica. Disso trata este dossiê.

Em *Outros Temas*, apresentamos em primeiro lugar, um trabalho sobre o conhecimento de seus direitos, que possuem os adolescentes em situação de rua, isto é, o trabalho precário ou inclusive o desemprego causa a dissolução da vida familiar o que leva a que um número significativo de jovens viva na rua e que ignorem os direitos que os protegem ou deveriam proteger do desamparo. Em segundo lugar apresentamos um debate sobre as Perspectivas do trabalho e a crise do atual sistema de produção, onde se discute formas alternativas de definir o conceito de trabalho, os tempos do trabalho, etc. Nele, dialogam, desde pontos de vista diversos, os reconhecidos pesquisadores internacionais Jorge Riechmann e José Manuel Naredo ambos de Espanha. Agradecemos a Santiago Álvarez Cantalapiedra,

Director del *CIP-Ecosocial* e de *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, que autorizou, gentilmente, a publicação desse diálogo no atual volume da revista.

Na *Secção Literária*, reproduzimos um belo poema de um dos maiores poetas de América Latina: Nicolas Guillen. Pai da poesia negra de Cuba e latino-americana: *Se não trabalho me matam, e me matam se trabalho...*

Em *Resenhas*, Lopez Arnal faz uma apresentação do livro "*Empleo, trabajo y desigualdades en salud: una visión global*", uma obra de grande importância nesta área de estudo, recentemente publicada em Espanha.

Finalmente, em *Notícias*, publicamos uma resolução da OIT, Informe relativo aos direitos das trabalhadoras a domicílio: *Nem domesticas nem familiares, trabajadoras*.

Por último, informamos a nossos leitores que a partir deste número da **Revista Ariús**, estamos aderido ao tipo de *Licence CC Creative Commons* (Atribuição não comercial – vedada a criação de obras derivadas 3.0 United States (CC BY – NC – ND 3.0), que é um tipo de *Direitos de Autor Copy Left*, típico das revistas eletrônicas acadêmicas. Por outra parte, estamos implantando a revista no *Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas SEER/OJS*. A partir do 2012, a **Revista** passará à modalidade exclusivamente eletrônica. Com algumas novidades, como contador de consultas, links e conexão as redes sociais mais importantes.

Para terminar, recomendamos aos colegas que pretendam publicar na **Revista Ariús**, consultar as normas de publicação, dado que tem sido ligeiramente reformuladas no sentido de motivar e sugerir, que os autores citem em seus trabalhos também outros autores de revistas latino-americanas, tal como aconselhado pelos *experts* em edição científica dos países ibero-americanos. Terão prioridade aqueles trabalhos de pesquisadores, professores/alunos, ligados aos cursos de doutorado e mestrado e que apresentem seus trabalhos em co-autoria.

*Roberto Mendoza*

**Editor Geral**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

---

## AUTOR CONVIDADO

### TRABALHO, SAÚDE E VIDA

---

*Ivan Targino\**

A discussão sobre a relação entre trabalho, saúde e vida tem acompanhado toda a história da humanidade. O castigo bíblico de que “comerás o pão com o suor do teu rosto”, revelou-se uma situação bem mais apazível do que o castigo imposto ao trabalhador ao longo da história da luta de dominação do homem pelo homem. A maldição bíblica assumiu a forma: “com o suor do teu rosto reforçarás as cadeias da tua dominação para garantir o desfrute do teu senhor”. Nessa percepção, o trabalho deixou de ser garantia de vida (ganhar o pão), para tornar-se mecanismo de dominação e de exploração.

O surgimento do capitalismo representou, contraditoriamente, um abrandamento e um aprofundamento da exploração do trabalho. Abrandamento, por transformar o trabalhador em sujeito juridicamente livre. Aprofundamento, por ter destituído o trabalhador dos meios de produção.

Desse modo, sob o capitalismo, o acesso do trabalhador aos meios de subsistência, agora transformados em mercadorias, passa pela relação de assalariamento. Vale dizer, pela venda da sua força-de-trabalho ao capital. As condições do contrato condicionam o consumo e a reposição da sua força-de-trabalho. Pelo contrato de venda, o trabalhador, após longo processo de luta, pode negociar a duração da jornada de trabalho, mas não a intensidade de utilização de sua força-de-trabalho. Assim, o consumo da única mercadoria de que é possuidor está submetido ao processo de extração da mais valia. Assim, o

---

\* Doutor em economia pela Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), SORBONNE, França, 1982. Professor da UFPB. Presidente da ABET (Associação Brasileira de Estudos do Trabalho) (2009-2011)

processo de produção capitalista é também processo de consumo da força-de-trabalho, cuja intensidade depende das condições definidas unilateralmente pela necessidade de valorização do capital.

Por outro lado, é preciso que o trabalhador reponha o desgaste sofrido por sua força-de-trabalho para que a acumulação capitalista possa ter continuidade. O nível de reposição, por sua vez, fica a depender do salário. Se a reposição fica aquém do consumo, o trabalhador passa a ser despossuído da única mercadoria que ainda lhe resta. Essa defasagem manifesta-se concretamente como um agravo à saúde do trabalhador.

Nesse sentido, a saúde do trabalhador está condicionada ao grau de exploração a que está submetido no processo produtivo. Como afirma Laurell, “a saúde/doença é um processo social”<sup>1</sup>. Assim, o nascer e o morrer não são fenômenos puramente biológicos e individuais. Eles possuem “uma historicidade, e, ao fim e ao cabo, esta historicidade corresponde ao modo como os trabalhadores se relacionam com a terra, os instrumentos de trabalho e o próprio trabalho, enquanto sujeitos sociais.”<sup>2</sup> Nega-se, portanto, a concepção naturalista e individualista do processo saúde-doença. O nascer, o viver e o morrer são condicionados pela forma de inserção do trabalhador no processo produtivo, pelas situações concretas de exploração a que está submetido e por suas articulações com o ambiente em que está circunscrito.

Nessa dinâmica, o Estado desempenha papéis fundamentais. De um lado, ele deve atuar para evitar que a tendência vampiresca do capital seja levada ao extremo. É preciso, portanto, regular as condições de contrato para que o trabalhador não seja sugado de toda a sua vitalidade, regulando as condições de consumo da força-de-trabalho para que não fique comprometida a própria sobrevivência do trabalhador. Convém lembrar que as chamadas doenças do trabalho não esgotam o desgaste sofrido pelo trabalhador no processo de trabalho. Elas são apenas uma dimensão desse consumo. O trabalhador, evidentemente, não se submete passivamente a esse processo. São muitas as formas de resistência para reduzir ou se contrapor ao exaurimento da sua capacidade física e mental de trabalho. De acordo com Foucault, “a partir do momento em que há uma relação de poder, há uma possibilidade de resistência.”<sup>3</sup> Estas formas de resistência vão desde manifestações

---

<sup>1</sup> LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como proceso social. In Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982.

<sup>2</sup> Gestar. Saúde e Trabalho nas lavouras da cana e do abacaxi. Relatório de Pesquisa. João Pessoa: UFPB/GESTAR, 1986.

<sup>3</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 1979. Rio de Janeiro, Edições Graal.

individuais silenciosas, tipo “fazer corpo mole”, até estratégias coletivas explicitamente assumidas, a exemplo da realização de greves reivindicatórias de melhores condições de trabalho e de níveis salariais mais elevados. Segundo Cover, “a depender do contexto, *os fracos* utilizam diferentes *artes ou armas* para garantir sua sobrevivência e reprodução social.”<sup>4</sup>

De outro lado, o Estado deve atuar no provimento das condições de reposição da força-de-trabalho. É nessa perspectiva que devem ser entendidas as políticas públicas de saúde. Isto é, o oferecimento de condições para que o trabalhador possa repor a sua capacidade de trabalho. Mais do que isso, o provimento de serviços públicos de saúde contribuem para o barateamento do custo da mão de obra, possibilitando um rebaixamento dos salários. Nessa medida, a política pública age na mesma direção da oferta de bens e serviços do setor informal.<sup>5</sup> A intervenção do Estado no campo da prestação de serviços de saúde tanto significa uma manifestação concreta de sua função de acumulação (criar condições favoráveis à valorização do capital), quanto de sua função de legitimação (apresentar-se como um cuidador dos interesses gerais, acima das classes sociais).

Em que medida, as mudanças atuais no mundo do trabalho confirmam/contestam as considerações gerais acima elaboradas? A realidade estudada pelos trabalhos que integram este dossiê da Revista Arius parecem trazer elementos que as reforçam.

A precarização das relações de trabalho nos complexos têxteis-vestuários metropolitanos constitui um mecanismo de intensificação do consumo da força-de-trabalho. O artigo “Imigração laboral intrarregional: ilegalidade e trabalho precário nos complexos têxteis-vestuários metropolitanos” de Beatriz Coutinho e Leila Steins analisa as relações de exploração a que estão submetidos os trabalhadores imigrantes. As autoras evidenciam como o capital utiliza da fragilidade da condição de imigrante ilegal do trabalhador para submetê-lo a condições degradantes de trabalho. Isso ocorre tanto em São Paulo, metrópole de país emergente, quanto em Nova Iorque, metrópole do primeiro mundo. A mobilidade espacial do trabalho constitui, efetivamente, um dos mecanismos de sua subordinação aos interesses da valorização do capital, como lembra Gaudemar<sup>6</sup>. Mais do que isso, o estudo de Coutinho e Stein evidencia que esta é uma forma de concorrência

---

<sup>4</sup> COVER, Maciel. O “tranco da roça” e a “vida no barraco”: um estudo sobre trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro. João Pessoa: Editora Universitária, 2011.

<sup>5</sup> Sobre o papel do setor informal no barateamento do custo de reposição da força de trabalho veja OLIVEIRA, Francisco. Economia brasileira: crítica à razão dualista/O ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

<sup>6</sup> A esse respeito, veja: GAUDEMAR, Jean-Pierre. Mobilité du travail et accumulation du capital. Paris: Maspero, 1977.

intercapitalista: “Este espúrio empreendedorismo imigrante dinamizou toda a cadeia produtiva do setor têxtil-vestuário, reaquecendo a produção de artigos vestuários nas metrópoles e viabilizando uma resistência aos produtos importados da Ásia, comercializados com valores inferiores.”

A precarização do mundo do trabalho tem sido acentuada com a chamada reestruturação produtiva. O artigo de Bárbara Castro (Gênero e flexibilização do trabalho: uma análise do setor de TI) discute como o surgimento do setor de Tecnologia da Informação em plena época da flexibilização das relações de trabalho tem afetado as diferenças nas relações de trabalho entre homens e mulheres, chegando à conclusão de que as mulheres possuem contratos mais tradicionais de trabalho do que os homens.

A discriminação de gênero, ao longo da história do capitalismo, tem sido uma forma de reduzir os custos de produção das mercadorias. A incorporação da força de trabalho feminina no processo produtivo aumenta a competitividade entre os trabalhadores, contribuindo para o rebaixamento dos níveis salariais. O texto de Erika Osakabe Asbahr (Divisão sexual do trabalho: uma análise comparativa entre as teorias sociológicas e econômicas) mostra que “as mulheres se encontram em posição desfavorecida em relação ao homem, tanto no mercado de trabalho quanto nas funções exercidas no ambiente doméstico”.

No entanto, convém destacar que a posição subalterna da mulher no processo produtivo não é exclusiva das relações assalariadas. O artigo de Solange Pereira do Nascimento e Iraíldes Caldas Torres (Gênero e invisibilidade: O trabalho das Mulheres Agricultoras em Barro Alto, Coari – AM) constata que, mesmo em uma comunidade com características camponesas, as relações de poder entre homens e mulheres também se fazem presentes: “Quando nos deparamos com esta comunidade em especial, nos chamou atenção a vida silenciada das mulheres que se escondem na figura dos maridos, tendo elas a maior participação em tudo que fazem dentro da comunidade.”

Diante da crise que se abateu sobre o mundo do trabalho com o processo de reestruturação produtiva, emergiram formas de reação organizada dos trabalhadores sob a forma de ocupação de fábricas e de associação produtiva. O trabalho “Articulações entre a Flaskô e a Vila Operária e Popular: interfaces entre trabalho e moradia” de Caroline Cristiane de Sousa e de Marcia Hespanhol Bernardo abordam a ocupação como uma forma de resistência dos trabalhadores tanto à crise do emprego quanto à crise de moradia. Apesar de trazer resultados preliminares, esses já apontam resultados positivos alcançados. Na mesma

direção aponta o texto de Raquel Aragão Uchoa Fernandes e Maurício Sardá de Faria (Da solidariedade de classe à associação de produção: trajetórias autogestionárias nas fábricas recuperadas). Os autores, a partir das histórias de vida dos trabalhadores que participam da experiência de ocupação de fábrica, procuram “situar a autogestão enquanto processo sócio-histórico e cultural concreto e significativo na elaboração de uma narrativa sobre os mundos do trabalho.”

Em suma, os textos publicados neste número da Revista Arius evidenciam, de um lado, formas de exploração do trabalho criadas e recriadas na tentativa de assegurar a lucratividade do capital e, de outro lado, mecanismos de resistência do trabalhador à exploração, sinalizando que outro mundo é possível. Um mundo em que trabalho não seja irmão gêmeo de exploração e sofrimento, mas mecanismo garantidor de vida, de solidariedade e felicidade.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## IMIGRAÇÃO LABORAL INTRARREGIONAL:

*Ilegalidade e trabalho precário nos complexos têxteis-vestuários metropolitanos*

*Beatriz Isola Coutinho<sup>7</sup>.*

*Leila de Menezes Stein<sup>8</sup>*

### RESUMO

O presente trabalho intenta uma perspectiva comparativa das confecções de artigos de vestuário que se utilizam de trabalhadores estrangeiros na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque. Temos entre as hipóteses centrais, a tendente ampliação do setor assentado sobre a utilização de mão-de-obra imigrante ilegalizada e relações precarizadas de trabalho. Buscamos compreender o fenômeno a partir de mecanismos próprios às culturas imigratórias historicamente estabelecidas nessas metrópoles e nesse setor produtivo. Para tal, utilizamo-nos de uma revisão bibliográfica a respeito das migrações transnacionais de trabalhadores e da organização produtiva do setor. Esperamos constituir um instrumental teórico que contribua para o entendimento da temática e possibilite estabelecer aproximações entre a experiência brasileira e a experiência estadunidense.

**Palavras-chave:** Trabalho. Imigração. Setor Têxtil-Vestuário.

---

<sup>7</sup> Mestranda em Sociologia da Universidade Estadual Paulista, Araraquara. Bolsista da CAPES. E-mail: [beatrizisolacoutinho@gmail.com](mailto:beatrizisolacoutinho@gmail.com).

<sup>8</sup> Livre Docente em Sociologia do Trabalho pela Universidade Estadual Paulista. Professora e Membro do Conselho da Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual Paulista. E-mail: [leilastein@terra.com.br](mailto:leilastein@terra.com.br).

## **INTRA-REGIONAL LABOR IMMIGRATION: ILLEGALITIES AND PRECARIOUS WORK IN METROPOLITAN TEXTILE-GARMENT FACTORIES**

### **ABSTRACT**

The present work attempts a comparative perspective of the apparel industry that make use of foreign workers in the São Paulo City and New York City. We have among the central hypothesis the increase of sector based in the use of illegal immigrants workforce and precarious work relations. Seek to understand the phenomenon from their own mechanisms cultures immigration historically established in these cities and in the productive sector. For such, we use a literature review about the transnational migration of workers and the sector productive organization. We expect to constitute theoretical instrumental that contributes for the understanding of the thematic and allow establishing links between the Brazilian and the U.S experience.

**Key-words:** Work. Immigration. Apparel Industry.

### **1. INTRODUÇÃO**

A imigração laboral contemporânea com destino aos grandes centros urbanos é fenômeno complexo que se intensificou a partir da década de 70 e mantém atualidade pungente. O deslocamento massivo de mão-de-obra em idade produtiva e de baixa qualificação profissional com origem em países economicamente do hemisfério Sul ou adjacentes rumo a regiões centrais da economia globalizada é uma decorrência do processo de reestruturação produtiva e da consolidação de grandes conglomerados financeiros e políticas transnacionais. Notadamente marcada pela ilegalidade jurisdicional, a força de trabalho imigrante empregada nas áreas metropolitanas vincula-se ao setor de serviços e a uma indústria manufatureira degradada em ocupações laborais destinadas aos estrangeiros (SASSEN, 1991). A importância deste novo mercado de trabalhadores transnacionais, seja para a manutenção da economia em seus países de origem - por meio das remessas<sup>9</sup> - seja

---

<sup>9</sup> Os imigrantes tornam-se responsáveis pela manutenção dos familiares que permaneceram nos países de origem, para os quais enviam parte do dinheiro acumulado através do trabalho no exterior. Essa transferência monetária pode ocorrer por meio do sistema financeiro formal, assim como informalmente através do constante fluxo de migrantes entre as regiões envolvidas. O pecúlio adquirido no projeto emigratório destina-se também a investimentos no posterior retorno. As remessas da migração internacional ocupam de forma crescente as atenções dos Bancos Centrais das nações de origem dos imigrantes e constituem de maneira significativa parte

pela busca de emprego, expõe quantitativamente a influência das imigrações para o capitalismo atual. No entanto, reside nos inúmeros aspectos qualitativos referentes ao processo migratório a possibilidade de compreendermos este novo operariado urbano, em suas trajetórias, presenças e ausências.

A importação de trabalhadores da América Latina, conforme elucida Braverman (1981), acrescenta à mão-de-obra das cidades e uma sua multidão de proletários. O potencial do capital em mobilizar mundialmente a força de trabalho é demonstrado pelos diferentes fluxos migratórios. As atividades a que se dedicam os trabalhadores estrangeiros em grandes cidades relacionam-se ao crescimento do setor informal e das práticas ilícitas de contratação e manutenção de trabalho.<sup>10</sup> O capital mundializado e suas conseqüências sobre o mundo do trabalho, tais como a flexibilização e a precarização, recaem vigorosamente sobre esta população. Com efeito, a mão-de-obra que recentemente cruza fronteiras territoriais é majoritariamente composta por trabalhadores que permanecem no exterior transitoriamente e sob o estigma da ilegalidade, status jurisdicional que enseja sobre os mesmos trabalhadores, contundente exploração e vulnerabilidade. O cenário acima apresentado nos leva a uma reflexão acerca do vínculo entre trabalho e imigração no setor do vestuário no Brasil e nos Estados Unidos, por meio de uma análise relacional entre as confecções de roupas nacionais e estadunidenses que empregam força de trabalho indocumentada. Com este propósito, dedicamos nossas observações às oficinas de costura das cidades de São Paulo e Nova Iorque, instaladas em importantes centros produtores e consumidores de artigos de vestuário, onde, usualmente, encontram-se pequenas e médias confecções de roupas – as *sweatshops* - que se utilizam largamente de trabalhador estrangeiro que suportam a extrema exploração e as péssimas condições de trabalho. O desrespeito às leis trabalhistas, aqui e lá, assim como a sujeição de imigrantes indocumentados a péssimas condições de trabalho e de vida, são características comuns ao setor do vestuário de áreas metropolitanas no Brasil e nos Estados Unidos.

Situamos nosso objeto à luz das considerações tecidas por Harvey (2005) acerca do processo de acumulação flexível - iniciado nos anos 70 - e suas vicissitudes sobre a produção e o consumo na indústria da moda. Igualmente, a Sociologia do Trabalho insere o

---

do PIB de alguns países latino americanos. Apesar do baixo rendimento com o trabalho no exterior a conversão cambial torna-se fator atrativo.

<sup>10</sup> Lembrar que Steve Jobs, dono da Apple Inc., nunca recebeu salário pelo cargo de presidente da companhia, mas recebeu Ações da Apple. O objetivo deste procedimento era não pagar taxas e impostos ao governo americano. A informalização e clandestinização compõe o quadro da modernidade contemporânea. Quais seriam, portanto, as razões para a subcontratação de produtores na longínqua Ásia para produzirem seus elegantes e charmosos I-Pod etc?

tema no contexto da reestruturação produtiva, caracterizada pela desregulamentação e queda nos padrões salariais e nas condições de trabalho. Entendemos que as relações produtivas e mercantis são relações sociais, desta forma, intentamos apresentar dinâmicas próprias às migrações internacionais que permeiam as oficinas de costura sobre as quais focamos nossos olhares.

No continente americano, historicamente marcado pelas sucessivas migrações transoceânicas, os deslocamentos internos e trans-fronteiriços são de relevância atual. Os Estados Unidos concentram grande parte dos imigrantes latino-americanos e seus descendentes, fenômeno que encontra explicação seja nas raízes profundas do imperialismo estadunidense, seja na proeminência econômica sobre o restante do continente. Na América do Sul, as migrações laborais internas anteriormente destinadas à Argentina, paulatinamente, redirecionam-se ao Brasil (GRINSON; JELIN, 2006). Fatores como o crescimento da influência política e econômica brasileira e a crise econômica do vizinho platino, a partir dos anos 90, são significativos. Conforme explicita Fausto (1991), a imigração somente pode ser entendida enquanto fenômeno multicausal, o que nos leva a considerar a influência da globalização, da internacionalização de capitais e formação de blocos político-econômicos transnacionais sobre os deslocamentos laborais, assim como sobre o mundo do trabalho.

Corresponderiam nos termos de Portes (2001), aos **determinantes macroestruturais** do fluxo de mão-de-obra. Simultaneamente, nas grandes cidades, imigrantes e seus descendentes são essenciais na construção dos **determinantes microestruturais**, formados historicamente através do estabelecimento e recrutamento de trabalhadores estrangeiros. De acordo com o autor, as regiões metropolitanas e suas cidades globais formam um **novo espaço transnacional** “[...] criado por fluxos sustentados de capital, tecnologia, informação e, também, pessoas.” (PORTES, 2001, p. 13, tradução nossa). Ainda conforme Portes (2001) coabitam nas áreas metropolitanas dois meios de formação do transnacionalismo. Aquele **feito por cima**, guiado por grandes atores corporativos e financeiros, transformadores das comunicações e dos transportes. Sendo que o outro é **feito por baixo**, sob atuação de “[...] gente comum e corrente que busca melhorar sua situação.” (PORTES, 2001, p. 14, tradução nossa).

A busca por uma mobilidade social ascendente constitui motivação central dos trabalhadores estrangeiros empregados nas oficinas de costura paulistana e nova-iorquinas. As peculiaridades desta mão-de-obra imigrante respondem pelas necessidades apresentadas pelo setor em seu novo arranjo produtivo. A nova configuração da indústria do

vestuário – *apparel industry* – separou a produção de roupas do setor industrial têxtil como um todo. Se grande parte do conjunto do setor se articula fortemente à indústria química e à produção de fios, a produção de roupas passa a ser comandada pela indústria do moda e suas midiáticas articulações. Vendendo sonhos sazonais e cambiantes, ao sabor das estações do ano, dos mitos, dos movimentos, das campanhas sociais e políticas ou mesmo militares, precisa ser flexível e atender aos caprichos dos contratantes *fashions*, ou seja – as *griffes*.<sup>11</sup>

Os deslocamentos populacionais entendidos consensualmente pelos estudiosos de migrações enquanto mecanismos produtores de redes são habilmente manejados pelos proprietários das confecções de vestuário para angariar e manter uma força de trabalho estável e a baixo custo (WALDINGER, 1984). As redes formadas historicamente pelas dinâmicas imigratórias são fundamentais para a compreensão das **microestruturas** pertinentes ao desenvolvimento e manutenção deste tipo de manufaturas de costura, coabitando com os determinantes **macroestruturais**. O presente texto articula-se ambas as esferas a fim de fornecer um mapeamento das relações sociais, produtivas e dos atores chave envolvidos em seu constante diálogo entre legal e o ilícito.

## 2. SETOR TÊXTEL-VESTUÁRIO, *SWEATSHOPS* E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

A indústria têxtil-vestuário, marco da primeira revolução industrial, experienciou desde então, as aceleradas transformações nos modos de produção e nos hábitos de consumo por seus artigos. Sua cadeia produtiva, conforme elucidam Garcia e Cruz-Moreira (2004) é composta por grandes empresas da indústria química, da indústria agropecuária, da indústria de maquinário especializado e de tecnologias. Ainda segundo os autores, a parte fundamental “[...] é constituída pela indústria têxtil, que inclui os processos de fiação e de tecelagem, e pela indústria de confecção, que transforma os tecidos em roupas para vestir.” (GARCIA; CRUZ-MOREIRA, 2004, p. 275). Concentramos nossas análises sobre a última etapa da cadeia produtiva, as manufaturas de costura que executam os artigos de vestuário de acordo com *desings* que lhes são encomendados, assim como sobre sua comercialização.

A incorporação constante de novas tecnologias na cadeia têxtil-vestuário atende as crescentes imposições do consumo de massa, acentuada pela intensificação dos modismos.

---

<sup>11</sup> Tais novas configurações devem explicar o recente deslocamento da *apparel industry* de New York para a região de Los Angeles nos Estados Unidos, dada a proximidade física ao espaço por excelência da indústria do entretenimento. Ao menos o fluxo de migrantes mexicanos e outros latinos já garantiam o mercado de trabalho. (MILKMAN, 2006).

Para Harvey (2005), o setor insere-se no processo de acumulação flexível, vivenciado a partir dos anos 70, apresentando uma flexibilização dos processos e mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Marcado, portanto, pela inovação comercial, tecnológica e organizacional. As manufaturas de costura, responsáveis pelo produto final, não suplantaram o trabalho manual na mesma medida em que o restante do setor, sendo o fator humano essencial às atividades desempenhadas nesta etapa produtiva. Apesar da implantação do maquinário, a confecção dos moldes, o corte dos tecidos, o cozimento das partes e os acabamentos finais dependem ainda dos trabalhadores, abrangendo níveis variados de qualificação. A transformação maior fica por conta dos novos padrões organizacionais adotados, responsáveis pela reconfiguração do trabalho e das habilidades, englobando igualmente a conformação dos mercados consumidores.

A produção artesanal de roupas, realizada sob medida por trabalhadores altamente qualificados no espaço das suas próprias residências ou em pequenas lojas e alfaiatarias, paulatinamente, cedeu lugar à produção em massa e passou a submeter-se as cambiantes tendências da moda. A década de 60, segundo Kontic (2001), marca a introdução dos hábitos culturais no uso de vestimenta importados dos Estados Unidos, entre os quais se incluem países como o Brasil. As cidades de São Paulo e Nova Iorque, já aquelas alturas, centros de produção e comercialização de vestuário, tornam-se pólos da nascente **indústria da moda**, substancialmente transformada na década seguinte. Dentre as transformações ocorridas na cadeia produtiva têxtil-vestuário, destaca-se o deslocamento de seu comando para os compradores, que ditam a quantidade, a qualidade e os valores da produção (GARCIA; CRUZ-MOREIRA, 2004).

O caráter transitório da moda, como demonstra Harvey (2005, p. 258), vem ao encontro dos interesses dos capitalistas em fornecer serviços bastante efêmeros em termos de consumo e mobilizar a moda para mercados de massa torna-se um estímulo ao consumismo de artigos vestuários. Para a comercialização voltada ao consumo popular, fez-se necessário o aumento do volume da produção com a concomitante diminuição dos custos. Nesse sentido, a subcontratação, enquanto ferramenta organizacional da acumulação flexível é largamente utilizada na produção de vestuário e comumente situa-se nas manufaturas de costura das metrópoles sob as quais enfocamos nossa análise. Essas confecções têm sua produção voltada ao comércio atacadista e/ou varejista<sup>12</sup>, sendo o varejo praticado em ruas comerciais

---

<sup>12</sup> A distinção entre atacado e varejo compreende a quantidade dos produtos a serem comercializados. Neste primeiro, vende-se um grande volume de peças a compradores que posteriormente irão revendê-las. O comércio varejista destina-se ao consumidor final, feito em pequenas quantidades. São Paulo e Nova Iorque tornaram-se

por meio de lojas pertencentes, muitas vezes, a própria confecção que, não raramente, funcionam como fachada das indústrias clandestinas. A produção no atacado tem ao menos três mercados principais, os donos de lojas varejistas que vem de todas as regiões do Brasil e dos Estados Unidos para buscarem mercadorias, *griff* e marcas especializadas e os grandes varejistas como lojas de departamento e hipermercados.

O sistema de subcontratação, realizado pelas grifes e lojas de redes, pode ser nacional ou internacional e tem por intuito a diminuição dos custos de produção. Nota-se que as oficinas de costura de São Paulo e Nova Iorque e quando subcontratadas por vendedores dos respectivos países, possibilitam a redução das despesas fazendo frente à concorrência com os produtos importados. A proximidade com o mercado consumidor é variável considerável, no entanto, a atração destas manufaturas reside, sobretudo, no fornecimento de baixos custos com o fator trabalho.

O imigrante em situação de clandestinidade torna-se mão-de-obra ideal para atender aos propósitos da reestruturação produtiva no setor, uma vez que se encontra alheio aos direitos sociais e trabalhistas vigentes no Brasil e nos Estados Unidos. O controle sobre o trabalho dos estrangeiros empregados nas oficinas de costura é facilitado em função de seu status jurisdicional de ilegal, soma-se a isto a intenção dos imigrantes em juntar rapidamente um pecúlio, ainda que por meio de longas jornadas de trabalho. As confecções de vestuário de propriedade de imigrantes são vultosas aliciadoras da força de trabalho importada, pois articulam as redes constituídas na dinâmica migratória, sob as quais também apóiam seu empreendedorismo. Conforme discorre Waldinger (1984) sobre o setor têxtil-vestuário nova-iorquino:

Onde o prestígio dos pequenos negócios é baixo e as condições de trabalho pobres e particularmente exigentes, a competição com os empreendedores nativos tende a ser minimizada; conseqüentemente, os imigrantes têm acesso facilitado ao próprio negócio. Além disso, uma vez que o mercado de trabalho em firmas pequenas é geralmente desestruturado, as conexões dos imigrantes com uma comunidade imigrante maior é fonte de vantagem considerável. Laços familiares e étnicos permitem aos proprietários imigrantes mobilizar, treinar e manter uma força de trabalho estável e de baixo custo (WALDINGER, 1984, p. 61, tradução nossa).

---

não somente pólos nacionais da moda, como também concentram a produção e comercialização atacadista e varejista de artigos têxteis.

O autor observa a importância do contato entre imigrantes de diferentes nacionalidades e das conexões que advêm da cultura migratória. As metrópoles de São Paulo e Nova Iorque, entendidas por Portes (2001) enquanto transnacionais, configuram-se como lócus estratégicos ao empreendedorismo imigrante no setor vestuário, sustentando em parte a reestruturação produtiva apresentada pelo setor, historicamente vinculado a imigração.

### 3. EMPREENDEDORISMO ÉTNICO E CAPITAL SOCIAL IMIGRATÓRIO

Os imigrantes provenientes das regiões economicamente débeis não formam um grupo social homogêneo, embora quantitativamente prevaleça a imigração laboral destinada a ocupações de baixa rentabilidade. Destoam a esta maioria os trabalhadores de empresas multinacionais, pesquisadores e intelectuais, situados em um deslocamento popularmente conhecido como **fuga de cérebros**. Ainda mais dissonantes são os estrangeiros proprietários de pequenas indústrias e/ou comércios, quer tenham alcançado esta posição por meio do próprio trabalho no exterior, quer já tenham entrado no país com capital e planos de investimentos. Nas presentes migrações internacionais esta minoria composta por imigrantes empresários e seus descendentes exercem grande poder de mobilização e atração da mão-de-obra estrangeira, de igual ou diferente nacionalidade, etnia do que a sua. A produção e comercialização de artigos de vestuário nas cidades de São Paulo e Nova Iorque está notadamente ligada, desde seus primórdios, a grupos imigrantes. Os estrangeiros e descendentes sempre ocuparam importante parcela na propriedade das confecções de costura assim como formaram boa parte da força de trabalho empregada nas oficinas.

A conexão entre determinados grupos étnicos/nacionais a atividades econômicas específicas, foi e continua sendo alvo de inúmeros estudos de caso nas metrópoles em questão, tanto no que se refere aos imigrantes proletários quanto aos imigrantes empresários. Desta relação entre imigração e a posse de empresas, convencionou-se a utilização do termo empreendedorismo étnico<sup>13</sup>, um conceito amplamente discutido, na

---

<sup>13</sup> O termo empreendedor tem sua origem na tradução para o Português da palavra francesa *entrepreneur*, cunhada pelo economista francês Jean-Baptiste Say na obra intitulada “Um Tratado em Economia Política”, publicada em 1803. De acordo com Thornton (1999), as três disciplinas fundadoras, por meio de diferentes métodos de análise, dos conhecimentos bases para as pesquisas sobre empreendedorismo [...] foram a Psicologia (Mc CLELLAND, 1961), a Economia (SCHUMPETER, 1934) e a Sociologia (WEBER, 1904) [...] (THORNTON, 1999, p. 15, tradução nossa). Portes e Sensenbrenner (1993) discorre, sobre a incorporação do termo empreendedorismo na Sociologia do século XX, tornando-se este um dos pilares para a construção da Sociologia Econômica, sobretudo aos estudos de caso acerca dos grupos imigrantes que adotam essa perspectiva teórica.

interface Sociologia Econômica e Estudos Migratórios (TRUZZI; SACOMANO, 2009). Por empreendedor entendem-se os indivíduos ou grupos pioneiros em determinadas atividades econômicas ou organizações produtivas e administrativas que obtiveram sucesso em seus empreendimentos. De acordo com Martes (2010), a figura do empreendedor, segundo Weber, só é passível de existência no capitalismo moderno, compreendido enquanto agente econômico modernizador, cuja ação racional é socialmente orientada. A intencionalidade de ação dos empreendedores faz-se presente uma vez que estes seriam propulsores de inovações organizacionais, opondo-se as instituições e suas concepções tradicionais. A utilização do termo empreendedorismo tornou-se recorrente para além da iniciativa privada (ampliou seu uso para organizações não governamentais, comunidades eclesiais de base, organizações de voluntariado, etc.), no entanto, mantém um sentido original de inovação.

A adaptabilidade e o potencial transformador vinculado ao empreendedorismo assumem particularidades no empreendedorismo étnico sobre as quais se debruçam os pesquisadores em Sociologia Econômica e imigração. Um questionamento mostrou-se norteador para os estudos de caso a respeito dos empreendedores imigrantes: porque pequenas empresas étnicas, de grupos estrangeiros e seus descendentes, conseguem lograr êxito em cidades do exterior? As respostas a esta pergunta estão em construção a partir de estudos de caso diversos dedicados aos empresários imigrantes, principalmente nas cidades estadunidenses “[...] ligando desenvolvimentos teóricos em Sociologia Econômica aos subcampos relacionados onde uma massa de pesquisa empírica foi acumulada” (PORTES; SENSENBRENNER, 1993, p. 1). Um ponto de partida para a análise das empresas étnicas reside na característica de ser imigrante dos proprietários e na maneira pela qual estes articulam com as redes da dinâmica migratória para instalarem seus negócios e empregar estrangeiros de iguais ou diferentes nacionalidades.

O empreendedorismo étnico comumente se localiza no espaço urbano, situa-se em bairros que concentram populações imigrantes e/ou empresas étnicas. As comunidades étnicas das cidades de São Paulo e de Nova Iorque funcionam como colônias de assistência mútua, onde a identificação entre as nacionalidades constrói laços de reciprocidade e fundamentam relações de confiança. Essas trocas estabelecidas entre indivíduos de um mesmo grupo são interpretadas pelos estudiosos das migrações enquanto capital social. A definição contemporânea do conceito, segundo Portes (2000), foi realizada por Bourdieu em seus estudos sobre educação, enquanto “[...] o agregado dos recursos efetivos ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento ou reconhecimento mútuo” (BOURDIEU, 1980, p. 248 apud PORTES, 2000, p. 134). O capital social gerado pelas redes construídas na migração possibilitaria o acesso

aos recursos econômicos e informações privilegiadas, tornando-se um fator explicativo às bem aventuradas empresas étnicas. Igualmente, funciona como instrumento de inserção dos trabalhadores imigrantes nas cidades em questão, fornece recepção aos “[...] recém chegados, lhes proporciona habitação, informação, contatos, e localiza-os a um nicho laboral atribuído a sua minoria [...]” (MARRONI, 2006, p. 678, tradução nossa). De posse do conhecimento sobre os mecanismos de funcionamento da dinâmica migratória e por meio da articulação com as redes aí estabelecidas, os empresários imigrantes angariam mão-de-obra estrangeira sobre a qual assentam seus lucros.

As confecções de artigos de vestuário nas metrópoles brasileira e estadunidenses demonstram-se fortemente vinculadas as lógicas migratórias, uma vez que concomitantemente são marcadas pela propriedade e pelo uso da força de trabalho imigrante. Este fenômeno tem sido alvo de estudos nos Estados Unidos desde a década de 80, quando as antigas fábricas de israelitas e ítalos descendentes no distrito das roupas de Nova Iorque estavam sistematicamente sendo compradas por latino-americanos e, posteriormente, por asiáticos (WALDINGER, 1984; 1986). A crescente imigração de bolivianos para a cidade de São Paulo tem relação direta com a produção de artigos de vestuários nos bairros centrais e sua expansão para a região metropolitana (AZEVEDO, 2005; FREIRE, 2008; SILVA, 1997; 2005).

Consta na formação destas metrópoles grande número de estrangeiros de diferentes nacionalidades que constituíram nesses espaços urbanos variados enclaves étnicos<sup>14</sup>. Trata-se de territórios onde os imigrantes preferencialmente fixam residência e, não raramente, observa-se o empreendedorismo étnico com uso força de trabalho estrangeira nesses bairros. A correlação entre os enclaves étnicos e atividades econômicas exercidas por proprietários e trabalhadores imigrantes é observável, sobretudo, no setor têxtil-vestuário. Os históricos aglomerados produtivos e comerciais de artigos de vestuário no centro da capital paulista e nos *Garment District* de Nova Iorque, em bairros tradicionalmente formados pela imigração, acompanham um crescimento das oficinas de costura para regiões nessas cidades com forte presença de imigrantes ou capacidade de atraí-los. O emprego massivo da força de trabalho imigrante ilegalizada na produção de vestimentas é um dos fatores explicativos da permanência do setor nessas metrópoles,

---

<sup>14</sup> De acordo com Cymbalista e Xavier (2007), o enclave étnico é uma das categorias explicativas das territorialidades associadas às minorias étnicas em um determinado espaço urbano. A concentração geográfica de grupos específicos originando bairros particularmente estrangeiros (para habitação e/ou atividades econômicas) é de interesse dos estudos migratórios. Vê-se com frequência nesses espaços o funcionamento das redes transnacionais instauradas com a dinâmica migratória e o capital social a elas vinculado.

sendo central às transformações nele ocorridas, principalmente a partir do último quartel do século XX.

#### 4. AS CONFECÇÕES EM SÃO PAULO E NOVA IORQUE

Apresentar dados quantitativos acerca das oficinas de costura das metrópoles estudadas e mesmos para os trabalhadores imigrantes nelas empregados é tarefa árdua. Primeiramente, o levantamento torna-se difícil dada clandestinidade das oficinas, quer seja pela ilegalidade jurisdicional dos proprietários imigrantes ou pelo emprego de mão-de-obra também ilegal, desrespeitando a legislação comercial, a legislação trabalhista e a legislação de proteção aos direitos humanos. Da clandestinidade destas indústrias surge uma segunda dificuldade à pesquisa, precisar suas localizações. As pequenas e médias confecções de artigos de vestuário comumente estão escondidas em sobrelojas, porões ou fundos de pontos comerciais, tendo as janelas constantemente fechadas e seus vidros encobertos. Trata-se de locais de trabalho insalubres e com instalações precárias, onde em ambos os países, prevalece o trabalhador estrangeiro ilegalizado e com baixa formação profissional. A utilização do trabalhador imigrante nas *sweatshops*<sup>15</sup> de vestuários estadunidenses é fenômeno quantitativamente mais expressivo que no Brasil. Caracteriza-se por empregar trabalhadores imigrantes já estabelecidos no país, que por não conseguirem acesso a ocupações laborais em outros setores da economia urbana – construção civil, tarefas de limpeza, em restaurantes, nos cuidados ou no *care sector*, etc. – dedicam-se ao ramo da costura, nomeado pelos hispânicos como *talleres del sudor* (MARRONI, 2006). A força de trabalho imigrante das oficinas de costura de Nova Iorque é composta majoritariamente por trabalhadores de língua espanhola, com atual destaque para os mexicanos, e em menor parcela, asiáticos de origem chinesa e coreana. As redes de contatos estabelecidas entre os próprios imigrantes promovem a indicação de oportunidades de trabalho no ramo da costura, além de fornecerem habitação.

No caso brasileiro, os imigrantes costureiros das confecções de São Paulo são notadamente bolivianos e comumente se dirigem para a capital já com o propósito de trabalhar nas

---

<sup>15</sup> De acordo com Hum (2003), nos Estados Unidos a palavra *sweatshops* é usada para definir um empregador que viola mais de uma lei trabalhista federal ou estadual, acerca de salário mínimo, limite de horas extras, trabalho infantil, atividade industrial em residências, saúde e segurança no trabalho, compensações trabalhistas e regulamentação industrial. Este conceito é aplicável ao caso brasileiro, uma vez que as confecções da cidade de São Paulo também infringem várias leis. Empregam trabalhadores indocumentados que não gozam, portanto, de direitos sociais e trabalhistas e exercem ocupações laborais sob condições degradantes. No caso do Brasil, a prática dos contratantes em custear os custos de viagem dos imigrantes e mantê-los habitando o local de trabalho sob ameaças diversas caracteriza o trabalho em condições análogas ao escravo.

oficinas de costura. A demanda das confecções por trabalhadores imigrantes ativou redes de transferência da mão-de-obra organizadas transnacionalmente, que envolvem atravessadores e tráfico humano. Muitos proprietários das confecções arcam com as despesas da viagem, impedindo-os de deixar o trabalho até que a dívida seja quitada, caracterizando o regime de servidão por dívida (CACCIAMALI; AZEVEDO, 2006). Nas cidades de Santa Cruz de La Sierra, La Paz e Cochabamba, pode ser vista a veiculação de propagandas em cartazes e rádios locais sobre a oportunidade de trabalhar como costureiro no Brasil, com falsas promessas de lucros rápidos e garantidos (SILVA, 2005). Junto aos trabalhadores costureiros vindos da Bolívia encontra-se uma minoria composta por peruanos e paraguaios. Habitualmente residem no local de trabalho sem a menor infraestrutura para tal.

A produção de artigos de vestuário nas duas metrópoles está historicamente relacionada à populações imigrantes, salvo as variações étnicas específicas a cada cidade, há uma preponderância inicial no setor dos estrangeiros de origem européia, sobretudo italianos e judeus. Concentravam-se nos bairros centrais, onde estabeleceram entre outras atividades industriais a confecção de têxteis. A produção e comercialização de roupas em pequena escala destinavam-se aos consumidores de elevado poder aquisitivo, uma alta costura feita sob medida, com qualidade e durabilidade exigentes de conhecimentos técnicos por parte dos costureiros. Todas as etapas da produção, que envolvessem tarefas de concepção (escolha dos insumos e criação dos moldes) e tarefas de execução (corte dos tecidos, junção das partes e acabamento final) assim como a parte comercial, ficavam a cargo do proprietário costureiro e de sua família. A produção do vestuário em larga escala é acompanhada da dissociação entre a concepção e a execução do trabalho, com crescente parcelamento de tarefas e a conseqüente desqualificação do trabalhador. O trabalho conceptual passa a ser domínio dos proprietários das confecções e no caso das oficinas de costura subcontratadas, não raramente transfere-se para as marcas e redes contratantes destas.

Na cidade de Nova Iorque, as oficinas de costura dos ítalos descendentes e judeus, localizadas no Distrito das Roupas (*Garment District*), instalado no centro da ilha de *Manhattan*, foram paulatinamente compradas por imigrantes hispânicos e asiáticos<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> De acordo com Waldinger (1984), na cidade de Nova Iorque, nos anos de 1981 e 1982, prevaleciam entre os proprietários de confecções têxteis que utilizavam mão-de-obra imigrante, os nascidos na República Dominicana, seguidos pelos colombianos, equatorianos e outros países da América Latina. Sobre as atuais empresas asiáticas nesta mesma cidade, Garcia e Cruz-Moreira (2004) nos apresentam dados bastante ilustrativos. A partir da década de 80, as confecções chinesas, sob regime de subcontratação, sendo que as maiores não ultrapassam o

(WALDINGER, 1984). Na pesquisa realizada por Waldinger (1984) entre os anos de 1982 e 1983, constavam 123 oficinas de costura de propriedade de imigrantes que se utilizavam de trabalhadores estrangeiros somente no distrito das roupas. O autor admite a incerteza sobre este número, uma vez que as confecções ainda que localizadas em uma região central e de grande circulação são extremamente escondidas. A expansão das confecções para bairros de maioria imigrante, notadamente hispânicos, como o *Sunset Park* e seus vizinhos, no *Brooklyn*, é fenômeno observado por Hum (2003). A pesquisadora mostra-nos dados de 2001, nos quais somente na vizinhança do *Sunset Park* existiam 384 lojas de vestuário, empregando mais de 10.000 trabalhadores estrangeiros. Waldinger (1986) e Hum (2003) apontam para a subcontratação e a entrada de empresários chineses e coreanos no setor, assim como para o ganho por produção. O rendimento do trabalhador é calculado por peça costura, podendo variar de 0.25 a 0.75 centavos de dólar americano; a baixa rentabilidade do trabalho manteve-se ao longo dos anos que separam as pesquisas. De acordo com Ness (2006), a mais conhecida forma de abuso do imigrante laboral na cidade de Nova Iorque está no setor têxtil-vestuário, onde os trabalhadores estrangeiros ganham bem abaixo do salário mínimo, em jornadas estafantes e situação de exposição a altos riscos nos locais de trabalho.

Na metrópole paulistana, bairros da região central, ou próximos a esta, como o Bom Retiro, o Brás, a Sé e o Pari concentram as confecções que se utilizam da força de trabalho imigrante indocumentada. A passagem da propriedade da produção de vestuário nestas regiões de europeus para chineses, coreanos e hispânicos, circunscrita aos bairros de origem estrangeira acontece desde os anos 80, nas décadas seguintes demonstrou sua ampliação para a região metropolitana de São Paulo. Todavia, permanecem os bairros centrais enquanto lócus de crescimento das oficinas de costura clandestinas de propriedade de imigrantes que se utilizam de trabalhadores ilegalizados. Aqui também o ganho para os costureiros incide sobre a peça costurada, valores entre 0.15 e 0.80 centavos de real, em oficinas largamente subcontratadas por grandes varejistas. Os números a respeito apresentam grande variação

[...] o Consulado da Bolívia calcula 50 mil indocumentados, a pastoral dos imigrantes acredita habitarem mais de 70 mil bolivianos indocumentados em São Paulo, sendo 35 mil só no bairro do Brás; o Ministério do Trabalho e Emprego tem uma estimativa que varia entre 10 e 30 mil indocumentados; o Ministério Público fala em 200 mil bolivianos ao todo

---

número de 100 funcionários, atingem as impressionantes vendas de US\$ 1 bilhão a US\$ 2 bilhões anuais. Em 1995, os empresários coreanos possuíam 400 produtores subcontratados.

(regulares e irregulares), o Sindicato das Costureiras fala em 80 mil trabalhadores irregulares (o que inclui famílias brasileiras e bolivianos) [...] (CYMBALISTA; XAVIER, 2007, p. 6).

A ampliação das oficinas de costura de propriedade de imigrantes que utilizam de força de trabalho estrangeira é fenômeno crescente nas duas cidades sobre as quais discorremos. Nos Estados Unidos, os sindicatos que tentam organizar os trabalhadores das *sweatshops* em conjunto com trabalhadores imigrantes, com destaque para a *International Ladies'Garment Workers'Union* (ILGWU) que em 1995 se juntou a *Amalgamated Clothing and Textile Workers Union* formando a *Union of Needletrades Industrial and Textile Employees* (UNITE). (NESS, 2006). No Brasil, a presença estrangeira nas confecções começa a chamar atenção somente nos últimos anos, ganhando espaço nas pautas de discussão do Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, que representa a categoria na capital paulista e tem sede no Bairro do Bom Retiro. Esse sindicato integra a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (CONACCOVEST).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades de São Paulo e Nova Iorque vivenciam o crescimento de economias informais ou subterrâneas, observação pertinente, sobretudo, ao setor do vestuário. Conforme elucida Harvey (2005), o surgimento de novas organizações industriais, frequentemente dominadas por imigrantes em grandes cidades, pode indicar o surgimento de estratégias de sobrevivência, assim como tentativa de grupos étnicos de acesso ao sistema capitalista, por meio da sonegação de impostos e da alta lucratividade do comércio ilegal.

Seus efeitos são a “[...] transformação do modo de controle do trabalho e de emprego” (HARVEY, 2005, p. 145). Os imigrantes indocumentados empregados nas confecções de costura apresentam-se enquanto uma classe trabalhadora particularmente vulnerável por conta de seus status jurisdicional, encontrando dificuldades em sua organização diante do capital, visto que a consciência de classe desloca-se “[...] para um terreno muito mais confuso dos conflitos interfamiliares e das lutas pelo num sistema de parentesco ou semelhantes a um clã que contenham relações sociais hierarquicamente ordenadas” (HARVEY, 2005, p. 145-146). O sucesso encontrado pelas oficinas de costura de propriedade imigrante explica-se pela capacidade destes empresários em articular as redes estabelecidas na dinâmica migratória. Desta forma, cooptam uma mão-de-obra estável e

mantém a níveis baixos o custo com o fator trabalho, servindo aos interesses de toda a cadeia produtiva têxtil-vestuário, promovendo sua dinamização.

A implantação de novas formas organizacionais, acompanhada das novas tecnologias produtivas que conferem para o setor a transição para a acumulação flexível, encontra apoio na mundialização comercial e econômica sobre a qual as migrações laborais internacionais constroem significados próprios. A menor regulação estatal nas questões econômicas convive com a presença cada vez maior do Estado nas questões imigratórias, promulgando leis xenofóbicas e medidas restritivas e de coerção. Os Estados Unidos vivenciam esta contradição de maneira latente, dada a importância da força de trabalho transnacional para o país ao passo em que cresce a intolerância aos estrangeiros, sobretudo após os ataques de 11 de setembro de 2001. Conforme esclarece Ness (2006), apesar de estarem sob proteção das leis estadunidenses de trabalho – *Fair Labor Standards Act* (FLSA) – os imigrantes indocumentados nem mesmo conhecem este direito, ou então temem as severas leis de imigração que recaem sobre eles. Soma-se a isto a pequena fiscalização nos locais de trabalho dos indocumentados na cidade Nova Iorque, demonstrando o desinteresse na desarticulação desta lógica perversa ao trabalhador imigrante. No caso brasileiro, as atuais migrações laborais são quantitativamente ínfimas em relação à realidade estadunidense, sendo a presença dos estrangeiros na indústria têxtil-vestuário paulistana a mais representativa. O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tem aplicado multas vultuosas a grandes lojas de atacado e marcas responsáveis pela subcontratação das confecções. Por intermédio da Polícia Federal e da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de São Paulo (SRTE-SP) as encobertas oficinas insalubres tem sido invadidas, expondo os esquemas ilegais de contratação que dinamizam o setor têxtil-vestuário.

A emergência e afirmação de crescente contingente de trabalhadores conformando um mercado transnacional que nos instiga a repensar velhas questões e torna imperativo o uso de novos paradigmas para os movimentos sociais e os sindicatos e a sociedade. Procuramos atentar por meio das confecções de artigos de vestuário para esta realidade crescente, em que trabalhadores estrangeiros deslocam-se para regiões específicas constituindo um novo operariado urbano, impondo novas configurações para a massa proletária nas cidades de São Paulo e Nova Iorque.

**REFERÊNCIAS**

- AZEVEDO, F. A. G. *A presença de trabalho forçado urbano em São Paulo: Brasil/Bolívia*. 2005. Dissertação (Mestrado em Integração da América Latina)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BONACICH, E. Asian and Latino immigrants in the Los Angeles garment industry: an exploration of relationship between capitalism and racial oppression. In: LIGHT, I.; BHACHU, P. (Orgs.). *Immigration and entrepreneurship*. New Brunswick: NJ Transaction, 1990.
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- CACCIAMALI, M. C.; AZEVEDO, F. A. G. Entre o tráfico humano e a opção da mobilidade social: os imigrantes bolivianos na cidade de São Paulo. *Cadernos PROLAM*, ano 5, v. 1, p.129-143, 2006.
- \_\_\_\_\_. Trabalho forçado: exclusão ou opção pela inclusão? In: BRASIL. Organização Internacional do Trabalho. *Trabalho forçado*. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.oitbrasil.org.br/trabalho\\_forçado/brasil/documentos/artigo\\_f.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forçado/brasil/documentos/artigo_f.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- CYMBALISTA, R.; XAVIER, I. A Comunidade boliviana em São Paulo: definindo padrões de territorialidade. *Cadernos Metrópole*, n. 17, 2007. Disponível em: <[http://www.miurbal.net/pub06\\_en.html](http://www.miurbal.net/pub06_en.html)>. Acesso em: 20 jan. 2011.
- DERTÔNIO, H. O bairro do Bom Retiro. In: \_\_\_\_\_. *História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1970.
- FAUSTO, B. (Org.). *Fazer a América*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Historiografia da imigração para São Paulo*. São Paulo: FAPESP, 1991.
- FREIRE, C. *Trabalho Informal e redes de subcontratação: dinâmicas urbanas da indústria de confecção em São Paulo*. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- GARCIA, R.; CRUZ-MOREIRA, J. O complexo têxtil-vestuário: um cluster resistente. In: COMIN, Á.; SOMEKH, N. (Orgs.). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2004.
- GRINSOM, A.; JELIN, E. (Orgs.). *Migraciones regionales hacia la Argentina: diferencia, desigualdad y derechos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 14. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2005.
- HUM, T. Mapping global production in New York city's garment industry: the role of sunset park, Brooklyn's immigrant economy. *Economic Development Quarterly*, New York, v. 17, p, 294-309, aug. 2003.

- KONTIC, B. *Aprendizado e metrópole: a reestruturação produtiva da indústria do vestuário em São Paulo*. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- LIGHT, I. et al. Immigrant incorporation in the garment industry of Los Angeles. *International Immigration Review*, v. 33, n. 1, p. 5-25, 1999.
- MARRONI, M. G. Migrantes mexicanas em los escenarios familiares de las comunidades de origen: amor, desamor y dolor. *Estudios Sociológicos XXIV*, v. 72, mayo 2006. Disponível em: <[http://migrantologos.mx/articulos\\_maestros/TextoGloria.pdf](http://migrantologos.mx/articulos_maestros/TextoGloria.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2011.
- MARTES, A. C. B. Weber e Schumpeter: a ação econômica do empreendedor. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 254-270, 2010.
- MILKMAN, R. L. A. *Story: immigrants workers and the future of the u.s. labor movement*. New York: Russel Sage Foundation, 2006.
- NESS, I. *Immigrants, unions, and the New U.S. labor market*. Philadelphia: Temple University Press, 2006.
- PORTES, A. Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 33, p. 133-158, 2000.
- \_\_\_\_\_. Inmigración y metrópolis: reflexiones acerca de la historia urbana. *Migraciones Internacionales*, Ciudad de Mexico, v. 1, n. 1, p. 111-134, 2001.
- PORTES, A.; SENSENBRENNER, J. Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. *The American Journal of Sociology*, Chicago, v. 98, n. 6, p. 1320-1350, 1993.
- SASSEN, S. *The global city*. Princeton: Princeton University Press, 1991.
- SCOTT, J. A. Industrial organization and the logic of intra metropolitan location: a case of study of the women's dress industry in the Greater Los Angeles region. *Economic Geography*, Los Angeles, v. 60, n. 1, p. 3-27, 1984.
- SILVA, S. A. *Bolivianos: a presença da cultura andina*. São Paulo: Nacional, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Costurando sonhos: trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo: Edições Paulinas, 1997.
- THORNTON, P. H. The sociology of entrepreneurship. *Annu. Rev. Social*, Palo Alto, n. 25, p. 19-46, 1999.
- TRUZZI, O.; SACCOMANO, M. Economia e empreendedorismo étnico: balanço histórico da experiência paulista. In: MARTES, A. C. B. (Org.). *Redes e sociologia econômica*. São Carlos: EdUFSCar, 2009.
- WALDINGER, R. Immigrant enterprise in the New York garment industry. *Social Problems*, California, v. 32, n. 1, p. 60-71, oct. 1984.
- \_\_\_\_\_. *Through the eye of the needle: immigrants and enterprise in New York's garment trades*. Nova Iorque: N.Y.U Press, 1986.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

---

## GÊNERO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO:

*Uma análise do setor de TI*

Bárbara Castro<sup>17</sup>

### RESUMO

O setor da tecnologia da informação (TI) surge durante a reestruturação produtiva, quando o mercado de trabalho brasileiro passou pela flexibilização dos direitos trabalhistas e pelo aumento da participação das mulheres. Apesar de o setor acompanhar essa primeira tendência, pois elevada parcela de seus trabalhadores possuem vínculos atípicos de trabalho, a segunda não corresponde à sua realidade: apenas 19% dos trabalhadores do setor são mulheres. A partir desses dados, este artigo se propõe a entender de que maneira a flexibilização aparece para as mulheres do setor. Para tanto, desenha o perfil dos profissionais por meio da análise dos micros dados da PNAD 2009.

**Palavras-chave:** Flexibilização. Gênero. Setor de TI.

---

<sup>17</sup> Pesquisadora da Unicamp. Email: [bacastro@gmail.com](mailto:bacastro@gmail.com). A pesquisa é financiada pela Capes e é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, com período sanduíche na The Open University (Milton Keynes, Reino Unido).

## **GENDER AND LABOUR FLEXIBILIZATION: AN ANALYSIS OF THE IT SECTOR**

---

### **ABSTRACT**

The sector of information technology (IT) emerged during the productive restructuring, in the 1990's, when the Brazilian labor market experienced a change in its features, with flexible work laws and an increasing in the participation of women on it. Although following the first trend, because a significant portion of IT workers have atypical working contracts, the latter trend does not match IT sector reality: only 19% of its workers are women. With this data in hands, I propose to understand how the flexibilization appears to women in this industry. I will trace a profile of IT workers with the help of Brazilian official statistics micro data from PNAD 2009.

**Key words:** Flexibilization. Gender. IT Sector.

### **1. INTRODUÇÃO**

O setor de tecnologia da informação (TI) dependia da implantação da indústria da informática no país para se estabelecer. E apesar de os diferentes governos nacionais terem discutido planos para essa indústria desde os anos de 1970, disputas políticas sobre a forma como isso deveria ser feito retardaram o seu desenvolvimento. O governo e os pesquisadores sempre se posicionaram favoráveis ao modelo de reserva de mercado. Acreditavam que era uma maneira de incentivar a indústria nacional, a pesquisa ligada à alta tecnologia e a formação de pesquisadores e profissionais qualificados. A política para a informática estava diretamente ligada ao projeto nacionalista e à política de desenvolvimento científico. Acontece que, já no fim da década de 1970 e início da década de 1980, sob pressão das grandes indústrias multinacionais (especialmente IBM) e do governo norte-americano, que rechaçavam o protecionismo brasileiro, a Lei de Informática começou a ser contestada no interior do governo. Após uma série de disputas internas e diante da crise econômica que assolava o país e que impedia o investimento em áreas que exigiam custos muito elevados, decidiu-se, durante o governo Sarney (1985-1990), pela abertura à entrada de empresas estrangeiras que fabricavam microcomputadores e seus componentes (TAPIA, 1995).

A abertura comercial é apenas uma das características do período em que a indústria da informática e o setor de TI cresceram no Brasil. A década de 1990 também foi marcada por

duas importantes mudanças no cenário do mercado de trabalho: 1) a flexibilização das relações de trabalho, que implicou na redução dos benefícios e direitos trabalhistas e na introdução de novas normas e leis coletivas que permitem o ajuste dos direitos trabalhistas à nova ordem econômica e 2) o crescimento da participação das mulheres, pois apenas entre 1981 e 2002 houve um crescimento de 13,7% na taxa de atividade feminina no mercado de trabalho – era de 32,9% e passou para 46,6% (HOFFMAN; LEONE, 2004)<sup>18</sup>.

Entendo que essas mudanças no cenário do mercado de trabalho brasileiro tornam o setor de TI um objeto de estudo privilegiado para entender de que maneira a flexibilização e o crescimento da participação das mulheres se refletiram nas relações de trabalho e na experiência cotidiana dos trabalhadores e trabalhadoras que nascem *no* e *do* contexto da reestruturação produtiva.

As conseqüências do contexto nacional em que essa força de trabalho ganha corpo ficam mais claras em uma pesquisa realizada por Salatti (2005). Ela encontrou sete modalidades diferentes de vínculo trabalhista (CLT, Pessoa Jurídica individual ou limitada (PJ's), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, estagiários, trabalhadores informais e pseudo-sócios) em empresas brasileiras de desenvolvimento de sistemas, uma das várias especializações da área de TI. Entre esses diferentes contratos de trabalho, Salatti (2005) mostrou que o contrato de tipo PJ era predominante no setor (36% de sua amostra).

Mas o setor de TI não acompanhou a outra característica do mercado de trabalho brasileiro acima apontado: apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho apenas 19% dos trabalhadores do setor são mulheres (PNAD 2009, elaboração própria). Essa marca, no entanto, não é exclusividade do Brasil. A Comissão Européia para a Sociedade da Informação atestou que um entre cada cinco trabalhadores do setor de TI na Comunidade Européia são mulheres (COMISSÃO..., 2010). A pesquisadora Scott-Dixon (2004) também afirmou que, no Canadá, as mulheres não alcançam nem 1/3 da força de trabalho na indústria de TI.

Essa tendência internacional gerou uma série de pesquisas que buscavam entender os porquês da baixa participação das mulheres nos setores de ciências e tecnologia. De maneira geral, posso dizer que eles se orientaram pelas discussões sobre a divisão sexual do trabalho e o patriarcado, que defende que a tecnologia é central para a dinâmica do

---

<sup>18</sup> Em 2008, segundo a série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esse número era de 52,4%.

capitalismo e central para a manutenção do patriarcado, pois permite que os homens exerçam seu poder tanto sobre a natureza quanto sobre a sociedade (FAULKENR; ARNOLD, 1985; COCKBURN, 1992; KELLER, 1992); sobre a socialização das crianças, que copiarão os papéis femininos ou masculinos que vêm na sociedade, além de serem submetidas a um currículo escolar que constrói uma narrativa de gênero para as diferentes áreas do conhecimento (GRIFFITHS, 1985; WHITELEGG, 1992) e a recuperação de biografias de mulheres bem sucedidas nas áreas de ciência e tecnologia, problematizando a leitura de que a tecnologia sempre foi uma esfera de domínio masculino (BIRKE et al., 1980; BAUM, 1986; TOOLE, 1998; MORROW; PERL, 1998; FRIZE, 2009). A tendência geral dessas pesquisas era a de problematizar a identidade entre masculinidade e tecnologia e/ou ciência, mostrando como ela foi histórica e socialmente construída.

Compartilho da tese esboçada por esses estudos de que o *gap* de gênero continua presente no setor de tecnologia por problemas histórico-culturais de construção das identidades masculina e feminina. A partir disso, a pergunta que coloco é: de que maneira a desigualdade numérica entre homens e mulheres influencia na posição na ocupação, remuneração e contratos? Tomando como ponto de partida o fato de que a TI ganha corpo em um momento em que a legislação trabalhista é desregulamentada e, portanto, os trabalhadores e trabalhadoras do setor são submetidos a um regime de trabalho flexível, o que busco entender é se essa flexibilização das relações de trabalho é generificada, ou seja, se ela ocorre de maneira diferente para homens e mulheres.

## 2. METODOLOGIA

Partindo do contexto de flexibilização e do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro na década em que o setor de TI ganha corpo, e buscando compreender de que maneira eles se relacionam, me propus a investigar de que maneira a flexibilização dos direitos trabalhistas aparece sob a perspectiva de gênero no setor de TI. Para tanto, tracei um perfil desses profissionais por meio da análise dos micros dados da PNAD 2009.

Para tornar a análise dos micros dados da PNAD viável é preciso, antes, definir o que estou chamando de TI neste artigo. Conforme define Castells em seu clássico “A era da informação”, as tecnologias da informação e comunicação são “o conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (software e hardware), telecomunicações/rádiodifusão, e optoeletrônica” (CASTELLS, 2000, p. 49) mais as tecnologias reprodutivas. Para fins da minha pesquisa, no entanto, reduzi a definição de TI

apenas às práticas de gestão, análise, teste e codificação da informação realizada por meio de computadores. A estruturação e o gerenciamento de banco de dados, a criação de softwares e o desenho de páginas na internet são exemplos de atividades que estão incluídas no setor de TI e que transformam conhecimento em códigos e interfaces. São atividades que nos permitem arquivar, catalogar, organizar, pesquisar, trocar etc. com maior agilidade.

Considerarei como profissionais de TI apenas aqueles que se vinculam a estas atividades e que agreguem valor à mercadoria que produzem por desenvolverem, administrarem ou programarem soluções computacionais. É por isso que não considerarei o pessoal envolvido nas atividades de manutenção e fabricação de equipamentos de hardware ou operadores de telemarketing, como profissionais de TI. A classificação que uso obedece à lógica de que a TI está relacionada a tarefas de alta complexidade e que supõem um conhecimento extensivo e específico sobre computação.

Nesse sentido, selecionei sete códigos ocupacionais presentes na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) que dão conta do universo dos profissionais de TI. São eles: especialistas em computação (2121); engenheiros em computação – desenvolvedores de software (2122); especialistas em informática (2123); analistas de sistemas (2124); programadores de informática (2125); técnicos em programação (3171); técnicos em operação de computadores (3172).

Tendo selecionado essas sete ocupações, realizei um filtro no banco de dados da PNAD 2009 com o auxílio do software SPSS, de maneira a criar um novo banco de dados com informações que se referissem apenas a esses códigos ocupacionais. Destaco que todos os dados aqui apresentados foram pesados, o que quer dizer que trabalhei diretamente com a amostra e não apenas com as observações da pesquisa.

A PNAD foi o banco escolhido, em detrimento da RAIS, porque apesar deste último ser mais confiável para analisar o mercado formal de trabalho no Brasil, “por sua natureza censitária, amplitude de informação, cobertura geográfica” (NEGRI, 2001, p. 19) ele não abrange a informalidade e, conforme explicitamos, os profissionais de TI atuam sob uma diversidade de contratos atípicos, o que faz a consulta à PNAD indispensável para um retrato mais fiel do setor.

### 3. RESULTADOS E ANÁLISE

Conforme citado no início deste texto, as mulheres correspondem a aproximadamente 19% do total de profissionais de TI do país que, segundo a amostra, somam mais de meio milhão de pessoas (Veja a Tabela 1). A média de idade dos homens do setor é de 31 anos e das mulheres, 32.

**Tabela 1: Profissionais de TI e Sexo**

	Frequência	Porcentagem
<b>Masculino</b>	474274	81,16%
<b>Feminino</b>	110067	18,84%
<b>Total</b>	584341	100%

**Fonte:** PNAD 2009. Elaboração própria.

Na Tabela 2, podemos notar que tanto as mulheres quanto os homens estão mais concentrados nas ocupações 2124 - analistas de sistemas (39%) e 3171 - técnicos em programação (43,7%). Entre as mulheres, a maior concentração está na análise de sistemas (49%), já entre os homens, ela está nos técnicos em programação (47,3%). As mulheres são maioria em relação aos homens tanto na análise de sistemas (49% das mulheres contra 37% dos homens) quanto na ocupação 3172 - técnicos em operação de computadores (19,8% das mulheres contra 10% dos homens). O dado que mais chama a atenção, no entanto, é a ausência de registro de mulheres nas ocupações 2122 - engenheiros em computação/desenvolvedores de software e 2123 - especialistas em informática.

**Tabela 2: Código da ocupação no trabalho principal e Sexo**

		Código da Ocupação no trabalho principal							Total
		2121	2122	2123	2124	2125	3171	3172	
<b>Masculino</b>	Frequência	977	1526	4821	175534	18652	225897	46867	474274
	% de Sexo	0,2%	0,3%	1%	37%	3,9%	47,6%	10%	100%
	% de Código da ocupação no trabalho principal	53,6%	100%	100%	76%	83%	88%	68%	81%

Feminino	Frequência	845	0	0	54107	3725	29559	21831	110067
	% de Sexo	0,76%	0%	0%	49%	3%	26,8%	19,8%	100%
	% de Código da ocupação no trabalho principal	46%	0%	0%	23,5%	16,6%	11,5%	31,7%	18,8%
Total	Frequência	1822	1526	4821	229641	22377	255456	68698	584341
	% de Sexo	0,3%	0,3%	0,8%	39%	3,8%	43,7%	11,7%	100%
	% de Código da ocupação no trabalho principal	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

**Fonte:** PNAD 2009. Elaboração própria.

A menor concentração das mulheres nos cargos de programação (2125 e 3171) e sua maior participação relativamente aos homens em análise de sistemas e cargos operacionais refletem uma tendência apontada por pesquisas internacionais. Scott-Dixon (2004), por exemplo, afirma que suas entrevistadas associavam as suas qualificações com a área não-técnica do setor de TI como uma estratégia de afirmação de identidade de gênero, posto que as atividades técnicas são altamente associadas com o ideário masculino. Glover e Guerrier (2010) destacam que quando notamos os tipos de trabalho que os homens e as mulheres ocupam nesse setor, percebemos como elas tendem a deixar a área dura de TI e se mover para nichos mais periféricos e feminizados, como designer de websites, gerentes de projeto, e técnicas que inserem dados.

Há segundo Glover e Guerrier (2010), uma negação das mulheres em dizer que fazem parte do setor porque não querem se associar às habilidades masculinas. Suas entrevistadas apontaram para a dificuldade de se encaixar em um ambiente que elas definem como masculino porque precisam abrir mão, ou deixar de fora do ambiente de trabalho, as características que elas entendem que as identificam enquanto mulheres. Para ilustrar seu argumento, destaco duas falas de mulheres que eles apresentam em seu artigo: “É uma indústria muito dura, poucas mulheres entraram nela e as que entraram não vão se esquivar

do fato de serem mulheres e vão ter que se adaptar a ser como homens” (ADAM et al., 2006, p. 7).<sup>19</sup> E “Isso não foi natural para mim... Eu acho que você tem que se encaixar, não pode ser muito feminina, tem que ser durona e isso não é o meu jeito de ser”<sup>20</sup> (ADAM et al., 2006, p. 7).

Os autores entendem que, como a norma de gênero é binária, muitas vezes as mulheres que trabalham em profissões identificadas com o ideário masculino são, também, masculinizadas. A estratégia que elas usam para não serem assim associadas é ignorar sua feminilidade, se colocando como neutras, ou ignorar sua capacidade técnica, se colocando como femininas. Adam et al. (2006), narram histórias de mulheres que se vestiam de maneira neutra para não chamar a atenção e eram tomadas como lésbicas pelos colegas – mesmo que sua opção sexual não fosse essa. Quando uma mesma mulher que se vestia de maneira neutra passou a usar roupas mais associadas ao imaginário feminino, ela passou a ser confundida com a secretária da empresa pelos colegas, que lhe passaram a pedir para fazer remarcação de suas passagens ou hotéis para as viagens de negócios. A conclusão a qual os autores chegam é a de que o ambiente é tão masculino e a associação entre técnica e masculinidade tão imediata que as mulheres se sentem pouco a vontade no ambiente de trabalho.

Os nichos em que as mulheres acabam se concentrando são classificados como trabalho emocional por Glover e Guerrier (2010) por envolverem comunicação com o cliente. Já havia identificado o setor de serviços com o trabalho emocional, do cuidado. E é justamente esse tipo de trabalho, afirmam Glover e Guerrier (2010) que as mulheres que trabalham com TI ocupam, em sua maioria. Nesses cargos, voltados à comunicação com o cliente, o trabalhador deve ser paciente, simpático e saber dissipar a raiva do cliente. Essas características, consideradas traços femininos, feminizam esses cargos e os desvalorizam, deixando as mulheres em uma hierarquia de salários e sucesso inferior ao dos homens. E isso acontece mesmo quando os homens ocupam os mesmos cargos, associados à habilidade do cuidado, que as mulheres ocupam.

---

<sup>19</sup> No original: “It’s a tough industry (IT), not many women would have entered into it and the ones that have entered will have shied away by the fact that they are women and they would have to adapt to be just like men” (ADAM et al., 2006, p. 7).

<sup>20</sup> No original: “That doesn’t come naturally to me...*I think you’ve got to ‘fit in’, you’ve not got to be too girly, you’ve got to be quite tough and that’s not naturally me*” (ADAM et al., 2006, p. 7).

Quando olhamos para a renda média dos trabalhadores do setor, há uma leve tendência de as mulheres ganharem mais do que os homens. R\$ 2.299,85 contra R\$ 2.148,25 (veja tabelas 3 e 4).

**Tabela 3: Rendimento mensal na semana de referência (mulheres)**

		Rendimento mensal do trabalho principal
N	Válidos	108487
	Perdidos	1580
Media		2299,851512
Mediana		1800
Moda		2000
Percentis	25	800
	50	1800
	75	3000

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

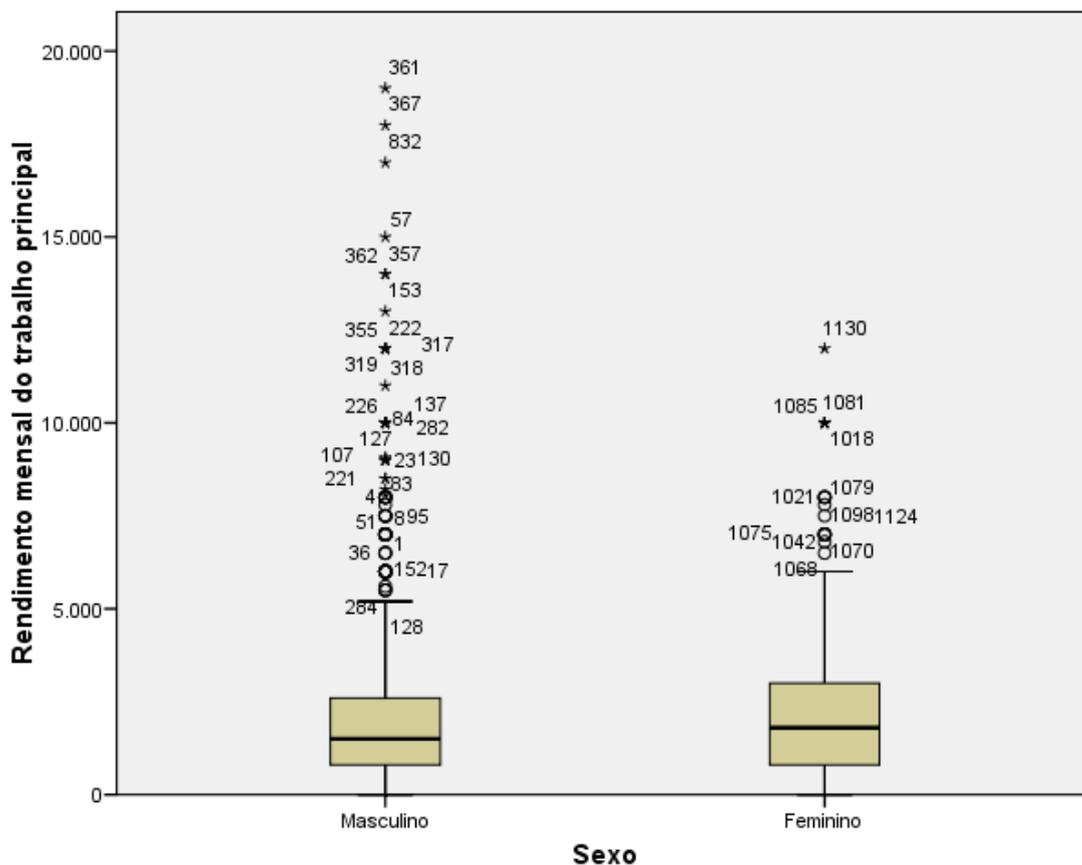
**Tabela 4: Rendimento mensal na semana de referência (homens)**

		Rendimento mensal do trabalho principal
N	Válidos	108487
	Perdidos	1580
Média		2299,851512
Mediana		1800
Moda		2000
Percentis	25	800
	50	1800
	75	3000

Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

No entanto, quando olhamos para os salários mais elevados do setor, percebemos como a desigualdade salarial entre os homens e mulheres se colocam. Com a exceção de um grupo de 1.130 mulheres que ganham até R\$12.000, apenas os homens atingem os salários acima dos R\$10.000. A dispersão de homens que ganham salários acima de R\$5.000 é muito maior do que a dispersão que observamos nas mulheres (veja o Gráfico 1).

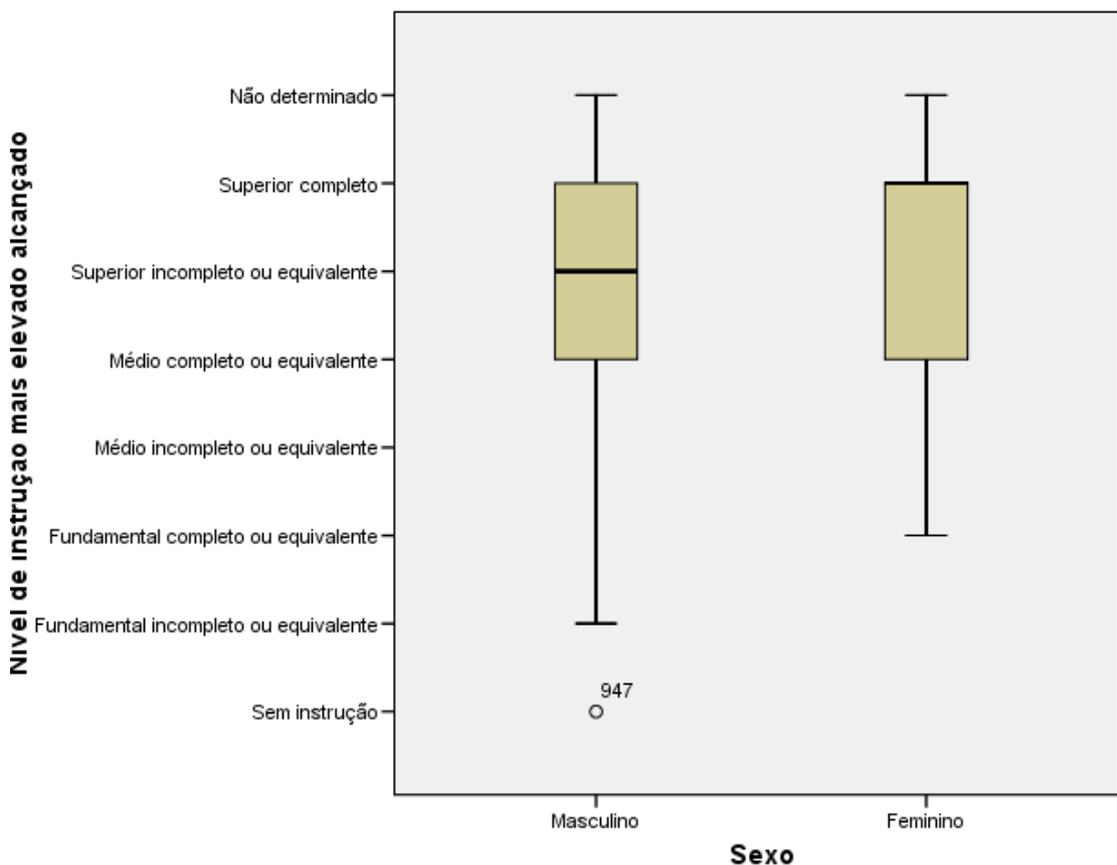
**Gráfico 1: Distribuição do rendimento mensal do trabalho principal entre homens e mulheres**



Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

A problemática da distribuição salarial fica ainda mais complexa quando observamos as informações sobre o nível de instrução dos profissionais do setor. A média das mulheres possui escolaridade superior à dos homens (a média das mulheres tem o Ensino Superior Completo, a média dos homens, Ensino Superior Incompleto). Além disso, enquanto há registros de muitos homens trabalhando no setor de TI com Ensino Fundamental Incompleto (ou Equivalente) ou sem instrução, as mulheres que trabalham no setor possuem, ao menos, Ensino Fundamental Completo. Veja o Gráfico 2:

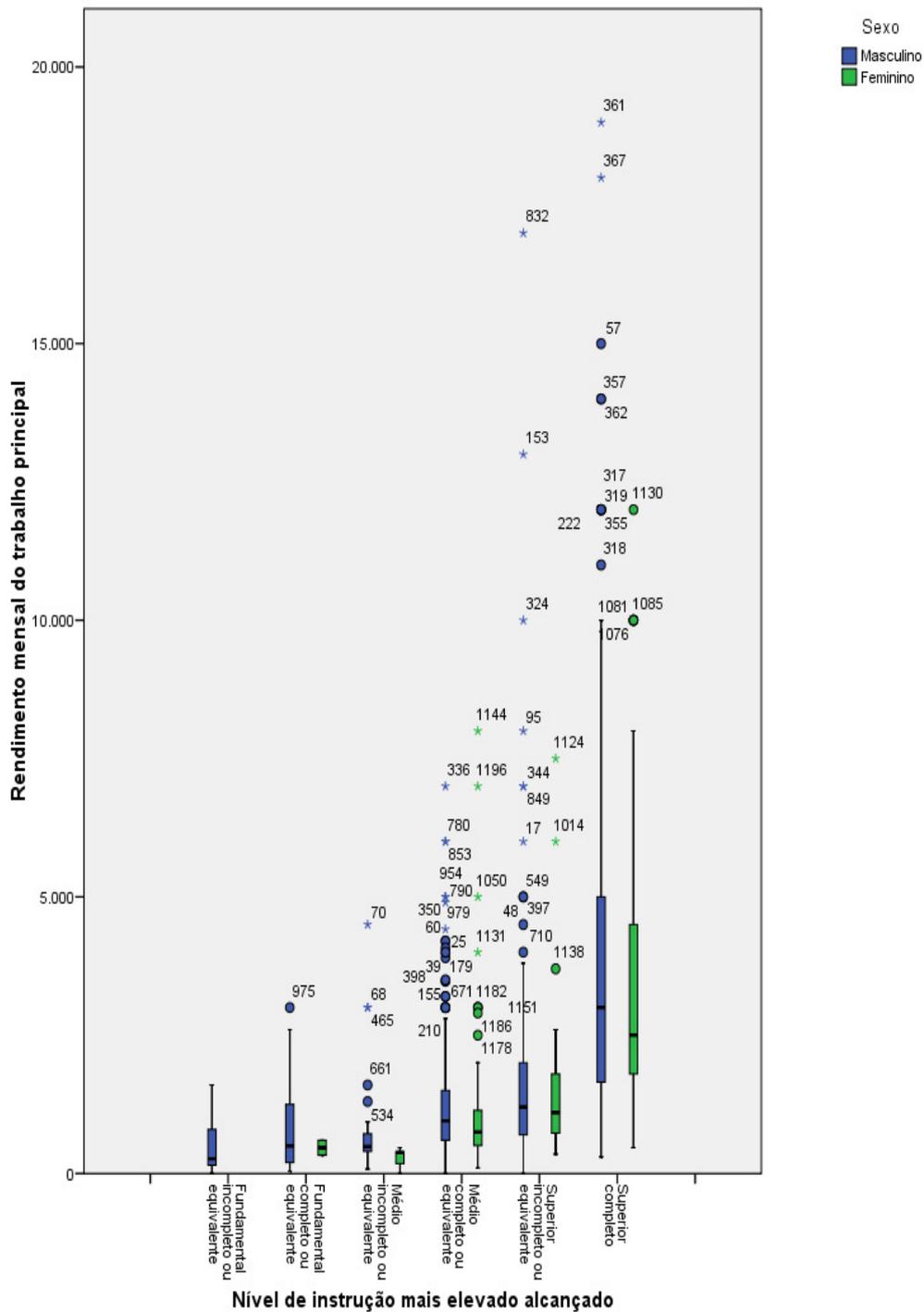
**Gráfico 2: Nível de instrução mais elevado alcançado e sexo**



Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

A partir desse gráfico, podemos inferir que a renda mensal média das mulheres do setor de TI é maior do que a dos homens porque a maioria delas possui Ensino Superior Completo. O Gráfico 3 complexifica essa questão e mostra que apesar de a média das mulheres terem um nível educacional maior do que os homens, isso não é um fator diferencial quando comparamos as médias salariais dos dois sexos que possuem o mesmo nível educacional. Observe que os homens que possuem Ensino Superior Completo possuem uma remuneração média superior às mulheres que possuem o mesmo nível de estudos. O tempo de estudos não é, portanto, um fator diferencial para as mulheres. O contrário acontece com os homens: quanto maior o tempo de estudos, maior o salário que eles conquistam no mercado de trabalho relativamente às mulheres.

**Gráfico 3: Rendimento mensal do trabalho principal e nível de instrução mais elevado**



Fonte: PNAD 2009. Elaboração própria.

As diferenças entre homens e mulheres na estrutura ocupacional do setor também estão presentes na posição na ocupação. Na Tabela 5 podemos observar que apesar de a maioria dos trabalhadores do setor (82,9%) terem se declarado na categoria empregados, há uma diferença de mais de 10% entre homens e mulheres que trabalham com carteira assinada no setor. São cerca de 81% dos homens atuam no mercado de trabalho formal no setor de TI contra 91,5% das mulheres. Além disso, os homens são maioria nas categorias conta própria e empregador, compondo cerca de 8% a mais do total de trabalhadores por sexo nessas posições (18,7% do total de homens contra 9,9% do total de mulheres). Nota-se, também, que não há nenhum registro de mulher empregadora.

**Tabela 5: Posição na ocupação e sexo**

Sexo		Posição na ocupação			
		Empregado	Conta Própria	Empregador	Total
Masculino	Frequência	382701	82216	6403	473064
	% de Sexo	80,9%	17,4%	1,3%	100%
	% de Posição na ocupação	79%	90%	100	81%
Feminino	Frequência	100731	9113	0	110067
	% de Sexo	91,5%	8,3%	0	100%
	% de Posição na ocupação	20,8%	9,9%	0	18,8%
Total	Frequência	483432	91329	6403	583131
	% de Sexo	82,9%	15,6%	1,09%	100%
	% de Posição na ocupação	100	100	100	100%

**Fonte:** PNAD 2009. Elaboração própria. Excluindo as categorias “Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar” e “Outro trabalhador não remunerado”.

Esses dados apontam para uma tendência maior de as mulheres se concentrarem nos contratos mais tradicionais de trabalho, enquanto os homens participariam mais de relações atípicas de trabalho. Essa tendência a contratos e relações de trabalho mais tradicionais da parte das mulheres aponta para uma problematização dos outros sentidos possíveis da flexibilidade do trabalho: as de tempo e espaço.

Na literatura internacional sobre mulheres que trabalham com TI, a flexibilidade temporal e espacial é apontada como uma estratégia encontrada pelas mulheres para conciliar as esferas do trabalho e da família. Armstrong et al. (2007), por exemplo, buscaram entender

como elas equilibravam o trabalho e a vida familiar. O grupo de mulheres entrevistadas era bem heterogêneo. Elas eram solteiras, casadas, grávidas, com filhos pequenos e filhos crescidos. Todas já trabalhavam no setor há uma média de oito anos e eram, em sua maioria, programadoras. Com perguntas relacionadas apenas ao trabalho – o tema ‘família’ era trazido à tona nas respostas das mulheres -, como “Que desafios você acredita que as mulheres de TI enfrentam que os seus pares homens não enfrentam?”, fizeram um mapa das percepções sobre família e trabalho e as classificam em representações estruturais. Gerenciamento das responsabilidades familiares, qualidade do trabalho, stress e flexibilidade de tempo de trabalho foram os temas que mais apareceram em suas falas. A interação entre família e trabalho era percebida pelas mulheres como a interconexão entre esses fatores.

A flexibilidade dos horários de trabalho era apontada como uma solução ao conflito entre trabalho e família, mas essa adaptação gerava grande stress, pois era percebido no ambiente empresarial como falta de dedicação ao trabalho e à carreira e isso acabava se colocando como uma barreira à promoção das mulheres. Além disso, a pressão para se manter sempre atualizada e adquirir novas qualificações também esbarrava no conflito entre trabalho e família. O que era uma estratégia de aliviar o conflito trabalho-família se transformava, portanto, em uma fonte de stress. “Dos mapas encontrados em nosso estudo, há um ciclo vicioso no qual o stress gerado pelo trabalho ocupa um papel central no conflito entre família e trabalho para as mulheres de TI” (ARMSTRONG et al., 2007, p. 12). Há, pois, uma tensão entre as responsabilidades familiares e a desempenho esperada de um trabalhador de TI.

Os pesquisadores notaram que as mulheres acabam ocupando o trabalho mais burocrático, organizacional e que não lhes exige o exercício da flexibilidade temporal e espacial. Como é esperado que as mulheres precisem desempenhar o duplo papel de trabalhar em uma empresa e cuidar de uma família, os empregadores não esperam que elas possam desempenhar bem um cargo que exige flexibilidade e mobilidade. Talvez por isso – mas não apenas por essa razão, pois compreendo as trabalhadoras de TI como sujeitas com voz ativa – é que encontramos em nossos dados uma indicação de que as mulheres se fixam em relações de trabalho mais tradicionais do que as dos homens.

No caso das profissionais de TI do Brasil, notamos pela Tabela 7 que a grande maioria tem filhos. Observe que apenas 21% da amostra – casal sem filhos e outros tipos de família – ou não possuem filhos ou não informam se esse arranjo familiar existe. Parcela similar da

amostra (cerca de 22%) são mães de filhos menores de 14 anos, que exigem um cuidado e atenção maior dos pais, e 47,20% são mães de filhos com 14 anos ou mais.

**Tabela 7: Mulheres de TI e Tipo de Família**

Tipo de Família	% de Mulheres
Casal sem filhos	14,60%
Casal com todos os filhos menores de 14 anos	17%
Casal com todos os filhos maiores de 14 anos	30,50%
Casal com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	6,97%
Mãe com todos os filhos menores de 14 anos	5,19%
Mãe com todos os filhos de 14 anos ou mais	17,15%
Mãe com filhos menores de 14 anos e de 14 anos ou mais	0,95%
Outros tipos de família	7,40%
Total	100%

Fonte: PNAD2009. Elaboração própria.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a entender se a flexibilização do trabalho é generalizada no setor de TI. A intenção é compreender de que maneira duas características do mercado de trabalho brasileiro da década de 1990, quando o setor de TI se estabelece no país, se relacionam e dão indicativos mais gerais das consequências do processo de desregulamentação do trabalho para as mulheres trabalhadoras no país.

O que observamos é que, apesar de o setor concentrar uma infinidade de contratos atípicos, as mulheres tendem a estar em uma posição mais tradicional de relações de trabalho. Conforme pudemos constatar, elas possuem ligeira vantagem (cerca de 10% a mais) nos vínculos com carteira assinada ou estatutários.

A partir desses dados, levantei algumas hipóteses sobre os porquês de as mulheres se concentrarem mais do que os homens nos contratos mais tradicionais de trabalho. Há uma escolha ativa? De que maneira essa informação se relaciona com a esfera da família?

Entendo que existam diversos caminhos para responder a essas perguntas. Concordo com a conclusão de Armstrong et al. (2007), segundo a qual os empregadores não esperam que as mulheres possam desempenhar bem um cargo que exige flexibilidade e mobilidade. A

possibilidade de constituição de uma família e a tarefa do cuidado exigida pelo papel atribuído às mulheres em nossa sociedade pode levar a uma discriminação informal das empresas no ato da contratação das mulheres. Mas entendo, também, que a aceitação de vínculos atípicos de trabalho, que não regulamentam as horas semanais da jornada, descanso semanal remunerado, férias, 13º, licença maternidade etc. possam vir a limitar o desempenho desse papel. Apesar de o setor apregoar tempos de trabalho flexíveis como uma vantagem às mulheres, porque por meio disso seria possível conciliar o trabalho da empresa com o cuidado da casa e dos filhos, a escolha ativa de um contrato de trabalho que não possibilite às mulheres participarem ativamente da criação de seus filhos e filhas – que possuem jornadas pouco flexíveis devido ao cumprimento do currículo escolar – pode significar, para elas, a perda do papel de gênero que as diferencia enquanto mulheres em um setor altamente masculinizado.

Além disso, como aponta Kelan (2009) em sua pesquisa com trabalhadores de uma empresa de software suíça, apesar de a flexibilidade ser apresentada como uma vantagem do setor às mulheres, não são elas que melhor aproveitam as suas vantagens. Um bom exemplo disso é o teletrabalho – ou o trabalho realizado a partir de casa para a empresa. Os trabalhadores homens que têm filhos por ela entrevistados dizem preferir trabalhar no escritório, não em casa, porque as crianças atrapalhariam seu desempenho. Essa escolha supõe que alguém fique em casa cuidando dos filhos – a esposa ou a babá. As mulheres reclamavam da baixa produtividade quando trabalhavam em casa pela intersecção das vidas profissional e pessoal e afirmavam que os filhos, filhas e companheiros pouco colaboravam para que o seu espaço de trabalho dentro de casa fosse respeitado e levado a sério.

Os entrevistados e entrevistadas de Kelan (2009) afirmam que realizar teletrabalho e ter uma família são atividades incompatíveis. E isso a leva a entender que a flexibilidade é utilizada de maneiras diferentes por homens e mulheres. Enquanto que eles a utilizam para ganhar mais dinheiro, acumulando diferentes projetos de trabalho, elas a utilizam para conciliar trabalho pago e não-pago. Kelan (2009) conclui que o cuidado não entra na construção da flexibilidade estabelecida para o trabalhador ideal de TI e que, por essa razão, esse trabalhador ideal não é neutro para a categoria de gênero. Antes, ele é masculino. Pois apenas alguém que tenha disponibilidade total para a empresa, sem que a esfera pessoal se confunda de saída com a esfera profissional, é que pode assumir o papel flexível.

A conclusão à qual chega Kelan (2009), de que a flexibilidade é generificada - isto é, possui sentidos diferentes para homens e mulheres -, nos ajuda a pensar sobre o retrato das

mulheres que trabalham com TI no Brasil. A experiência de flexibilidade experimentada por elas no sentido invocado por este texto (contratos atípicos) é levemente diferente daquele experimentado pelos homens. E isso pode ter relação direta com o sentido de flexibilidade (temporal e espacial) com o qual Kelan (2009), está preocupada: as mulheres se concentram nas relações de trabalho mais tradicionais porque sua flexibilidade temporal e espacial é limitada por seu papel de gênero.

Essa hipótese será mais bem trabalhada com uma investigação de caráter qualitativo. Nos próximos passos da pesquisa, vou entrevistar 30 mulheres e 30 homens do setor por meio de um questionário semi-estruturado que busca recuperar as suas trajetórias profissionais e compreender de que maneira eles e elas são influenciados pela esfera da família e do cuidado. As experiências pessoais e profissionais dos profissionais de TI nos ajudarão a pensar sobre o caráter generificado da flexibilização e sobre a atualização dos papéis masculinos e femininos no mercado de trabalho a despeito do crescimento da participação da mulher.

## REFERÊNCIAS

- ADAM, A. et al. Being an 'it' in IT: gendered identities in IT work. *European Journal of Information Systems*, v. 15, n. 1, p. 368-378, feb. 2006.
- ARMSTRONG, D. J. et al. Advancement, voluntary turnover and women: in IT a cognitive study of work-family conflict. *Information & Management*. v. 44, n. 2, p. 142-153, mar. 2007.
- BAUM, J. *The calculating passion of ada byron*. London: Archon Books, 1986.
- BIRKE, L. et al. (Eds.). *Alice through the microscope: the power of science over women's lives*. London: Virago Press, 1980.
- CASTELLS, M. *Sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- COCKBURN, C. Technology, production and power. In: KIRKUP, G.; KELLER, S. L. *Inventing women: science, technology and gender*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- COMISSÃO EUROPEIA PARA A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. *Relatório*. Disponível em: <[http://ec.europa.eu/information\\_society/activities/itgirls/doc/women\\_ict\\_report1.pdf](http://ec.europa.eu/information_society/activities/itgirls/doc/women_ict_report1.pdf)>.
- Acesso em: 20 jul. 2010.
- FAULKNER, W.; ARNOLD, E. Introduction. In: FAULKNER, W.; ARNOLD, E. (Eds.). *Smothered by invention: technology in women's lives*. London: Pluto Press, 1985.
- FRIZE, M. *The bold and the brave: a history of women in science and engineering*. Ottawa: University of Ottawa Press, 2009.

- GLOVER, J.; GUERRIER, Y. Women in hybrid roles in IT employment: a return to nimble fingers?. *Journal of Technology Management & Innovation*, v. 5, n. 1, p. 85-94. 2010.
- GRIFFITHS, D. The exclusion of women from technology. In: FAULKNER, W.; ARNOLD, E. (Eds.). *Smothered by invention: technology in women's lives*. London: Pluto Press, 1985.
- HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar no Brasil: 1981-2002. *Nova Economia*, v. 14, n. 2, p. 35-58, 2004.
- KELAN, E. *Performing gender at work*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009. 264 p.
- KELLER, E. F. How gender matters, or, why it's so hard for us to count past two. In: KIRKUP, G.; KELLER, S. L. *Inventing women: science, technology and gender*. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 42-56.
- MORROW, C.; PERL, T. *Notable women in mathematics: a biographical dictionary*. Westport: Greenwood Publishing Group, 1998.
- NEGRI, J. A. de. *Mercado formal de trabalho: comparação entre os microdados da RAIS e da PNAD*. Brasília: IPEA, 2001.
- SALATTI, R. de C. *Flexibilização do trabalho em empresas de desenvolvimento de sistemas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)- Instituto de Geociências, Campinas, 2005.
- SCOTT-DIXON, K. *Doing IT: women working in information technology*. Toronto: Sumach Press, 2004. 241 p.
- TAPIA, J. R. B. *A trajetória da política de informática brasileira (1974-1991): atores, instituições e estratégias*. 1995. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995.
- TOOLE, B. A. *Ada: the enchantress of numbers*. England: Strawberry Press, 1998.
- WHITELEGG, L. Girls in science education: of rice and fruit trees. In: KIRKUP, G.; KELLER, S. L. *Inventing women: science, technology and gender*. Cambridge: Polity Press, 1992.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO:

*Uma análise comparativa entre as teorias sociológicas e econômicas*

*Erika Osakabe Asbahr<sup>21</sup>*

### RESUMO

Estudos sobre a divisão sexual do trabalho têm ganhando cada vez mais espaço nos debates econômicos e sociológicos nas últimas décadas. De um modo geral, as pesquisas realizadas se propuseram a mostrar as diferenças no comportamento dos homens e das mulheres diante do mercado de trabalho, bem como a divisão das tarefas domésticas na família. Esse texto visa a retomar algumas discussões teóricas sobre a distribuição do trabalho na família de forma a mostrar que, independentemente das correntes que analisam o fato em si, as mulheres se encontram em posição desfavorecida em relação ao homem, tanto no mercado de trabalho quanto nas funções exercidas no ambiente doméstico. Para se alcançar o objetivo desta pesquisa foi realizado uma revisão teórica das principais correntes e estudos sociológicos e econômicos que discutiram e discutem o tema divisão sexual do trabalho.

**Palavras-chave:** Divisão Sexual do Trabalho. Trabalho Feminino. Precarização do Trabalho Feminino.

---

<sup>21</sup> Doutoranda em Economia pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP. E-mail: [erikaosakabe@gmail.com](mailto:erikaosakabe@gmail.com)

## SEXUAL DIVISION OF LABOR:

### A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE ECONOMIC AND SOCIOLOGICAL THEORIES

Studies on the sexual division of labor are gaining more space in the economic and sociological debates in recent decades. In general, the surveys were proposed to show the differences in the behavior of men and women on the labor market and the division of household chores in the family. This paper aims to regain some theoretical discussions on the distribution of work in the family to show that regardless of the currents that analyze the act itself, women are in disadvantaged position in relation to man, both in employment and in the functions performed at home. To achieve the objectives of this research was conducted a literature review of mainstream economic and sociological studies and discussed that topic and discuss the sexual division work.

**Keywords:** Gender Division of Labour. Women's Labour. Precariousness of Women's Labour.

## 1. DISCUSSÃO TEÓRICA DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

### 1.1. Abordagens Sociológicas

O tema divisão sexual do trabalho tem sido enfoque de discussão de pesquisadores de diversas áreas, quer seja pelos efeitos que provoca nas relações do homem e da mulher no mercado de trabalho, quer seja pela distribuição interna do trabalho na família. Apesar de um grande número de estudos sobre a desigualdade entre os sexos no mercado de trabalho e na família ter sido realizado, nenhuma teoria ou corrente conseguiu explicar as reais causas da diferenciação do trabalho masculino e feminino.

Pode-se dizer que existem diversos prismas pelo qual a divisão sexual do trabalho pode ser enxergada, considerando que ela seja fruto de uma construção social. As análises realizadas pela história, mais precisamente a área que compreende a história da evolução do trabalho humano mostra a participação de homens e mulheres na construção das sociedades. Notam os historiadores que esses atores sociais passaram conjuntamente por formas de relacionamento de trabalho em que predominavam sucessivamente a escravatura, a servidão, o artesanato, a burguesia comerciante, a manufatura, até as formas mais recentes de modernização industrial.

Essa periodização das relações de produção considera, no geral, as mudanças nas relações entre o capital e o trabalho, deixando de lado as modificações nas relações sociais entre homens e mulheres que, de acordo com Hirata (2002) deveriam constituir em uma dimensão a ser integrada em toda tentativa de periodização das relações sociais. Nas palavras da autora:

*[...] é preciso questionar a relação capital/trabalho – ou as relações entre as classes sociais – como critério exclusivo de uma periodização histórica e propor que essa periodização leve em conta simultaneamente a evolução das relações sociais entre homens e mulheres [...] (HIRATA, 2002, p. 284).*

A autora não deixa de notar que, apesar das inúmeras mudanças que se deram nos diferentes momentos da história e da constituição de uma família oriunda do capitalismo, houve uma persistência na divisão sexual do trabalho. Como afirma Le Doaré (1994 apud HIRATA, 2002) as condições do trabalho dos homens e das mulheres mudam de acordo com o contexto histórico, cultural e econômico, mas não se transformam, segue a mesma linha de divisão dos espaços masculinos e femininos.

A partir dos anos 70, os estudos sobre a divisão sexual do trabalho ganharam uma maior amplitude ao se passar de uma leitura em que as categorias eram consideradas como neutras para a utilização das categorias chamadas sexuadas. Isso significa que a mulher passou a ganhar visibilidade enquanto atora social. Hirata (2002) considera que a introdução das categorias sexuadas de análise permitiu uma renovação teórica às ciências sociais

Hirata (2002) afirma que a relação social sexuada é um conceito correlativo ao de divisão sexual do trabalho.

*“Relações sociais sexuadas e divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis e que constituem um sistema. A reflexão em termos de relações sociais sexuadas é, ao mesmo tempo, anterior e posterior á reflexão em termos de divisão sexual do trabalho: ela lhe é preexistente como noção, mas posterior como problemática (KERGOAT, 1992 apud HIRATA, 2002, p. 275).*

Contudo, Hirata (2002) não deixa de dizer que por outro lado, a divisão sexual do trabalho é um aspecto das relações sociais sexuadas e permite romper – enquanto conceito – com a abordagem em termos de papéis e funções.

Se partirmos da idéia de que as relações sociais dos sexos são entendidas como vínculos sociais, a sociologia apresenta duas leituras sobre a divisão sexual do trabalho. A primeira delas se concentra em uma conceitualização em termos de vínculos sociais, abordando a solidariedade orgânica, a complementaridade, a conciliação, a parceria, a especialização e a divisão dos papéis.

Estas idéias já estão presentes a um bom tempo na literatura sociológica. O maior expoente foi Talcott Parsons com a corrente funcionalista que teve grande influência na segunda metade do século XX. A essência do pensamento consistia no fato de que a família é uma agência socializadora, cujas funções específicas consistem na formação da personalidade dos indivíduos (BRUSCHINI, 1989). Ainda de acordo com esse pensamento, a sociedade é vista como um conjunto de instituições sociais que desempenha funções específicas para assegurar a continuidade e o consenso. A família realiza importantes tarefas que contribuem para as necessidades básicas da sociedade e auxiliam a perpetuar a ordem social.

Parsons (1969) entende que as duas principais funções da família são a socialização primária e a estabilização da personalidade. Ao processo de aprendizado das normas culturais da sociedade em que nasce denomina de socialização primária. Segundo o sociólogo, como este fato ocorre na infância, a família passa a ser o núcleo mais importante para o desenvolvimento da personalidade do indivíduo. A estabilização da personalidade diz respeito ao papel desempenhado pela família ao assistir emocionalmente seus membros adultos. E essa função da estabilidade emocional estava atribuída essencialmente às mulheres.

De acordo com os funcionalistas, só os homens desempenhavam predominantemente os papéis ocupacionais que denominava como instrumental por permitir vincular a família com o mundo exterior. As mulheres estavam centradas em seu papel expressivo e também dedicadas às tarefas culturais e organização pessoal de forma a reforçar esse tipo de papel.

Os sociólogos funcionalistas consideram ainda a família nuclear como a que mais se adequava às necessidades da sociedade industrial moderna dadas as estratégias de sobrevivência que adotavam. Justificam os pesquisadores que os diferentes papéis desempenhados pelo marido, esposa e filhos permitiam uma nuclearização da família. Segundo eles, neste tipo de família um adulto podia trabalhar fora do ambiente doméstico, enquanto que o outro adulto cuidava da casa e dos filhos. Haveria, então, uma especialização das funções que significava que o marido adotaria a função instrumental de

provedor e a mulher teria uma função afetiva e emocional que se constituía na socialização dos filhos e na estabilização e apoio emocional para os adultos.

Garcia e Oliveira (2006) apontam como essencial na análise funcionalista a diferenciação nítida do âmbito de ação dos homens e das mulheres, tanto dentro das unidades domésticas como no mercado de trabalho. Segundo as autoras, um dos postulados centrais a respeito da família é a divisão nítida dos papéis de esferas e atividades entre homens e mulheres dentro da família e na sociedade mais ampla. Aos homens caberiam as tarefas ocupacionais (denominada por Talcott Parsons como instrumentais) porque permite vincular a família com o mundo exterior. Às mulheres caberia o papel expressivo dado que estas se dedicavam às atividades domésticas e culturais.

Os funcionalistas concordam que o advento da industrialização mais efetiva no século XX foi o fator que acentuou ainda mais esta divisão entre os homens e as mulheres, pois a família deixou de ser importante como unidade de produção econômica, e passou a ser somente responsável pela reprodução e a socialização da mesma. Decorre daí a ideia de que a divisão entre os papéis dos homens e das mulheres é uma resposta a distintas circunstâncias sociais e econômicas, ou seja, à medida que a sociedade evolui, tem lugar um processo de diferenciação estrutural que leva as instituições como as famílias a se especializar em funções particulares.

A segunda teoria sociológica das relações sociais opta por um enfoque mais voltado para a divisão do trabalho, para a contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão e poder (HIRATA, 2002, p. 279). De acordo com esse pensamento, a divisão sexual do trabalho é considerada como um aspecto da divisão social do trabalho e nela, a dimensão opressão/dominação está fortemente contida. Hirata (2002) nota que a divisão social e técnica do trabalho é acompanhada de uma hierarquia clara do ponto de vista das relações sexuadas de poder. A autora encontra em Kergoat a seguinte justificativa:

*[...] a divisão sexual do trabalho encontra-se em todas as sociedades; historiadores, sociólogos, etnólogos demonstraram que as modalidades dessa divisão variam fortemente no tempo e no espaço (...) mas embora as modalidades mudem, a verdade é que a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao feminino [...] (KERGOAT, 1995 apud HIRATA, 2002, p. 280).*

Neste sentido, a divisão sexual do trabalho é indissociável das relações sociais entre homens e mulheres que são relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas. Segundo Kergoat (1995 apud HIRATA, 2002) essa teoria constitui-se como alternativa aos paradigmas sociológicos que não levam em conta a sexualização do social.

Pode-se dizer que as questões como a hierarquização, assimetria ou antagonismo, discriminação, subordinação, exploração e opressão entre as duas categorias de sexo se encontram nos debates das sociólogas feministas, principalmente nas pesquisas sobre as famílias. Se por um lado vimos que o funcionalismo pregava uma divisão clara das tarefas tanto masculinas como femininas, observando o desenvolvimento da família nuclear como um todo, o feminismo direcionou seu olhar para a experiência das mulheres no ambiente doméstico. A ideia de que o ambiente familiar se baseava na cooperação, nos interesses comuns e no apoio mútuo foi duramente criticado por essas pesquisadoras. As feministas buscaram mostrar que a presença de relações de poder desigual dentro da família significava que certos membros tendem a ser mais beneficiados que outros.

Um ponto importante enfatizado pelas sociólogas feministas foi a divisão doméstica do trabalho, isto é, o modo como as tarefas são distribuídas entre os membros de um núcleo doméstico. Algumas pesquisadoras acreditam que o patriarcado foi o principal responsável pela divisão das tarefas, outras defendiam a tese de que este processo de divisão das funções ocorreu como resultado do capitalismo industrial que acentuou ainda mais uma distribuição entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho. Verifica-se que os resultados desta divisão são sentidos até os dias de hoje ao pensarmos no modelo de homem provedor amplamente disseminado nas sociedades industrializadas.

Essa corrente procura mostrar o modo em que as tarefas domésticas como o cuidado com a casa e com os filhos são partilhados entre os homens e as mulheres. Suas descobertas mostraram que as mulheres desfrutam de uma posição menos privilegiada que o homem no ambiente doméstico, pois são as principais responsáveis pelos afazeres do lar, dispõem de menos tempo para o lazer e um grande contingente trabalha fora em empregos remunerados.

Outro aspecto importante destacado pelas feministas diz respeito às relações desiguais de poder existente dentro das famílias. Outros autores também se mostraram interessados em analisar os aspectos que regulam a estrutura familiar.

Therborn (2006) entende que a família é uma instituição que diz respeito à regulamentação social das atividades de bases nitidamente biológicas, sejam elas o sexo e a reprodução. Observa também que o sexo é uma força básica de orientação da biologia humana e o poder é um aspecto fundamental da sociologia humana. Segundo o autor, a família está suspensa entre o sexo e o poder, sendo sempre o resultado das relações sexuais passadas ou correntes. Para Therborn (2006), as relações de poder estão inscritas nos direitos e obrigações dos membros da família. De acordo com o autor:

*[...] a família é um espaço cercado nos campos de batalha abertos pelo sexo e pelo poder, delimitando a livre competição através de fronteiras entre membros e não membros; substituindo o comércio livre e o combate perpétuo por direitos e obrigações [...] (THERBORN, 2006, p. 11).*

Nota-se que Therborn (2006) elabora a análise de seu livro se baseando no entendimento de que a instituição família está sujeita ao equilíbrio entre o padrão de direitos e obrigações de um lado e do outro da distribuição de recursos de poder entre os membros. Os privilegiados podem desfrutar de um status diferente dado que o controle de sanção coincide com seus direitos ao passo que os demais que apresentam poucos recursos terão mais obrigações que direitos.

Estudos antropológicos indicam que todas as sociedades humanas conhecidas, possuem uma divisão sexual do trabalho, isto é, uma diferenciação entre os papéis masculinos e femininos, tendo a família sua forma mais explícita.

De acordo com Durham (2004), não existe exemplo comprovado mostrando que existiu alguma sociedade matriarcal na qual as decisões estivessem concentradas nas mãos de mulheres. De certo modo, as sociedades humanas sempre tiveram a figura masculina como a dominante, ou seja, eram patriarcais. Sempre foi de domínio masculino o espaço de fora no qual predominavam as atividades políticas e as guerras. Já a esfera doméstica era constituída da figura feminina voltada para a reprodução e cuidado da família. Durham (2004) reconhece que a divisão do trabalho se constrói em torno da tendência que ela diz ser praticamente universal de separação da vida social entre uma esfera pública essencialmente masculina, associada à política e à guerra e uma esfera doméstica privada, feminina associada à reprodução e ao cuidado das crianças.

Importante salientar que a antropóloga evita utilizar o termo determinismo biológico para explicar a divisão do trabalho entre os sexos. Aliás, não é esse o entendimento de Durham

(2004). Reconhece a autora que as bases que justificam os papéis diferenciados entre os homens e as mulheres se fundamentam nas diferenças biológicas dos seres humanos, contudo, essas diferenças estão subordinadas à cultura. Nas palavras da autora:

Com isso não quero dizer que haja uma explicação “natural” para a distinção entre papéis masculinos e femininos, mas que nesse particular, a cultura organiza, orienta, modifica, ressalta ou suprime as características que possuem fundamentação biológica (DURHAM, 2004, p. 327, grifo nosso).

De acordo com Durham (2004), as formas dessa divisão sexual são variadas, bem como a divisão das tarefas entre homens e mulheres. Ao entender que a divisão sexual do trabalho é uma elaboração cultural de características presentes no desenvolvimento da espécie antes mesmo do próprio desenvolvimento da cultura, Durham (2004) analisa um pouco mais a amplitude das modificações e elaborações culturais que se ergueram sobre essa base.

Considera a autora que a divisão sexual do trabalho nunca se restringe a esses aspectos gerais, mas tende a abranger um grande número de outras atividades. Aliás, segundo a autora, sua própria extensão e rigidez variam de uma cultura para outra.

Atividades específicas, como trançar, tecer, fabricar cerâmica, plantar hortas, podem ser definidas em uma sociedade como tarefas femininas, em outra como masculina e numa terceira como indiferentes, podendo ser realizadas tanto por um sexo como por outro (DURHAM, 2004, p. 329).

Essa discussão nos leva a perceber um fato importante. A divisão sexual do trabalho aponta na maior parte das vezes para a dominância do homem em grande parte das atividades realizadas por ele, sejam elas na esfera do trabalho ou na esfera doméstica. Contudo, a subordinação ou submissão da mulher ao homem não é um fenômeno natural ou universal. A própria divisão do trabalho mostra uma interdependência entre os atores sociais ligadas ao bem estar e à sobrevivência econômica da família como um todo. É por isso que no entender de Durham (2004) a análise sobre a divisão do trabalho pautada na diversidade cultural deve entender a relação entre homens e mulheres não como uma dicotomia dominação – subordinação e sim como uma combinação da área de influência ou autonomia, com graus diversos de imposição e aceitação de autoridade real ou simplesmente formal.

## 1.2 Abordagens Econômicas

Na esfera da economia, podemos dizer que os debates sobre a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho têm seguido basicamente dois caminhos: o primeiro deles diz respeito aos estudos que estão preocupados com a criação dos modelos analíticos que, com o aporte de diversas pressuposições teóricas, descrevem as condições as quais esse tipo de discriminação pode existir e o segundo que engloba um numeroso conjunto de pesquisas empíricas que procuram mensurá-la de forma a quantificar o diferencial de pagamento entre homens e mulheres com produtividade equivalente.

Esse segundo grupo de pesquisa pode ser agrupado em categorias que refletem o debate teórico centrado no tema da segregação da mulher no mercado de trabalho. A primeira categoria, denominada de teoria do capital humano é bastante numerosa no número de publicações e está fundamentada nas hipóteses de que não existem obstáculos à mobilidade dos empregados dentro das empresas, que tanto empregadores como empregados têm um bom conhecimento sobre as oportunidades existentes no mercado e que ambos são racionais na medida em que tentam maximizar seus lucros ou satisfação<sup>22</sup>. Analisando pelo lado do empresário, significa que ao contratar os trabalhadores e fixar seus salários, o que interessa para o empresário é a produtividade do mesmo que gerará lucro para os produtores. Do lado dos trabalhadores, eles deverão escolher entre o trabalho e o lazer e de acordo com seu interesse nos salários, escolherão a combinação que mais os satisfazem. Em relação a esse assunto, Ometto (1997) faz a seguinte observação:

*[...] os trabalhos desse grupo procuram, através do ajuste de equações de rendimento, decompor a diferença entre os salários médios de homens e mulheres na parcela que resulta de eventuais diferenças de seus atributos produtivos, sendo usualmente considerados como tais os níveis de escolaridade e experiência e na que reflete a discriminação [...] (OMETTO, 1997).*

De acordo com essa avaliação, as diferenças verificadas entre os homens e as mulheres não se devem ao mercado, mas sim às preferências individuais e aos níveis educacionais mais baixos e à falta de treinamento das mulheres que provocam diferenças na produtividade e conseqüentemente aos salários.

---

<sup>22</sup> A teoria marginalista diz que os indivíduos buscam as melhores posições no sentido de ganhar o máximo do bem estar econômico, sendo o salário para o trabalhador e o lucro para o empresário.

Ao tentar justificar as diferenças entre os salários dos homens e das mulheres, os pesquisadores dizem que em função das tarefas de esposa e de mães executadas pelas mulheres, elas passam menor tempo que os homens no mercado de trabalho. Salientam ainda que são as próprias mulheres que se restringem ao procurar ou ao preparar-se para ocupar determinadas ocupações, levando em conta suas atividades no lar. As discussões se voltam para o fato de que as habilidades adquiridas pela mulher vêm se orientando para a família e não para a produção não doméstica e as do homem orientando em sentido contrário. Essa análise neoclássica faz a mesma leitura de algumas correntes sociológicas como o funcionalismo de que a mulher tenderá a se especializar em atividades domésticas porque a capacidade de ganhos do homem é maior. Neste caso, atribui-se à mulher a questão do seu sucesso ou insucesso no mercado de trabalho.

A segunda categoria está vinculada aos modelos de segmentação do mercado de trabalho e privilegia a vigência de barreira ocupacional nesse mercado, enfatizando o papel das diferenças observadas na estrutura ocupacional masculina e feminina nos diferenciais de salário entre os sexos.

O termo segmentação no mercado de trabalho indica sua divisão em setores ou segmentos distintos com características e regras de acesso ou promoção diferentes. Estas teorias de segmentação surgiram como uma alternativa à corrente neoclássica que semelhantemente à análise sistêmica (funcionalista) em sociologia consideram o mercado de trabalho como sendo um local onde acontecem as trocas reguladas por um mecanismo de preços, onde compradores (empregadores) e vendedores (empregados) encontram-se como iguais.

Estas teorias consideram que existe uma divisão entre os setores de altos e baixos salários, os quais apresentam baixo nível de mobilidade entre si. No âmbito dos mercados de trabalho, existe o denominado mercado primário no qual as possibilidades de salários se apresentam elevadas e as possibilidades de ascensão profissional se mostram amplas e os empregos são estáveis. Com características opostas ao mercado primário existe o mercado secundário que compreende os empregos com salários mais baixos, poucas oportunidades de treinamento e promoção vertical bem como maior instabilidade. São as diferenças entre esses dois setores que caracterizam os empregos como bons ou maus.

Observa-se que nessa abordagem, a desigualdade de salários por gênero resulta de uma alocação da força de trabalho que seleciona as mulheres preferencialmente para as carreiras menos atrativas do mercado secundário. E aqui chamamos a atenção para o seguinte ponto: da mesma forma que a teoria do capital humano atribui a segregação entre

os homens e as mulheres em função do maior nível educacional e ao maior treinamento dos homens a teoria da segregação do mercado de trabalho atribui a menor participação da mulher no mercado ao caráter intermitente da mão de obra feminina que encoraja a rotatividade através dos baixos salários e raras chances de promoção.

Do exposto, fica nítido que não existe uma segmentação do trabalho baseada no sexo. As teorias da segmentação nos mostram que não são as forças de mercados as responsáveis por definirem quais trabalhadores irão ocupar as posições do mercado primário ou secundário. A justificativa recai sobre o empregador/trabalhador que buscam sua realização profissional.

Novamente aparece o problema levantado no início desta pesquisa: as teorias sociológicas e econômicas não conseguem explicar as causas da divisão sexual do trabalho que atribui à mulher as atividades domésticas e de mais baixa remuneração no mercado de trabalho. Brumer (1998) também percebe isso ao discutir as considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho. Conclui a autora em seu texto:

*[...] por mais que se possa ser demonstrado que as mulheres e os homens têm predisposição, interesses e qualificações distintos em relação ao trabalho, resultando na ocupação de diferentes tipos de emprego, não são dadas explicações das razões dessas diferenças [...] (BRUMER, 1998, p. 32).*

Em relação à teoria marxista, considera-se que a análise se centra na relação existente entre os indivíduos com o sistema produtivo capitalista. Ou seja, Karl Marx desenvolveu uma análise das relações internas de uma sociedade capitalista.

O autor detectou que havia no sistema capitalista, dois agentes econômicos importantes para a reprodução do capital. O autor classificou como capitalistas os detentores do capital que investiam seus recursos financeiros na produção e, como trabalhadores ou proletariado, aqueles que detinham somente a força de trabalho para vender aos empresários capitalistas. Pode-se dizer, então, que a teoria marxista considera os limites definidos pela posição dos indivíduos nos sistemas de classes. Enfatiza que apenas os capitalistas têm capacidade de criar renda suficiente através da posse do capital de forma a favorecer seus interesses, enquanto a classe trabalhadora teria apenas que ganhar o suficiente para o sustento, mas nunca ultrapassar o nível de subsistência, suficiente para sua reprodução.

De acordo com Marx (1982), esta força de trabalho teria uma dupla função que consistia em um primeiro plano na formação de uma massa de trabalhadores<sup>23</sup> que se adaptasse às oscilações do capital, livres para entrar ou sair de determinados ramos produtivos, quando o progresso técnico assim determinasse. Em um segundo momento, essa força de trabalho excedente teria a função de reduzir os níveis de salário dos trabalhadores e consequentemente ampliar a mais valia do empresário capitalista.

Estudos apontam que a mulher era quem melhor se enquadrava a esse exército industrial de reserva, principalmente pela facilidade com que elas se inserem e abandonam o mercado de trabalho (BRUMER, 1998). Uma possível explicação para o fato de as mulheres atenderem melhor as condições impostas pelo capital se fundamenta na estrutura familiar, que, aos olhos da teoria marxista, se baseia na suposição de que o homem provê o sustento dele, da mulher e dos filhos.

Pesquisadores constataram que, em alguns períodos dos ciclos econômicos, as mulheres são convidadas a participar mais efetivamente do mercado de trabalho, tais como os momentos de guerra ou expansão econômica mesmo em setores constatados como predominantemente femininos. Essa observação corroborou a tese de que as mulheres constituem uma força de reserva de trabalho.

Por outro lado, estudiosos como Hirata e Humphrey (1984) questionam a tese de que as mulheres formam uma massa sobrando de mão de obra. Demonstaram as autoras em seu estudo sobre o mercado de trabalho no Brasil na década de 80 que houve uma expansão na contratação de mulheres em um período em que o país passava por uma forte crise econômica. As autoras validaram ainda mais as afirmações ao demonstrar que a contratação feminina também aumenta em momentos em que as economias estão em expansão. Deriva daí, o entendimento de Hirata e Humphrey (1984) de que as mulheres não formam uma reserva de trabalho privilegiada para o capital.

Das argumentações apresentadas percebe-se que as explicações puramente econômicas não dão conta de explicar a questão da segregação da mulher no mercado de trabalho e nem tampouco a sua manutenção em um lugar privilegiado no exército industrial de reserva. Notou-se, contudo que a inserção da mulher no mercado de trabalho é decorrente de sua situação privilegiada no exército industrial de reserva e esta pode ser explicada, em parte,

---

<sup>23</sup> A essa massa de trabalhadores Marx chamou de exército industrial de reserva.

pela segmentação existente no mercado de trabalho e pelos baixos salários recebidos pelas mulheres (BRUMER, 1998).

Verificou-se que na teoria marxista não havia uma preocupação em se discutir as questões como as relações entre os membros da família. A questão em pauta era a das relações entre os indivíduos com o sistema produtivo. Somente mais tarde, Engels supriu parte dessa lacuna ao integrar a questão da reprodução na teoria geral da sociedade, na qual os seres humanos são definidos por suas relações com o sistema de produção. Para Engels (1991), o fator determinante da história é a produção e reprodução da vida imediata, onde estão incluídos tanto a produção dos meios de subsistência quanto a produção dos próprios seres humanos.

A intensificação do capitalismo e o processo de industrialização provocaram dois efeitos na esfera da produção. Houve a separação dos produtores dos meios de produção e também a separação da esfera doméstica da esfera produtiva. Homens e mulheres passaram a vender seu trabalho individualmente, provocando uma reestruturação nas relações familiares. Os homens continuaram responsáveis pelo trabalho que desempenhavam anteriormente na esfera produtiva e as mulheres assumiram a responsabilidade de vender sua força de trabalho no mercado para compor a renda familiar.

Ao permitir o ingresso das mulheres no mercado de trabalho assalariado, o capitalismo provocou profundas alterações na estrutura familiar fundamentalmente alicerçada no patriarcalismo. Se nas sociedades pré industriais as mulheres participavam mais efetivamente do trabalho doméstico, nas sociedades modernas elas assumiriam um outro papel (trabalho assalariado) a fim de contribuir com a renda familiar. A teoria marxista, importante definidora das questões das relações do trabalho, entende que existe uma desigualdade entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho e a partir dessa suposta desigualdade entre os dois sexos, o capital tira o melhor proveito que pode das habilidades de cada indivíduo.

Na mesma linha argumentativa de Engels (1991), surge na primeira metade da década de 70, o movimento feminista, vertente do marxismo que ressaltou o trabalho da mulher. Os estudos realizados pelos pesquisadores preocuparam-se essencialmente com a questão do trabalho doméstico para a reprodução da força de trabalho. De acordo com as feministas, a divisão sexual do trabalho na família estava voltada para a reprodução da força de trabalho, no qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção dos valores de uso na esfera privada, cabendo aos homens a produção dos valores de troca a través da venda de

sua força de trabalho no mercado. Se por um lado o funcionalismo pregava uma divisão clara das tarefas tanto masculinas como femininas, observando o desenvolvimento da família nuclear como um todo, o feminismo direcionou seu olhar para a experiência das mulheres no ambiente doméstico. A ideia de que o ambiente familiar se baseava na cooperação, nos interesses comuns e no apoio mútuo foi duramente criticado por essas pesquisadoras. As feministas buscaram mostrar que a presença de relações de poder desigual dentro da família significa que certos membros tendem a ser mais beneficiados que outros.

Um ponto importante enfatizado pelas sociólogas feministas foi a divisão doméstica do trabalho, isto é, o modo como as tarefas são distribuídas entre os membros de um núcleo doméstico. Algumas pesquisadoras acreditam que o patriarcado foi o principal responsável pela divisão das tarefas, outras defendem a tese de que este processo de divisão das funções ocorreu como resultado do capitalismo industrial que acentuou ainda mais uma distribuição entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho.

Essa corrente procura mostrar o modo em que as tarefas domésticas como o cuidado com a casa e com os filhos são partilhados entre os homens e as mulheres. Suas descobertas mostraram que as mulheres desfrutam de uma posição menos privilegiada que o homem no ambiente doméstico, pois são as principais responsáveis pelos afazeres do lar, dispõem de menos tempo para o lazer e um grande contingente trabalha fora em empregos remunerados.

Pode-se dizer que mais recentemente, boa parte dos avanços nas pesquisas sobre a absorção da mão de obra no período do capitalismo foi possível pela introdução da perspectiva de gênero que vem ganhando cada vez mais espaço entre os pesquisadores. As pesquisas nessa área consideram que a existência de dois gêneros tem efeitos nos agentes econômicos em sua interação com a família e com o mercado. Segundo Bilac,

*[...] a perspectiva de gênero não é apenas o reconhecimento dos diferenciais de sexo, mas a abordagem que busca estabelecer as relações entre estas diferenças, na tentativa de explicar a complementaridade antagônica e assimétrica entre elas [...] (BILAC, 1995).*

Em relação à divisão do trabalho familiar, observa-se que essa perspectiva tem levado a redefinir o conceito de trabalho, pois se consideram como tal também o conjunto de tarefas ou atividades reprodutivas que são necessárias para a reposição e manutenção da força de

trabalho (trabalho doméstico e cuidado com os filhos) como também as atividades produtivas orientadas para o mercado.

Lobo (1991 apud BILAC, 1994), diz que essa perspectiva contribuiu para mostrar que o trabalho tem sexo, o qual se manifesta nas oportunidades diferenciadas de acesso às atividades econômicas para homens e mulheres nas condições em que são exercidas, nas remunerações que permitem e nas reivindicações que ensejam.

Barbieri (1993 apud BILAC, 1994) também concorda que a análise sobre a família ganhou um novo olhar com a incorporação da categoria do gênero e diz que:

*[...] do lado da família, a introdução do gênero permitiu o repensar da participação de homens e mulheres na reprodução e toda uma reavaliação do modo como é construída (e reproduzida) a divisão sexual de papéis no espaço doméstico, assim como seu corolário lógico, a subordinação feminina, mostrando como sua suposta naturalidade é social, cultural e economicamente produzida... e que nesta produção, a ocultação do valor social do trabalho doméstico (e de sua realizadora) não tem um caráter puramente econômico, realizando-se também por meio de mecanismo de poder inscrito em práticas cotidianas e culturalmente legitimados [...] (BILAC, 1995, p. 156).*

Por exemplo, entende-se que as diferenças de participação entre homens e mulheres na força de trabalho não são somente quantitativas ou imutáveis, mas se interpenetram mutuamente. Em primeiro lugar, cabe a reflexão sobre a incorporação do gênero na competição intertrabalhadores e sobre como o maior desenvolvimento na reprodução, sob diversos aspectos realmente fragiliza a participação feminina na produção. Mas também é preciso buscar compreender qual a importância do envolvimento feminino na reprodução para as atividades produtivas masculinas.

As taxas de participação feminina alcançadas nos países ricos são altas o suficiente para permitir uma avaliação mais geral que aos olhos da bibliografia feminista recente se mostra bastante pessimista, isto é, a crescente participação da mulher nas atividades produtivas, longe de provocar uma reorganização mais igualitária nas relações entre os gêneros, parece corresponder a uma crescente redução da participação masculina na reprodução. Os homens dividem com as mulheres a sua tradicional função de provedor da casa sem, contudo partilharem com elas as funções tradicionalmente femininas: os encargos domésticos e maternos.

No final do século XX houve um aumento do interesse por parte da sociedade dos assuntos ligados às famílias essencialmente em virtude da crescente participação da mulher no mercado de trabalho. A possível redefinição dos papéis masculinos e das relações de gênero desperta um interesse crescente em uma época marcada pela instabilidade, insegurança no trabalho, o decréscimo da participação masculina enquanto provedores exclusivos, bem com a difusão das novas construções culturais acerca de o que é ser homem e mulher nas sociedades modernas.

Sabe-se que as modificações dos sistemas produtivos afetam significativamente a organização da vida pessoal e familiar, ou seja, as estratégias de sobrevivência das famílias acabam dependendo da inserção ou situação de trabalho de seus membros. Estas estratégias remetem de maneira similar ao conjunto de atividades que se desenvolvem nas unidades domésticas de diferentes setores sociais para garantir sua manutenção cotidiana e geracional. A participação econômica familiar e, de maneira mais específica, a diversificação de atividades de trabalho e a intensificação do tempo de trabalho são componentes essenciais de tais estratégias. Observa-se que as relações familiares se constituíram em um conjunto de práticas que apóiam a reprodução da força de trabalho e a organização familiar nas classes trabalhadoras.

As investigações sobre as estratégias familiares estão principalmente preocupadas em demonstrar as contribuições dos diferentes membros à sobrevivência e à reprodução comum. Implicitamente se parte do princípio que os integrantes das famílias têm desempenho preferencial nos diferentes âmbitos da ação, ou seja, os homens no mercado de trabalho, as mulheres nas tarefas domésticas e os jovens nas escolas.

Ao se verem modificadas as condições de vida previamente existentes, desenvolvem-se novos padrões de organização nas unidades domésticas que abrangem as formas como os indivíduos organizam suas atividades produtivas de acordo com a sua participação em um dado mercado. A existência de uma combinação interna peculiar à família do trabalhador entre a venda da força de trabalho e a produção do valor de uso, sob a óptica da reprodução da força de trabalho, permite uma redução dos salários em relação ao seu custo real. É justamente essa combinação entre as atividades produtivas e domésticas que permite compreender como a família se constitui em uma unidade de rendimento.

O estudo sobre as estratégias familiares de sobrevivência passou a enxergar a família como fator complementar à reprodução da força de trabalho na medida em que deu relevância às atividades domésticas. Observou-se que as famílias dependem das somas dos rendimentos

provenientes de diferentes formas de inserção na atividade produtiva dos chefes provedores, das mulheres (como chefes ou cônjuges) e dos filhos, o que depende segundo Bilac (1994) dos ciclos familiares. Ainda segundo a autora, as condições de incorporação de trabalho constituem, portanto, uma continuidade dessa problemática em que a identificação das relações familiares reaparece como contexto para o entendimento da reprodução cotidiana.

## 2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa mostrou que o tema divisão sexual do trabalho tem sido amplamente discutido na esfera acadêmica. Buscamos nesse estudo mostrar algumas reflexões sobre a divisão sexual do trabalho, tanto no que tange as correntes sociológicas quanto as econômicas, com a finalidade de encontrarmos respostas para as causas que suscitaram essa divisão.

Sobre o prisma da sociologia, a divisão sexual do trabalho é uma construção social baseada no desempenho e funções realizados pelos homens e pelas mulheres na esfera familiar e no mercado de trabalho. Existem duas leituras sobre a divisão sexual do trabalho. A primeira delas se fundamenta em uma conceitualização em termos de vínculos sociais, abordando a solidariedade orgânica, a complementaridade, a conciliação, a parceria, a especialização e a divisão dos papéis. A segunda teoria sociológica opta por um enfoque mais voltado para a divisão do trabalho, para a contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão e poder.

Contudo, verificou-se que apesar dessas teorias explicarem as funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres no ambiente doméstico e no mercado de trabalho, elas não foram capazes de explicar as causas da divisão do trabalho. A explicação mais próxima que encontramos se fundamenta nos estudos antropológicos que diz que praticamente todas as sociedades conhecidas tem a figura masculina como dominante, ou seja, são patriarcais. Sempre foi de domínio masculino o espaço de fora no qual predominavam as atividades políticas e as guerras. Já a esfera doméstica era constituída da figura feminina voltada para a reprodução e cuidado da família.

A antropologia reconhece que as causas que justificam os papéis diferenciados entre os homens e as mulheres se fundamentam nas diferenças biológicas dos seres humanos, contudo, essas diferenças estão subordinadas à cultura que organiza, orienta, modifica, ressalta ou suprime as características que possuem fundamentação biológica.

Em relação às teorias econômicas pode-se dizer que a corrente neoclássica sobre a discriminação contra a mulher no mercado de trabalho atribui a segregação entre os homens e as mulheres em função do maior nível educacional e ao maior treinamento dos homens enquanto que a teoria da segregação do mercado de trabalho atribui a menor participação da mulher no mercado ao caráter intermitente da mão de obra feminina que encoraja a rotatividade através dos baixos salários e raras chances de promoção.

A teoria marxista não se prontificou a estudar as diferenças entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho. O objetivo era analisar as relações de produção que se estabeleceram no período do capitalismo. Mesmo assim o marxismo deu sua contribuição ao mostrar que a força de trabalho feminina teria uma dupla função que consistia em um primeiro plano na formação de uma massa de trabalhadores que se adaptasse às oscilações do capital, livres para entrar ou sair de determinados ramos produtivos, quando o progresso técnico assim determinasse. Em um segundo momento, essa força de trabalho excedente teria a função de reduzir os níveis de salário dos trabalhadores e consequentemente ampliar a mais valia do empresário capitalista. Por essa ótica, a mulher passou a ser considerada como um exército industrial de reserva.

Fazendo referência às pesquisadoras que suscitaram o feminismo, observa-se que estas se concentraram na importância do trabalho doméstico para a reprodução da família. As feministas procuram mostrar o modo em que as tarefas domésticas como o cuidado com a casa e com os filhos são partilhados entre os homens e as mulheres. Os estudos mostraram que as mulheres desfrutam de uma posição menos privilegiada que o homem no ambiente doméstico, pois são as principais responsáveis pelos afazeres do lar, dispõem de menos tempo para o lazer e um grande contingente trabalha fora em empregos remunerados.

A introdução da categoria do gênero na análise econômica trouxe grandes contribuições para a questão da divisão sexual do trabalho. Observou-se que essa perspectiva contribuiu para que se redefinisse o conceito de trabalho, pois passou a considerar o conjunto de tarefas ou atividades reprodutivas que são necessárias para a reposição e manutenção da força de trabalho (trabalho doméstico e cuidado com os filhos) como também as atividades produtivas orientadas para o mercado.

Chegamos ao final da discussão e retomamos novamente o problema de investigação que originou esse estudo: Quais são as causas da divisão sexual do trabalho? Essa pergunta parece continuar sem uma resposta definitiva, dado que não encontramos na literatura consultada as razões concretas que explicassem as causas da divisão sexual do trabalho. O

que encontramos foram pistas na literatura antropológica que nos remeteram a uma leitura de que é a cultura patriarcal a responsável por determinar os papéis e funções que os homens e as mulheres desempenham na sociedade.

Indubitavelmente a literatura sobre a importância do trabalho feminino ganhou muito nos últimos anos com a incorporação de novas leituras que têm ajudado a caracterizar melhor a participação da mulher enquanto esposa, mãe e trabalhadora no mercado de trabalho. Os debates teóricos são fundamentais para entendermos os processos como a divisão sexual do trabalho, contudo, precisa haver ações específicas para ajudar, não somente a mulher a superar a condição de inferioridade, mas também a família porque é exatamente nesse núcleo que se encontram os elementos que poderão imprimir as mudanças futuras.

## REFERÊNCIAS

- BILAC, E. D. Trabalho e reprodução cotidiana. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 11, n. 2, p. 155-158, jul./dez., 1994.
- BRUMER, A. O sexo da ocupação: considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, n. 8, v. 3, out. de 1998.
- BRUSCHINI, C. Uma abordagem sociológica da família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jun. 1989.
- DURHAM, E. R. *A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo: COSACNAIFY, 2004.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. 12. ed. São Paulo: Global, 1991.
- GARCIA, B.; OLIVEIRA, O. *Las familias em el México metropolitano*. México: El Colégio Del, 2006.
- HIRATA, H. *Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e para a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- \_\_\_\_\_.; HUMPHREY, J. O emprego industrial feminino e a crise econômica brasileira. *Revista de Economia Política*, v. 4, n. 4, p. 89-107 out./dez. 1984.
- KON, A. *Divisão do trabalho no Brasil: a questão do gênero*. São Paulo: PEPGEP/PUCSP, 2003. (Texto para discussão n. 5).
- MARX, K. *O capital*. Rio de Janeiro: LTC, 1982. 3v.
- OMETTO, A. M. H. *Participação da mulher no mercado de trabalho: segregação e discriminação em Pernambuco e São Paulo*. 1997. Tese (Doutorado Economia)- Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1997.

PARSONS, T. *Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## ARTICULAÇÕES ENTRE A FLASKÔ E A VILA OPERÁRIA E POPULAR:

### *Interfaces entre trabalho e moradia*

*Caroline Cristiane de Sousa<sup>24</sup>*

*Marcia Hespanhol Bernardo<sup>25</sup>*

### RESUMO

Este trabalho é o relato de uma pesquisa, ainda em andamento, realizada no contexto composto por uma fábrica ocupada e sob controle operário e também pela chamada Vila Operária e Popular, uma ocupação urbana, construída no entorno dessa fábrica. Com este estudo pretende-se avaliar as repercussões da proposta de ocupação da fábrica, não apenas no interior dessa unidade produtiva, mas também em seu entorno, tomando como objeto de estudo as relações estabelecidas entre a fábrica e a comunidade da Vila Operária e Popular. A metodologia utilizada na pesquisa é a etnografia e, portanto, realizamos observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado. Como resultados preliminares destacam-se a importância do vínculo observado entre a fábrica ocupada e a Vila, pois essa articulação mostrou-se fundamental, tanto para a manutenção da fábrica, quanto para as conquistas da Vila Operária e Popular.

**Palavras-chave:** Fábricas Ocupadas. Trabalho. Ocupações Urbanas. Direito à Moradia.

---

<sup>24</sup> Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Email: [carolinecpsi@yahoo.com.br](mailto:carolinecpsi@yahoo.com.br).

<sup>25</sup> Doutora em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo. Professora de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Email: [marciahb@terra.com.br](mailto:marciahb@terra.com.br).

## **ARTICULATIONS BETWEEN THE FLASKÔ AND THE POPULAR AND WORKER'S VILLAGE: INTERFACES BETWEEN WORK AND HOUSING**

### **ABSTRACT**

The present study is the register of an ongoing research carried out in the context consisting in an occupied factory, under workers control, and the so called "Worker and Popular Village", an urban occupation, built around this factory. This study intends to assess the repercussions of the factory occupation, not only within this productive unit, but also its surroundings, taking as object of study the relationships established between the factory and the community of the "Worker and Popular Village". The method adopted in this research is ethnography and therefore, participant observations of the daily situations within the studied context took place along with field journal records. As preliminary results the importance of the observed bond between the occupied factory and the Worker Village is highlighted, for this articulation proved itself key to maintaining the factory, as well as to the accomplishments of the Worker and Popular Village.

**Keywords:** Occupied Factory. Work. Urban Occupations. Right to Housing.

### **1. INTRODUÇÃO**

A proposta deste trabalho é estabelecer uma discussão a respeito das repercussões de formas alternativas de organização do trabalho, tanto para os trabalhadores envolvidos nessas experiências, quanto para a classe trabalhadora de forma geral. Nesse sentido, buscou-se estabelecer uma reflexão sobre os impactos da ocupação de uma fábrica, não apenas no interior dessa unidade produtiva, mas também em seu entorno, tomando como objeto de estudo as relações estabelecidas com moradores de uma ocupação urbana que circunda essa fábrica caracterizada pelo controle operário.

Para a realização da presente pesquisa foi escolhido um contexto muito particular, onde uma comunidade, denominada "Vila Operária e Popular", foi constituída por meio da ocupação do terreno de uma fábrica, já ocupada, e sob o controle dos trabalhadores. O estudo vem sendo desenvolvido no sentido de investigar de que forma os processos de mobilização relacionados à ocupação da fábrica, enquanto meio de produção, puderam influenciar a ocupação do terreno para a construção de moradias populares, e quais as repercussões desse processo para as relações estabelecidas entre os representantes dos

movimentos sociais por trabalho e moradia, ou seja, os trabalhadores da fábrica e a comunidade de moradores da Vila Operária e Popular.

A interface entre trabalho e moradia tornou-se fundamental para a compreensão das articulações estabelecidas no contexto escolhido para a realização desse estudo. A moradia, enquanto questão fundamental para a pesquisa, foi identificada a partir da experiência em campo, por meio da interação com os moradores da Vila Operária e Popular, que demonstram, em seu cotidiano, como essa questão é determinante nas relações que estabelecem com a fábrica, com o poder público e com a sociedade como um todo.

## **2 CARACTERÍSTICAS ATUAIS DO TRABALHO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A CLASSE TRABALHADORA**

Ao introduzir a questão do trabalho, pretende-se abordar a forma como essa dimensão da vida humana afeta as demais, bem como seu caráter fundamental para configurar as relações que se estabelecem especificamente entre a “classe-que-vive-do-trabalho” (ANTUNES, 2004). Como afirma Castel (2003, p. 24), o trabalho tem relevância fundamental tanto econômica quanto social, pois não se caracteriza apenas enquanto atividade produtiva, mas para além das relações técnicas de produção, como instância de “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”. Portanto, apresentaremos algumas questões importantes para reafirmar a condição estruturante do trabalho e o protagonismo da classe trabalhadora, para a manutenção ou mesmo para a transformação da atual conjuntura social e econômica.

Ao estabelecer uma discussão sobre as transformações da classe trabalhadora na atualidade, Antunes (1999) utiliza a expressão “classe-que-vive-do-trabalho” como correspondente à classe trabalhadora de Marx e acrescenta que, em sua conformação contemporânea, ela não se restringe aos trabalhadores manuais, incorporando também trabalhadores que produzem mais-valia de forma indireta no setor de serviços públicos ou privados:

*A **classe-que-vive-do-trabalho**, a classe trabalhadora, hoje inclui a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo com núcleo central os trabalhadores produtivos [...] Ela não se restringe, portanto, ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social, a totalidade do trabalho coletivo assalariado (ANTUNES, 1999, p. 102, grifo do autor).*

Antunes caracteriza a nova formação da classe trabalhadora como fragmentada e heterogênea, apesar das falsas possibilidades de “integração” mundial na era da globalização. O que se observa é que, com a globalização e o neoliberalismo, a classe trabalhadora está assumindo formas diversas, o que não se configura como uma desaparecimento dessa estrutura, mas como a dissolução dessa classe enquanto organização política homogênea.

Além das profundas transformações observadas na classe trabalhadora, enquanto organização política, podemos destacar também, a nova perspectiva individualizante das relações de trabalho como fonte de sofrimento e adoecimento (físico e psicológico) para os trabalhadores.

As novas técnicas de gestão associadas ao toyotismo<sup>26</sup>, por exemplo, determinam que o trabalhador participe de decisões que antes estavam reservadas a gerencia, como o planejamento de melhorias para a produção. Observa-se que essas novas técnicas de gestão se apropriaram de algumas demandas do movimento operário, como maior autonomia e participação nos processos de trabalho. Entretanto, como aponta Linhart (2000), essas transformações da gestão empresarial não ocorreram de acordo com as reivindicações coletivas do movimento operário, e, portanto, não podem ser consideradas como um avanço para a classe trabalhadora.

O discurso de gestão empresarial atual, de acordo com Boltanski e Chiapello (2009, p. 39) seria a incorporação do que os autores chamaram de “o terceiro espírito do capitalismo”<sup>27</sup>. O espírito do capitalismo seria a “ideologia que justifica o engajamento no capitalismo”, que leva as pessoas a terem uma posição favorável à acumulação do capital, desconsiderando sua vivência cotidiana e, assim, contribuindo para a reprodução da ordem social. O terceiro espírito do capitalismo seria, portanto, a incorporação dos valores “éticos” atuais, como a idealização de novas práticas tecnológicas e o capitalismo globalizado.

---

<sup>26</sup> Modelo de organização da produção, originado no Japão, mas amplamente disseminado no ocidente após a 2ª Guerra Mundial. O toyotismo é apontado como substituto do taylorismo-fordismo e precursor das chamadas organizações “flexíveis”. Nesse modelo, a produção é conduzida pela demanda e o trabalho é organizado no sentido de buscar o melhor aproveitamento do tempo. A força de trabalho é “flexibilizada”, de forma que os trabalhadores se tornam multifuncionais, ou seja, deixam de se especializar em uma única função, podendo exercer diversas tarefas (BERNARDO, 2009).

<sup>27</sup> De acordo com Boltansky e Chiapello (2009, p. 50), o primeiro espírito do capitalismo é caracterizado pela centralização na “figura do burguês empreendedor e na descrição dos valores da burguesia”. Em uma segunda fase, o espírito do capitalismo é caracterizado pela organização, “pela grande empresa industrial centralizada e burocratizada, fascinada pelo gigantismo”. Já o terceiro espírito corresponde ao capitalismo globalizado.

As novas práticas tecnológicas compreendem também as novas formas de “gestão de pessoas”, que são implementadas nas empresas, mas atingem o trabalhador também em sua vida cotidiana. Por meio da análise de alguns aspectos marcantes do discurso de gestão empresarial, como os conceitos de competência, participação, autonomia e trabalho em equipe, Bernardo (2009), apresenta elementos que evidenciam como essa nova proposta de gestão é contraditória. Por meio dos relatos das vivências dos trabalhadores do chão de fábrica foi possível identificar que, na medida em que aumenta a suposta flexibilidade, aumentam também os dispositivos de controle sobre o trabalhador. Entretanto, a autora aponta que esses trabalhadores não são completamente manipulados discurso hegemônico, pois identifica diversas práticas cotidianas de resistência, individual ou coletiva, que desafiam a eficácia do discurso gerencial dessa nova tendência de gestão.

Dessa forma, apresentaremos algumas alternativas de organização do trabalho e da produção, empreendidas por atores que partem do pressuposto de que a transformação dessas relações, na esfera do cotidiano, pode ter consequências significativas sobre a estrutura macrossocial.

### **3. FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO**

Após discutir algumas questões que caracterizam a organização do trabalho no contexto atual, como a importância do trabalho na constituição da subjetividade dos trabalhadores, a fragilização da classe trabalhadora e o sofrimento proporcionado pelas novas técnicas de gestão empresarial, pretende-se apontar algumas alternativas ao modelo hegemônico de trabalho inerente ao capitalismo.

O termo “alternativa”, como aponta Santos (2002), deixa explícito que há um modelo dominante ao qual se pretende fazer oposição. Entretanto, optou-se por manter a denominação “alternativa de produção”, com o propósito de indicar que, apesar de inicialmente não exercerem força suficiente para transformar a estrutura capitalista, ainda assim, essas iniciativas caracterizam-se enquanto propostas de transformação das relações sociais e de produção.

A necessidade de superação do capitalismo emerge da constatação dos efeitos sociais e culturais perversos decorrentes do modo de produzir e se relacionar a partir dos princípios inerentes ao sistema capitalista. Santos (2002) inicia o debate sobre as possibilidades de superação capitalismo com a sistematização das principais características negativas do capitalismo, como a desigualdade de distribuição de recursos e poder, a subordinação do

trabalho ao capital, a subordinação de uma classe à outra e a desigualdade étnica e de gênero. Além disso, as formas de socialização estabelecidas a partir desse modelo econômico são extremamente empobrecidas, pois as relações de concorrência prevalecem sobre as cooperativas e afetivas. Além dos problemas sociais apontados, há também a questão ambiental, pois a poluição é a máxima exploração dos recursos naturais não prevê uma avaliação sobre os riscos para o meio ambiente e para a saúde das pessoas.

A questão do trabalho é colocada como central no debate sobre as possibilidades de emancipação de comunidades através da participação democrática em organizações de produção alternativas, como as empresas autogestionárias, cooperativas, associações ou mesmo outras formas alternativas de organização da produção, especialmente em comunidades que tem o acesso ao mercado de trabalho formal dificultado (tanto pela questão da falta de escolaridade, como pela distância e acesso ao transporte coletivo e até mesmo pela discriminação). As experiências de transformação nas relações de trabalho são relatadas por autores como Santos (2002) que descrevem organizações economicamente alternativas como iniciativas ancoradas na proposta de transformação da condição social dos seus atores e da comunidade em que se insere.

Para o autor, essas experiências são alternativas positivas, viáveis econômica e socialmente, pois além de viabilizarem o desenvolvimento econômico de sujeitos marginalizados pelo modo de produção capitalista, também conseguem preservar outros princípios, como os valores culturais, políticos, sociais e ambientais. A preocupação em não submeter esses valores ao valor econômico é uma marca das formas alternativas de produção.

Com as dificuldades proporcionadas pelo modo de produção capitalista, ancorado na exploração indiscriminada do trabalhador e da completa submissão do trabalho ao capital, surgiram novas formas de resistência, uma vez que grande parte da população encontra-se à margem, ou como define Castel (2003) encontram-se desfiliaados, pois perderam o vínculo com as redes de proteção social.

Essa condição de desfiliação traz a possibilidade das formas de resistência se tornarem uma alternativa viável para a própria sobrevivência daqueles que estão marginalizados e impossibilitados de acessar o trabalho ou mesmo as garantias mínimas de proteção social, já que estas muitas vezes também estão associadas ao trabalho. Desta forma considera-se que o trabalho ainda se mantém enquanto questão central, enquanto eixo das sociedades ocidentais contemporâneas, e, portanto, as possibilidades de resistência ao sistema

capitalista estão atreladas á consolidação de formas alternativas de produção e novas configurações das relações de trabalho (SANTOS, 2002).

No Brasil podemos identificar algumas formas de resistência ao sistema econômico dominante, dentre elas associações, cooperativas e também as fábricas ocupadas, tipo de organização que caracteriza o contexto em que se realiza a presente pesquisa.

As fábricas ocupadas surgem, no país, a partir do processo de falência de várias indústrias, que, após passarem por um período de abandono pelo proprietário, são assumidas pelos trabalhadores sob a forma de cooperativas ou empresas autogeridas.

É importante ressaltar que muitas empresas falidas no Brasil, retomadas enquanto cooperativas, não mantiveram os princípios fundamentais do cooperativismo, separando capital e trabalho, empregando trabalho assalariado, hierarquizando as relações e inviabilizando a democracia participativa (NOVAES, 2005).

Neste estudo consideramos a Fábrica Ocupada Flaskô também enquanto uma forma alternativa de produção. Utilizamos essa definição em virtude de algumas característica dessa fábrica, que organiza sua produção de maneira diferenciada, priorizando a participação dos trabalhadores nos processos de decisão. Outra característica importante, é que a fábrica foi estabelecida á partir da proposta da propriedade coletiva dos meios de produção, uma vez que, sob o controle dos trabalhadores, a fábrica passa a ser reivindicada como de utilidade pública, no sentido de que o espaço e demais recursos devem ser utilizados em benefício dos trabalhadores e da população do entorno. Entretanto, de acordo com o posicionamento dos trabalhadores da Flaskô, essa fábrica não se caracteriza como um empreendimento de Economia Solidária.

A principal reivindicação dos trabalhadores é que a fábrica seja desapropriada e estatizada, ou seja, retirada do antigo dono e transferida para o poder público. A desapropriação deve ser realizada pelo município, por meio da declaração da propriedade como de interesse social ou de utilidade pública.

Novaes (2005) enfatiza o caráter defensivo do surgimento do movimento das fábricas ocupadas, ou fábricas recuperadas, na América Latina e no Brasil, pois se concretizaram enquanto práticas pautadas em novas relações de trabalho para produção dos meios de vida, além de representar uma resistência coletiva e política contra o sistema capitalista:

Mais precisamente, trata-se de um novo fenômeno social ou num novo método desenvolvido pelas classes trabalhadoras argentina, brasileira, uruguaia etc. que é o resultado de uma mistura de clima social e uma saída para trabalhadores que não encontravam mais na luta sindical tradicional uma saída para sua reprodução social (NOVAES, 2005, p. 5).

Com isso os trabalhadores, além de buscarem o trabalho enquanto meio de sobrevivência, buscam também o “direito ao trabalho”, reivindicando maior participação nos processos de planejamento e organização da produção. De acordo com Farias (2008, p. 126), a ocupação de fábricas era “uma perspectiva nova que apontava para possibilidade real da propriedade coletiva dos meios de produção”, pois se estruturavam a partir dos princípios do cooperativismo e da autogestão. Entretanto, o autor ressalta que, atualmente, as fábricas ocupadas passaram a assimilar princípios capitalistas, pois estão inseridas no mercado diretamente e, portanto, submetidas à sua lógica.

Conforme o autor:

*...é preciso reconhecer que embora significativa, a transformação na forma de propriedade dos meios de produção não tem possibilitado, frequentemente, que se avance até a superação da substância da exploração e da opressão de classe que são inerentes às relações sociais de produção capitalistas. [...] Trata-se, enfim, de saber se as experiências em vigência podem constituir **pontos de apoio para movimentos emancipatórios de organização da produção dos meios de vida**. Se superam o trabalho assalariado, se dão forma ao trabalho consciente, livre, prazeroso, se aprofundam ou radicalizam a democracia nos locais de trabalho e na sociedade. (FARIAS, 2008 p. 128-129, grifo nosso).*

Em consonância com as questões levantadas por Farias (2008) e Novaes (2005), pretende-se avaliar as repercussões da proposta de ocupação da fábrica, não apenas no interior dessa unidade produtiva, mas também em seu entorno, tomando como objeto de estudo as relações estabelecidas com a comunidade da Vila Operária e Popular. Com esse objetivo, pretende-se avaliar até que ponto essa organização pode ser uma proposta emancipatória para relações produtivas e dos meios de vida. Para tanto, faremos uma breve apresentação da fábrica ocupada em questão.

#### 4. BREVE HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA FÁBRICA

A Flaskô é uma fábrica localizada em Sumaré, no interior de São Paulo, que produz “bombonas”, ou seja, grandes embalagens plásticas, que são usadas para armazenar produtos químicos em geral. Essa empresa, juntamente com outras, dentre elas a Cipla e a Interfibra (localizadas em Joinville - SC) pertenciam a um mesmo grupo de empresas do ramo plástico.

Após desmembrar-se de uma companhia multinacional líder de mercado, o grupo ao qual a Flaskô pertencia iniciou um movimento de abandono e sucateamento das fábricas que ainda permaneceram sob seu controle. Em outubro de 2002, os trabalhadores da Cipla e da Interfibra entraram em greve, pois os salários estavam atrasados havia meses. Além disso, nenhum outro direito trabalhista estava sendo garantido pelos proprietários da empresa (SÃO PAULO, 2011).

As mobilizações dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, bem como a ocupação das respectivas fábricas foi determinante para deflagrar também o processo de ocupação da Flaskô, que estava abandonada pelos proprietários desde janeiro de 2003. O sindicato da região estimulava um acordo entre os patrões e os trabalhadores, para que esses últimos fossem indenizados após a venda do patrimônio da empresa. No entanto, os trabalhadores da Cipla e da Interfibra, que estavam a caminho de Brasília em campanha pela manutenção das fábricas sob o controle dos trabalhadores, visitaram a fábrica em Sumaré e deram o apoio necessário para que os trabalhadores da Flaskô pudessem também iniciar o processo de ocupação da fábrica (RASLAN, 2007).

Dessa forma, em 12 de junho de 2003, foi decidido em assembleia que os trabalhadores da Flaskô ocupariam a fábrica e retomariam a produção. Para tanto, foi eleito um Conselho de Fábrica que, com o apoio dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, tomaram as medidas administrativas e burocráticas cabíveis. Como afirma Raslan (2007), o processo de ocupação foi menos consequência de uma mobilização organizada pelos próprios trabalhadores da Flaskô, e mais uma contribuição dos trabalhadores da Cipla e da Interfibra, que já haviam passado por esse processo em Joinville e se organizaram no sentido de propor e auxiliar a ocupação da Flaskô. Os trabalhadores de Joinville ofereceram também a colaboração de algumas de suas lideranças, que ficaram em Sumaré para organizar as frentes de negociação com os agentes externos à fábrica (poder público municipal, poder judiciário) e auxiliar os trabalhadores da Flaskô, uma vez que estes não estavam politicamente preparados para esse processo de ocupação.

Embora a articulação com diversos movimentos ainda seja determinante para o fortalecimento da fábrica, atualmente os trabalhadores da Flaskô assumiram a gestão e conseguiram estruturar um modelo administrativo, que não definem como uma autogestão propriamente dita, mas que se estrutura pelo princípio básico de participação dos trabalhadores nos processos de decisão:

Assim que foi ocupada a Fábrica passou a ter como órgão máximo de decisão a Assembleia Geral de todos os trabalhadores, onde os trabalhadores se reúnem, ordinariamente, uma vez por mês, além das reuniões extraordinárias sempre que se fizer necessário.

A Assembleia Geral dos trabalhadores elege um conselho de fábrica com representantes de todos os setores da indústria. O conselho de fábrica se reúne semanalmente para discutir as questões relativas à organização da fábrica, os encaminhamentos e diretrizes traçadas nas assembleias e organizar a luta em defesa dos empregos.

O conselho de fábrica delega os poderes de Coordenação Geral, Coordenação Comercial, Coordenação Administrativa e de Produção para realizar as funções cotidianas, organizar as áreas e apresentar um plano de trabalho para um determinado período. O Conselho poderá, ainda, criar outras coordenadorias ou funções que julgar necessário (SÃO PAULO, 2011).

A ocupação da Flaskô poderia ser considerada uma grande conquista da classe trabalhadora. No entanto, esse processo foi e ainda é bastante incerto, colocando os trabalhadores em situações extremamente complicadas, como o embate com o poder público para o pagamento de dívidas referentes à gestão patronal. Além de já terem passado por longos períodos sem poder produzir, devido à interrupção do fornecimento de energia pela concessionária que reivindicava o pagamento das dívidas da gestão patronal, esses trabalhadores ainda vivem sob a ameaça constante dos leilões das máquinas que ainda restam, o que acarretaria no fechamento imediato da fábrica.

Apesar das dificuldades para manter a fábrica funcionando, a importância dessa iniciativa está para além da manutenção do emprego de aproximadamente setenta pessoas que ainda permanecem na fábrica. É importante ressaltar que, esses trabalhadores são contratados via CLT, recebem um salário acima da média da categoria na região, e principalmente, trabalham apenas 30 hora/semana. Essa é uma grande conquista para esses trabalhadores, e um dos fatores que proporciona a continuidade dessa experiência.

A vinculação ao Movimento das Fábricas Ocupadas e articulação com movimentos populares importantes no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, além da articulação com Movimentos Sociais de outros países, como a Argentina e Venezuela é determinante para que a Flaskô tenha apoio político nos momentos de maior instabilidade (SÃO PAULO, 2011). Portanto, mais do que se consolidar enquanto uma referência de luta por trabalho, a experiência da Flaskô também coloca a importância da articulação entre movimentos sociais para manter organizações contra-hegemônicas.

#### **4.1. Contextualizando a Vila Operária e Popular**

Neste estudo, não faremos uma descrição mais detalhada sobre as implicações internas do processo de ocupação da Flaskô, pois o objetivo é identificar as consequências desse processo nas relações estabelecidas com os moradores da Vila Operária e Popular. Certamente a primeira e mais significativa consequência da ocupação da Flaskô para a localidade, foi a possibilidade de que se realizasse uma segunda ocupação, agora do terreno da fábrica.

De acordo com as publicações do histórico da Flaskô (SÃO PAULO, 2011) e com os relatos dos moradores da Vila Operária e Popular, em 12 de fevereiro de 2005, a ocupação foi realizada por um conjunto de pessoas desabrigadas, ou em situação de “coabitação indesejada” ou seja, habitando em casa de familiares sob condições precárias.

O termo “Vila Operária e Popular” designa um tipo de conjunto habitacional totalmente diverso do que foi construído na Flaskô. De acordo com Blay (1985, p. 11) as vilas operárias são definidas como “propriedades das próprias indústrias empregadoras e se destinam basicamente ao uso da força de trabalho ligada à empresa. Originalmente essas vilas são construídas pelas próprias indústrias ou são compradas já prontas”, para abrigar os empregados e baratear o custo da reprodução da força de trabalho.

Acredita-se que esse termo foi utilizado no contexto focalizado na pesquisa em virtude da origem dessa ocupação, que foi formada no entorno da fábrica com o apoio de um movimento de trabalhadores, onde morariam também trabalhadores. Entretanto, é importante ressaltar que a ocupação é denominada Vila Operária e Popular, mas no cotidiano usa-se apenas a denominação Vila Operária, ou simplesmente Vila. Dessa forma, em alguns momentos da apresentação e da análise, também usaremos apenas o termo “Vila”, para facilitar a leitura e também para recorrer à terminologia utilizada no cotidiano do local.

De acordo com o relato de Lika<sup>28</sup>, presidente da associação de moradores da Vila, a ocupação realmente foi realizada a partir de um acordo estabelecido com os trabalhadores da Flaskô, por meio dessa negociação, os aproximadamente sessenta trabalhadores que permaneciam na fábrica, também tiveram acesso aos lotes que estavam sendo formados por ocasião da ocupação. Ainda segundo o relato da representante dos moradores, alguns trabalhadores da fábrica já possuíam casa própria e não necessitavam desse recurso, portanto preferiram doar seus lotes para pessoas ligadas à ocupação. O acordo para garantir uma ocupação pacífica foi concretizado e a parceria entre o movimento por trabalho e o movimento por moradia se estabeleceria no início da ocupação da Vila Operária e Popular.

Após negociações entre os dois movimentos, foram definidas algumas regras para a ocupação do espaço, e um arquiteto foi contratado para elaborar o planejamento urbano do local. A gleba de 100 mil metros quadrados foi dividida em 235 lotes, todos com aproximadamente 225m<sup>2</sup>. A disposição dos terrenos foi organizada de modo a preservar as dimensões adequadas das ruas, preservar locais de lazer e também uma área para a construção da sede de associação dos moradores.

É importante dizer que a Vila Operária e Popular hoje conserva realmente características de um bairro planejado. Ao se pensar em uma ocupação, imagina-se ruas estreitas e becos, através dos quais se pode ter acesso a um aglomerado de casas precárias ou barracos de madeira, distribuídos desproporcionalmente num espaço disputado e ocupado ao acaso. E não é isso que se observa na Vila Operária e Popular.

Atualmente a liderança da Vila ainda não possui vínculo com um movimento social por moradia mais estruturado, como o MTST, por exemplo, o que fragiliza o potencial crítico dos moradores que, hoje enquanto associação preocupam-se, sobretudo, em resolver problemas imediatos, deixando de lado a crítica às políticas de ocupação do espaço urbano e especulação imobiliária, questões centrais para o MTST. Os moradores são, portanto representados e se organizam apenas enquanto uma associação de bairro, que, de acordo com as observações em campo, é legitimada pelos moradores, mas possui grande dificuldade de articulação para resolver questões centrais da Vila.

A perspectiva crítica é resgatada, na Vila, por meio do contato com a Flaskô e o Movimento de Fábricas Ocupadas, que contribui frequentemente com os representantes da associação

---

<sup>28</sup> Os nomes citados são fictícios.

de moradores nas negociações com o poder público. O auxílio da fábrica é fundamental nestas negociações, pois facilita que os moradores tenham uma argumentação mais estruturada sobre o direito à moradia digna e ao espaço urbano.

## **5. MOVIMENTOS SOCIAIS E AS INTERFACES ENTRE TRABALHO E MORADIA**

De acordo com dados do Ministério das Cidades cerca de 80% da população do país atualmente se concentra em áreas urbanas, sendo que esse índice era de apenas 30% nos anos 1940. Essa rápida expansão da população urbana foi provocada especialmente pela migração de pessoas para regiões específicas do país em busca de trabalho e acesso a serviços públicos que não existiam no campo, especialmente os de saúde. Entretanto, o crescimento rápido e desordenado, dos grandes centros urbanos, não proporcionou uma distribuição justa dos recursos das cidades, como moradia digna, saneamento básico e mobilidade com segurança, privilegiando apenas uma minoria que possuía mais recursos.

A grande parcela da população que migrou para a cidade em busca de oportunidades de trabalho foi empurrada para as periferias, formando assentamentos precários que, por falta de acesso aos serviços públicos, foram construídos com recursos próprios dos moradores:

Ausentes dos mapas e cadastros de prefeituras e concessionárias de serviços públicos, inexistentes nos registros de propriedade nos cartórios, estes assentamentos tem uma inserção ambígua nas cidades onde se localizam. Modelo dominante de territorialização dos pobres nas cidades brasileiras, a consolidação destes assentamentos é progressiva, eternamente incompleta e totalmente dependente de uma ação discricionária do poder público – já que estes assentamentos não se enquadram na semântica das normas urbanísticas (ROLNIK, 2009. p. 38).

Durante o período da ditadura militar, os movimentos por reivindicação de direitos eram fortemente reprimidos. No entanto, foi ainda nesse período que se organizaram os primeiros movimentos por moradia. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, as lutas sociais se fortaleceram na “direção da ampliação dos direitos humanos e cidadania” (ROLNIK, 2009 p. 34).

O direito à moradia foi incorporado pela Constituição Federal de 1988, nos art. 6 e 7, que dispõem sobre os direitos sociais, dentre eles, a moradia e o trabalho, e sobre os direitos do trabalhador, rural ou urbano, que, a fim de ter uma “melhoria de sua condição social” deveria

receber um salário suficiente para atender suas necessidades básicas, entre elas a moradia e condições de higiene (BRASIL, 1988).

Em 2001, foi aprovada Lei no 10.257, o “Estatuto da Cidade”, que regulamenta os artigos 182 e 183 e instrumentaliza os municípios para elaboração do Plano Diretor, a fim de garantir que o planejamento da expansão urbana faça cumprir a função social da propriedade e da cidade. Entretanto, como afirma Rolnik (2009), mesmo com a criação do Ministério das Cidades e a constituição do Conselho Nacional das Cidades, pouco se avançou na questão da garantia do direito à moradia adequada.

As dificuldades de acesso ao espaço urbano e falta de condições dignas de moradia sempre estiveram presente na vivência dos trabalhadores e, conseqüentemente, na pauta dos movimentos sociais. Já em meados do século XIX, Engels (2008) denunciava as condições extremamente precárias em que vivia a classe trabalhadora apontando que, juntamente com a revolta pelas péssimas condições de trabalho, a precariedade da moradia seria determinante para a reação contra o capitalismo. O autor observava que, as condições em que os trabalhadores se encontravam na Inglaterra, já no início do capitalismo industrial, eram tão desumanas não seria suportada por muito tempo, por isso afirmava que uma inevitável revolução seria deflagrada em breve. Entretanto, apesar de a organização dos trabalhadores e de movimentos significativos terem ocorrido desde então, grande parte da classe trabalhadora ainda enfrenta dificuldade de acesso à moradia adequada, de forma que podemos observar que a questão não teve o peso político anunciado por Engels (2008). Especialmente nos países subdesenvolvidos, a condição precária de acesso à moradia vem se acirrando ainda mais com as frequentes crises do sistema capitalista e com o aumento da especulação imobiliária nos grandes centros urbanos.

No Brasil a interface entre a problemática do trabalho e da moradia foi retomada com o surgimento de movimentos sociais que associaram suas demandas a fim de criar estratégias de luta comuns. Dentre a diversidade observada nos Movimentos Sociais, é possível identificar um traço comum: a identificação enquanto classe e a luta contra a opressão econômica, sociocultural e a política neoliberal (GALVÃO, 2008).

A questão da luta por terra, trabalho e moradia tem, no Brasil, grande repercussão por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), que é reconhecido internacionalmente como um importante Movimento Social de articulação entre camponeses expulsos do campo, trabalhadores rurais sem acesso a terra, trabalhadores informais e

também trabalhadores urbanos marginalizados nas cidades pelos mecanismos de exclusão das políticas neoliberais (GALVÃO, 2008).

Especificamente, os Movimentos Sociais por moradia aparecem com mais intensidade a partir da década de 1980, após a precária urbanização do país, baseada em um “[...] modelo de desenvolvimento urbano que basicamente privou as faixas de menor renda da população de condições básicas de urbanidade ou de inserção efetiva à cidade” (ROLNIK, 2009, p. 32).

## **6. ETNOGRAFIA: MÉTODO DE PESQUISA DO COTIDIANO**

A presente pesquisa foi realizada de acordo com os fundamentos do enfoque etnográfico. Assim, foram realizadas observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado, bem como situações de interação entre os movimentos sociais em eventos não cotidianos, como atividades culturais e de formação política, atos públicos, e a oitava caravana à Brasília, realizada com forma de reivindicação da estatização da fábrica ocupada Flaskô e regularização das moradias da Vila Operária e Popular.

As atuações em campo se iniciaram desde a organização do projeto, pois para a idealização da pesquisa já havia se estabelecido uma aproximação com os trabalhadores da fábrica. O contato com os moradores da Vila Operária e Popular se deu posteriormente, e o acordo para a realização da pesquisa começou a ser estabelecido ao final de 2010.

Em consonância com os objetivos da pesquisa, as visitas à Vila foram realizadas com frequência semanal, em horário pré-definido com a responsável pela introdução da pesquisadora no cotidiano dos moradores. O período de imersão em campo foi de onze meses. Durante o trabalho de campo, estabelecemos contato com vários moradores da Vila, de forma que foi possível conhecer o cotidiano do bairro e algumas dificuldades enfrentadas pelos moradores. Entretanto a referência da pesquisadora em campo sempre foi dada pelas lideranças ou mesmo pessoas diretamente relacionadas a elas, como filhos e companheiros.

Foram participantes da pesquisa os moradores da Vila Operária e Popular, outras pessoas diretamente envolvidas com a ocupação, mas que não fixaram residência no local, bem como os trabalhadores da fábrica ocupada Flaskô. Considerou-se participantes todas as pessoas com os quais a pesquisadora estabeleceu contato durante as observações em campo. Ao utilizar a abordagem etnográfica, a atuação em campo foi orientada a partir de

um enfoque coletivo, por meio do qual foi possível observar as relações estabelecidas entre os sujeitos que fazem parte desse contexto específico.

A observação e a escuta se constroem a partir de um lugar, de uma concepção de mundo que orienta a percepção sobre as interações. No entanto, para que o trabalho etnográfico seja efetivo, o pesquisador deve passar por um processo de transformação, ampliando seu olhar para o aprimoramento dos registros. Durante o processo de coleta de dados é fundamental que o pesquisador se coloque questões como: O que faço em campo? O que estou produzindo? Para quê? Qual a contribuição e importância desse trabalho?

No processo de questionamentos sobre a pesquisa, ocorre a reestruturação do objeto de estudo, que é o produto principal do trabalho etnográfico. Considerando que a análise etnográfica não corresponde à simples confirmação de hipóteses levantadas no início da pesquisa, durante esse trabalho, buscamos estabelecer novos significados às relações, desenvolver um processo de enriquecimento da descrição do fenômeno estudado, na tentativa de atribuir conteúdo concreto às ideias iniciais que eram abstratas.

O trabalho conceitual se caracteriza, segundo Rockwell (1986), pela permanente tentativa de explicar a experiência empírica. Em consonância com essa afirmação, buscamos construir um processo de descrição analítica simultaneamente às observações realizadas em campo, possibilitando a articulação do objeto de estudo com a formação de eixos articuladores. A partir dessa construção, foi possível destacar, algumas características relevantes, a serem apresentadas e discutidas no trabalho teórico.

## **7. DISCUSSÃO E RESULTADOS PRELIMINARES**

Dentre as questões mais importantes observadas na Vila, está a falta de acesso a serviços básicos, como água encanada, energia elétrica, iluminação pública e coleta de lixo. Por não terem uma residência legalizada, os moradores de Vila não possuem endereço, ou seja, são impossibilitados de ter acesso a vários outros direitos, pois pare ter acesso a serviços de saúde, educação ou mesmo à previdência social, é necessário apresentar um comprovante de residência.

Os moradores da Vila, obviamente, não têm como comprovar o local de moradia, pois legalmente elas não existem. A dificuldade é grande e, como dizem os próprios moradores, “o carteiro não entra aqui [na Vila]” (Diário de Campo, 15/12/2010) e todos têm de conseguir um familiar ou conhecido que aceite receber suas correspondências. A comprovação de

uma residência fixa, portanto, na atual configuração social é a condição para que se tenha acesso a outros direitos fundamentais. Os moradores dizem se constranger com isso cotidianamente, justificando a necessidade de legalização de suas moradias. Essas observações indicam que, alguns aspectos apontados por Castel (2003), ainda estão presentes na estruturação da assistência social, como a questão da necessidade de comprovação de um domicílio fixo para que se possa acessar os serviços de proteção social.

Em contrapartida, observa-se que outros serviços públicos estão sendo “providenciados” pelos moradores, que conseguem ter acesso à água, à energia elétrica e até mesmo internet banda larga por meio de instalações irregulares. Uma das lutas dos moradores atualmente é pela iluminação pública, pois desde o início da ocupação, os próprios moradores providenciaram energia elétrica improvisada. Mas as ruas não têm postes, e a concessionária de energia não esta disposta a negociar a instalação da rede de iluminação pública enquanto a Vila não estiver legalizada.

Entretanto, a ligação de energia elétrica individual vem sendo conquistada com maior facilidade pelos moradores, pois, devido ao grande número de instalações irregulares, a concessionária permitiu e até viabilizou a distribuição de energia elétrica nas residências, doando os postes de instalação para regularizar a distribuição do serviço. Com isso, alguns moradores, especialmente os que moram em casas mais próximas aos limites da Vila, não possuem mais os chamados “gatos”<sup>29</sup>, entretanto reclamam da falta de iluminação pública, relatando que as ruas ficam muito escuras, especialmente na parte que fica mais próxima ao córrego. Apesar de a concessionária alegar a necessidade de regularização das casas para a instalação de rede de iluminação pública, a questão parece estar mais relacionada à forma como essas reivindicações são apresentadas pelos moradores, que poucas vezes conseguem se articular coletivamente.

As lideranças da Vila Operária e Popular colocam como crucial a necessidade de articulação entre os moradores para reivindicar coletivamente seus direitos junto à prefeitura. Entretanto, denunciam a dificuldade que encontram quando precisam se organizar coletivamente, mesmo que seja em atos importantes, como a comemoração dos seis anos de ocupação da Vila.

---

<sup>29</sup> Instalações providenciadas pelos próprios moradores para ter acesso à energia elétrica. Essas instalações são ilegais, portanto, os moradores podem responder ludicamente por elas.

As articulações estabelecidas com os trabalhadores da Flaskô são determinantes para o processo de organização dos moradores da Vila. Por formar um movimento social mais estruturado, os trabalhadores frequentemente contribuem com sua experiência política, bem como oferecendo suporte e orientação jurídica para a associação dos moradores da Vila.

Para viabilizar o fortalecimento do vínculo com a comunidade do entorno, os trabalhadores criaram a denominada Fábrica de Esportes e Cultura. Para a criação dessa extensão da fábrica, foi aproveitado um espaço, dentro da própria Flaskô. Esse espaço foi revitalizado e, hoje, concentra atividades de esporte – como aulas de futebol, vôlei, judô, capoeira, balé, xadrez, tênis de mesa – e cultura – como apresentações de teatro, apresentações musicais, oficinas de quadrinhos, festividades em geral – e também encontros e debates sobre questões relevantes para a fábrica e para a população da Vila Operária e Popular.

Além disso, os trabalhadores da Flaskô, especialmente os vinculados ao Conselho de Fábrica, após participar e apoiar o processo de ocupação da área do entorno da fábrica, buscam constantemente o contato com os moradores da Vila, no sentido de conseguir apoio político da população ali instalada. Dessa forma, o movimento social consolidado na luta pela fábrica, passou a incorporar também, o debate sobre o direito à moradia digna, integrando essas questões às reivindicações do Movimento das Fábricas Ocupadas, que originalmente pautava-se apenas pela questão do direito ao trabalho.

A relação da Vila Operária e Popular com a Flaskô se dá basicamente por meio da articulação de ações para reivindicar os direitos dos moradores, como a questão da água, da iluminação pública, da coleta do lixo e, principalmente no que se refere à reivindicação da regularização da Vila Operária, que, em termos legais, se encontra na mesma situação que a fábrica.

O que observamos nas falas dos trabalhadores da Flaskô, em momentos como apresentações em atos públicos, é que as reivindicações da fábrica estão diretamente relacionadas às da Vila e que, as ações desses trabalhadores são direcionadas no sentido de organizar ações conjuntas, visando o fortalecimento dos dois movimentos. Eles parecem ter a mesma convicção de Santos (2002), de que trabalho e moradia são questões chave para os embates da classe trabalhadora na ofensiva contra o capital.

Entre os moradores de Vila Operária e Popular, no entanto, podemos observar uma relação menos estreita com a Flaskô, visto que a maioria deles não se tem apropriado da discussão sobre a questão da ocupação da fábrica ou da Vila. Grande parte da população que reside

hoje na Vila não passou pelo processo de ocupação, pois muitos terrenos foram vendidos por pessoas que, participaram da ocupação, e por motivos diversos não permaneceram no local. Essa questão gerou um conflito interno à Vila Operária e Popular, abalando também as relações com a fábrica, visto que alguns terrenos foram vendidos pelos próprios trabalhadores que receberam os lotes no início da ocupação.

Entretanto, os moradores mais politizados, e que permanecem desde a ocupação, buscam se mobilizar no sentido de superar as dificuldades de mobilização coletiva dos moradores da Vila Operária e Popular e fortalecer os vínculos com a fábrica.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento, podemos concluir que o vínculo observado entre a fábrica ocupada Flaskô e a Vila Operária e Popular é fundamental para a manutenção dessas duas instâncias. Apesar de cada uma das partes possuir autonomia nas decisões internas à sua organização, observou-se que nas questões externas, como negociações com o poder público e articulação com outros movimentos sociais, a Flaskô e a Vila Operária e Popular constituem basicamente uma unidade. Foi possível observar que os atos públicos são sempre organizados conjuntamente e, o que se pode observar nessas ocasiões, é que essa articulação é determinante para a manutenção da fábrica e também para as conquistas da Vila Operária e Popular.

Dessa forma, pode-se indicar que a iniciativa da Flaskô, apesar das dificuldades enfrentadas num contexto claramente desfavorável ao seu desenvolvimento, ainda assim mantém uma posição crítica ao sistema capitalista, sustentando essa posição não apenas entre os muros da fábrica. Portanto, ressaltamos que essa experiência se caracteriza por ser uma proposta emancipatória para além das relações produtivas, buscando também contribuir para a transformação das relações cotidianas e de reprodução da vida.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADA, C. F. *Onde a autogestão acontece. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, São Paulo, v. 9, n. 1, p 1-14, 2006.
- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

- ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. *Educação & Sociedade*, Campinas, CEDES, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.
- BERNARDO, M. H. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- BLAY, E. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.
- BOLTANSKI L.; CHIAPELLO, E. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- FARIA, M. S.; DAGNINO, R.; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008.
- GALVÃO, A. *Os movimentos sociais da América Latina em questão*. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 8-24, 2008.
- LINHART, D. O indivíduo no centro de modernização das empresas: um reconhecimento esperado mais perigoso. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 7, p. 24-36, 2000.
- MÉSZARÓS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria de transição*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- NOVAES, H. T. *Para além da apropriação dos meios de produção?: o processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- RASLAN, F. O. *Resistindo com classe: o caso da ocupação da Flaskô*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- ROCKWELL, E. Etnografia e teoria na pesquisa educacional. In: ESPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa participante*. São Paulo: Cortez, 1986.
- ROLNIK, R. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 2003.
- \_\_\_\_\_. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 11, n. 2, p. 31-50, 2009.
- SANTOS, B. S. et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SÃO PAULO. Centro de Memória e Documentação do Movimento das Fábricas Ocupadas. *Visita à Flaskô: uma fábrica ocupada pelos trabalhadores*. Sumaré: CEMOP, 2011.

SATO, L.; PROENÇA, M. R. S. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 29-47, 2001.

VIEITEZ, C. G. *A empresa sem patrão*. Marília: UNESP, 1997.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## GÊNERO E INVISIBILIDADE:

### *O trabalho das mulheres agricultoras em barro alto, Coari-AM*

*Solange Pereira do Nascimento*<sup>30</sup>

*Iraildes Caldas Torres*<sup>31</sup>

#### RESUMO

O roçado no sistema produtivo da Amazônia onde são produzidos os gêneros alimentícios tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização é considerado *locus* de trabalho dos homens. Esta pesquisa foi realizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, no Município de Coari, no Amazonas, com vinte e seis mulheres ouvidas sob a técnica de entrevista semiestruturada. Dentre os principais fatores constatados verificou-se que, embora as mulheres realizem todo o trabalho da roça e da cadeia produtiva da mandioca, com exceção do trabalho de derrubada e roçagem da mata, elas figuram como coadjuvantes de seus maridos. Conclui-se, então, que no âmbito da Sociologia do trabalho as mulheres continuam na invisibilidade de enquanto trabalhadoras da agricultura. O significado social do trabalho das mulheres é bem mais diversificado do que geralmente podemos supor. Elas figuram nesta pesquisa como os sujeitos responsáveis da manutenção de suas famílias na mesma proporção que seus companheiros.

**Palavras-chave:** Gênero. Agricultura. Amazônia.

---

<sup>30</sup> Mestra em Sociedade e Cultura na Amazônia. Professora da Universidade do Estado do Amazonas. Email: [soliamnascimento@yahoo.com.br](mailto:soliamnascimento@yahoo.com.br).

<sup>31</sup> Doutora em Antropologia pela PUC/SP. Professora da Universidade Federal do Amazonas. Email: [iraildes.caldas@gmail.com](mailto:iraildes.caldas@gmail.com)

## GENDER AND INVISIBILITY:

### WOMEN'S AGRICULTURAL LABOUR IN BARRO ALTO, COARI – AM

#### ABSTRACT

The brushed in the productive system of the Amazon where they are produced food stuff both for the survival of the family and to market is considered the locus of men's work. This research was conducted in the Community of Our Lady of Nazareth Barro Alto, in the city of Coari, Amazonas, with twenty six women interviewed in a semistructured interview technique. Among the main factors found that although women perform all the work on the farm and the chain of production of cassava, with the exception of the work of cutting and weeding of the forest, they appear as adjuncts of their husbands. It follows, then, that within the sociology of work women continue working while the invisibility of agriculture. The social significance of women's work is far more diverse than we can generally assume. They appear in this survey as the individuals responsible for maintaining their families in the same proportion as their fellow.

**Keywords:** Gender. Woman. Amazonia.

#### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da pesquisa intitulada “Tecendo os fios da agricultura familiar com o gênero e o meio ambiente em duas comunidades amazônicas: o *ethos* das mulheres da floresta” desenvolvida pela Universidade Federal do Amazonas em parceria com o CNPq.

Fazer pesquisa na Amazônia é por vezes fazer parte de um contexto muito peculiar que de forma espontânea vai se tornando o *ethos* do pesquisador num envolvimento natural com os sujeitos pesquisados. É enveredar pelo modo de ser do homem e da mulher no sentido da dinâmica de articulação de sua existência. Heidegger (2004) diz que para o pensamento não há lugar preenchido num tempo ocupado. Tudo está vazio de realização. Só o saber, só o fazer, só o crer, só o sentir não são suficientemente pobres, nem bastante desprendidos para a embriaguez que se entrega ao imprevisível, para a paixão que se abandona ao inesperado. Falar desses sujeitos é também permitir que eles se expressem através de suas falas e é, sem dúvida alguma, estar diante do inesperado numa abertura constante onde o novo se apresenta de maneira articulada com os propósitos da pesquisa.

Falar dos homens e das mulheres que residem na comunidade *Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto* é adentrar vidas marcadas pelo tempo. Supõe pedir licença para entrar em sua intimidade e registrar suas histórias de vida e de trabalho nos anais da ciência. É preciso, pois, estar inserido no contexto da vivência cotidiana e dela fazer parte ou se tornar parte para entender melhor o seu modo de ser, de falar e de agir. Às vezes, temos a impressão de que o tempo parou, pela constância linear das atitudes e do modo de se portar diante da existência, não seguindo a dinâmica do *frenesi* do tempo contemporâneo com sua cronologia e aparatos tecnológicos.

A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto está localizada no médio Solimões a 97 km de distância do Município de Coari que abrange uma área de 1.570.745 quilômetros quadrados. Está localizada no coração da floresta amazônica, banhado pelo rio Solimões.

As margens do Rio Solimões, abrigam grandes contingentes populacionais distribuídos em comunidades. As famílias residentes na área rural banhada pelo rio recebem a nomenclatura de ribeirinhas, isto é, pessoas que habitam na ribeira do rio. A Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto está situada à margem direita do rio Solimões e lá residem 43 famílias, portanto, uma comunidade de ribeirinhos agricultores.

A pesquisa teve como objetivo central entender as relações de poder que atravessam o trabalho das mulheres do Barro Alto quando em confronto com o trabalho masculino nas mesmas condições com assimetrias econômicas tendo as mulheres perdas expressivas nos ganhos com o trabalho que exercem em todos os sentidos.

A partir das abordagens analítico-qualitativas, foram ouvidas em entrevista 26 mulheres, onde nos falaram sobre suas vidas e o trabalho que desenvolvem como agricultoras na Comunidade. Para a coleta de dados, seguimos as orientações do trabalho etnográfico a partir das teorias Geertziana, principalmente a respeito do trabalho de campo, na perspectiva da descrição densa dando ênfase à fala dos sujeitos no sentido de *des-ocultar* a realidade observada. Dessa forma, utilizamos o caderno de campo, a máquina digital, os questionários e a participação em conversas informais durante o plantio da mandioca quando acompanhamos algumas mulheres na lida diária da roça.

## **2. CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS/RESULTADOS**

A comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto é palco do protagonismo de mulheres fortes e trabalhadoras como Selma, Corinta, Jorgiana, Cota, Rita, Tapuia, Maria do

Rosário e tantas outras. Abriga também homens de fibra e grandes trabalhadores rurais. Cada uma e cada um com sua história de vida, seus afazeres, seus sonhos, protagonismos e suas esperanças.

Todas as pessoas que participaram desta pesquisa são trabalhadoras e trabalhadores rurais que vivem nessa comunidade praticamente desde o dia em que nasceram. Alguns foram chegando aos poucos e foram se agregando tanto pelos laços de parentesco como também pelas relações de casamento.

As mulheres do Barro Alto são relativamente jovens. A média de idade varia de 22 a 76 anos. Portanto uma média de 38,6 anos como mostra o gráfico abaixo.

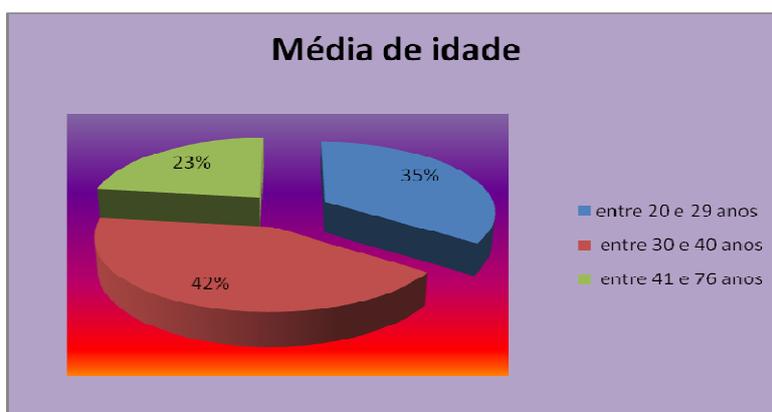


Gráfico 1- Média de Idade das Mulheres da Comunidade N. S. Nazaré do Barro Alto.

Das mulheres que estão na faixa etária de 20 a 29 anos, a maioria também já têm responsabilidade com a casa e com a roça. Um número menor mais não menos expressivo são de mulheres mais maduras que são avós e também viúvas, como é o caso de Corinta que vive na comunidade desde a infância e passou por todas as fases de organização econômica e social do Barro Alto.

As mulheres mais idosas não têm mais uma participação direta na roça, mas executam pequenas atividades como criar galinhas, cabras, porcos e patos. Cultivam hortas de cebolinha, cheiro verde e pimenta como também outras plantas de uso medicinal. Quatro dessas mulheres recebem aposentadoria e com isso ajudam nas despesas da casa. As mais idosas integram praticamente a primeira geração do Barro Alto. As demais fazem parte de uma geração mais jovem, que mesmo assim continuam a tradição do trabalho na roça. A maioria nasceu e se criou na comunidade. São poucas as que conhecem a capital do

Estado. Ir para Manaus, só em caso de doença grave e outras situações não possíveis de resolver em Coari ou em caso inusitado como foi o da participação de três mulheres no 2º Emflor (Encontro de Estudos sobre Mulheres da Floresta) na Universidade Federal do Amazonas em 2010. O Emflor promove o diálogo entre a academia e os movimentos sociais de mulheres. Esse evento marcou profundamente a vida delas.

Ao olharmos para elas, percebemos que a dureza do campo, não tirou do rosto as expressões da feminilidade em meio às marcas deixadas pelo sol e pelas agruras do tempo. A vaidade feminina é visível no batom, nas unhas pintadas, nos cabelos presos com enfeites. Nas roupas coloridas e na vivacidade e alegria de sorrisos fartos e largos. Uma de nossas entrevistadas revelou o seguinte:

Ora, nós aqui não temos muito para aonde ir, a não ser na casa de um e de outro. Às vezes descemos a Coari para resolver as coisas, então temos que nos arrumar de vez em quando pra ficar bonita pra nós mesmas. Às vezes o marido olha, às vezes, não. O importante é que a gente gosta de ficar bonita, se valorizar um pouco (Jorgiana, entrevista/2010).

Essa fala de Jorgiana vai de encontro a Perrot (2008, p. 49) quando diz que

*[...] a mulher é antes de tudo, uma imagem. Um rosto, um corpo, vestido ou nu. A mulher é feita de aparências. [...] A beleza é um capital na troca amorosa ou na conquista matrimonial. Uma troca desigual em que o homem se reserva o papel de sedutor ativo, enquanto sua parceira deve contentar-se em ser o objeto de sedução, embora seja bastante engenhosa em sua pretensa passividade [...].*

Isso nos leva a refletir sobre a figura do feminino e suas nuances peculiares mesmo em meio às adversidades da vida. Para Bocchini (2000) o corpo existe para o outro, é um espaço de permanente correção, uma fonte constante de mal-estar visto que o modelo exigido é inalcançável, principalmente para a mulher moderna pertencente aos grandes centros sociais e que estão na mídia e vivem da mídia. A busca pelo corpo perfeito é uma constante e aquilo que poderia ser uma fonte de prazer, torna-se muitas vezes, o oposto, porque a exigência do mercado televisivo não dá tempo ou não admite o prazer do corpo feminino para si mesmo.

Quando as mulheres da comunidade N.S de Nazaré Barro Alto afirmam que se arrumam para si mesmas e que em algum momento despertam ou não o olhar do marido, então estamos diante de um novo horizonte de compreensão desse corpo feminino que não se

coloca em vitrines para ser contemplado ou julgado pela sua aparência, mas outro corpo, uma nova dimensão de corporeidade que está acima de julgamentos ou modelos pré-estabelecidos de beleza. Um corpo singular, de alguém que estabelece seus próprios padrões estéticos com seu corpo e que se apresenta ao mundo da forma como se vê e não a partir do mirante do outro.

Em relação à questão do trabalho das mulheres, sabemos que no Barro Alto há combinação do trabalho doméstico com o trabalho agrícola de forma constante e intensa. A mulher da Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto exerce uma dupla jornada de trabalho. Quando inquiridas sobre essa condição e ainda sem mencionar que também são mães e o cuidado com os filhos é tarefa delas, Selma, uma de nossas agricultoras entrevistadas nos diz que:

*Prefiro a vida na roça. Lá o que a gente faz vê o resultado. Em casa a gente passa o dia todo arrumando e parece que não fez nada. Um vem tira uma coisa, outro pede outra e assim o dia passa e gente fica rodando igual peru e parece que tudo o que fez não serviu. Na roça se a gente coloca um pé de mandioca lá, ele fica e depois você vê ele crescer, ficar bonito e a gente comer e vender, ajudando assim a sustentar a casa (Selma – entrevista/2010).*

O trabalho doméstico é, então, necessário para a subsistência da sociedade em seu conjunto, embora não produza valores de troca. Mas é possível dizer que o conjunto da produção de valores de uso realizada pelo trabalho doméstico define um modo de produção, o patriarcal, que estaria superposto ao modo de produção capitalista? É possível falar que o trabalho doméstico cria outra categoria de valor, por assim dizer, o 'valor doméstico', da mesma forma que o trabalho assalariado cria o valor de troca?

Para Freitas (2007) a separação entre trabalho doméstico (reprodutivo), realizado prioritariamente pelas mulheres e trabalho produtivo destinado aos homens permaneceu durante muito tempo naturalizada. O movimento feminista procurou denunciar essa questão, apontando que essa separação dentro do mercado de trabalho não representava o destino natural de cada sexo, mas era fruto da organização do trabalho e da economia. Ao analisar gênero e trabalho na área rural Silva e Schneider (2010, p. 185) afirmam que “boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização”. A fala de nossa entrevistada mostra que a mulher

agricultora se sente inserida no trabalho da produção da mandioca, embora a própria ciência ainda não reconheça o seu lugar como trabalhadora na cadeia produtiva agrícola.

Mesmo participando intensamente do trabalho da roça “ombro a ombro” com o homem, e apesar de eventualmente opinar a respeito dos destinos da plantação, é marcante o papel subsidiário que elas desempenham nesses assuntos, confirmando o que diz Carrasco (2003) quando constata que a mulher refere-se ao seu trabalho nesse período como “ajuda”, definindo-se como “mulher de agricultor” e não como agricultora. A maioria delas nos diz que são donas de casa. Para algumas, a roça se torna até mesmo um momento de descanso dos serviços caseiros e não sua atividade principal.

Torres e Rodrigues (2010, p. 239) ao se referirem sobre o trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica, constata que “a classificação de trabalho é dada somente às atividades realizadas pelo homem. As atividades feitas pelas mulheres não são vistas como trabalho e sim como tarefa ou atividade subsidiária, ou ainda, mera ajuda ao grupo doméstico”.

Esta pesquisa constata que a Prefeitura de Coari contrata a mão de obra de duas moradoras da comunidade, uma na função de professora e outra como merendeira. É interessante a esse propósito sinalizar para o fato de que o poder local parece valorizar a mão de obra de pessoas da comunidade, “na expectativa de estabelecer novas relações sociais intra e extra comunidade” (ALMEIDA; MANESCHY, 2001, p. 444). Observemos a tabela a seguir.

**Tabela 1 - Renda Familiar da Comunidade do Barro Alto**

Renda Familiar	Número de famílias
Menos de 01 salário Mínimo	14 famílias
Até 01 salário Mínimo	11 famílias
Até 02 salários mínimos	01 família
Aposentados	05 pessoas

**Fonte:** Pesquisa de campo/ 2010.

Estes dados revelam que 54% das famílias sobrevivem com menos de um salário mínimo provenientes da venda de produtos agrícolas. De acordo com Almeida e Maneschy (2001) as famílias da área rural vivem basicamente da agricultura de alguns produtos, sobretudo mandioca, pupunha, açaí e pescado. Quanto aos proventos de aposentadoria, a pesquisa revela a existência de apenas cinco pessoas aposentadas, o que segundo essas autoras

“além de com frequência trabalharem, especialmente na lavoura, recebem aposentadorias e pensões que constituem uma das fontes seguras de renda para boa parte dos lares”.

Outro dado importante é em relação ao destino dos produtos e a renda familiar mensal. Das vinte e seis famílias entrevistadas verificamos que 14 delas, vivem com um salário mínimo de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais) 11 famílias com até um salário mínimo e apenas uma família com mais de dois salários mínimos.

Na época da venda da farinha, cada família pode fazer até no máximo três mil reais, o que significa que em época de derrubada e plantio, as famílias não podem contar com esta renda que vem diretamente da farinha já produzida. Para suprir as necessidades se faz necessário à venda de outros produtos como: banana, pupunha, pescado e açaí. Algumas famílias criam galinhas, porcos, ovelhas tanto para o consumo da casa quanto para vender o excedente.

Alguns homens mais jovens da comunidade também trabalham como diaristas em outras propriedades nos arredores cuidando de gado, fazendo roçados, derrubadas ou capina. Quando o serviço se intensifica no tempo de fazer a farinha, muitas famílias pagam diárias para quem já terminou de fazer a sua farinha e assim adiantar os trabalhos de outros que precisam. A diária para arrancar, descascar, sovar a mandioca e torrar a farinha é de trinta reais tanto para os homens quanto para as mulheres.

Vimos que essa prática de pagar diárias está se tornando aos poucos uma outra forma de desenvolver o trabalho na roça, principalmente quando marido e mulher estão impedidos por algum motivo de trabalhar no tempo do plantio. Para cuidar da roça, geralmente não se faz ajuri nem se paga diária, pois, é uma tarefa moral da família. Em entrevista, uma das agricultoras nos relatou que:

Nós mulheres somos quem mais cuida da roça: plantio capina e colheita até a época de fazer a farinha. Meus filhos me ajudam na roça desde o plantio até a colheita. De um ano pro outro nasce muito mato e quando é hora de plantar, é preciso muito trabalho para capinar e queimar o mato para replantar. Quando não conseguimos sozinhas, pagamos diárias para outros nos ajudar. Os irmãos do meu marido sempre nos ajudam na roça. Mas, sempre se tem que pagar alguma coisa pra eles que ainda são jovens. Já fizemos muito ajuri na comunidade para plantar as roças. Atualmente, quase não já não se faz. No final, fica mais barato pagar um diarista que dar comida e bebida de graça para todo mundo. Não

existem “favores” existem trocas de serviços. Um ajuda o outro sempre contando com a troca de serviços (Entrevista/2009).

Essa fala da nossa entrevistada nos mostra uma outra dimensão dessa realidade da roça na Amazônia que aos poucos vai se descortinando aos nossos olhos e fazendo-nos perceber que as relações entre os sujeitos no interior das comunidades já não são mais tão marcadas pelas relações de “compadrismo”<sup>32</sup> como fora no passado não muito distante, onde a dimensão do ajuri ainda não tinha sido atravessado pelas relações de poder que modifica a convivência entre as pessoas. Essas situações são modificadas pela leitura neoliberal, onde os sujeitos se colocam como patrões-empregados-patrões em diferentes momentos de acordo com a necessidade de cada um e do momento em que estão vivendo.

Nessa situação, as mulheres incrementam a economia da mandioca com a venda de artesanatos de uso doméstico tais como tapetes, paneiro, peneira e tipiti. Utensílios muito utilizados no preparo da farinha. Na comunidade se pratica frequentemente a troca de produtos por pequenos serviços tais como: uma dúzia de ovos por uma palma de banana ou por um conserto de roupa, ou um forro de crochê e assim por diante.

Outro dado expressivo é que na comunidade, muitas mulheres sabem trabalhar com a costura, e então, elas emprestam a máquina uma para as outras. Não se identificou a costura como geração de renda, mas, tão somente como mais uma das atividades realizadas pelas mulheres.

Mesmo sendo a participação das mulheres expressiva em relação ao gerenciamento dos recursos econômicos provenientes da venda de produtos, ainda assim, das 26 mulheres entrevistadas 20 afirmaram que 71% dos homens gerenciam a renda familiar, enquanto que só 14% das mulheres administram a renda de suas famílias.

Ressalte-se que dentre as entrevistadas algumas delas preferem não cuidar das contas da casa porque os maridos afirmam que elas não são afeitas a fazerem cálculos com precisão. É o que podemos perceber no relato abaixo:

*Como eu sou viúva e moro com meu filho é ele que cuida do dinheiro. É ele que vai receber minha aposentadoria com meu cartão. Eu passo a senha para ele. Eu não gosto de mexer com banco e essas coisas. Eu prefiro ficar aqui em casa.*

---

<sup>32</sup> Compadrismo – quer dizer as relações dadas entre compadres e comadres.

*É ele quem vai a Coari e resolve tudo. Mas, ele sempre me mantém informada dos gastos* (Dona Cota, entrevista/2010).

Almeida e Maneschy (2001) consideram que pelo fato de essas mulheres idosas disporem de uma renda regular talvez explique a situação de seus filhos se apropriarem de seus rendimentos, muitas vezes não repassados aos próprios idosos.

Para as mulheres entrevistadas o principal responsável pelo sustento da família é o marido. É o que revela uma de nossas entrevistadas:

*Meu marido é o principal responsável pelo nosso sustento porque é ele que pesca e caça. Da minha parte só entra a farinha que eu faço as galinhas, os patos e os carneiros que crio. É da criação que vendemos algum animal para comprar a roupa dos meninos. O material escolar dar para comprar com o Bolsa Família* (Maria Lúcia, entrevista/2010).

Nessa fala fica claro que mesmo as mulheres trabalhando da roça e ajudando a sustentar a família com a renda que vem de tal atividade, ainda assim, a velha concepção fruto de uma cultura patriarcal é a de que o homem é o provedor e o trabalhador da casa se sobrepondo assim sobre o trabalho da mulher visto como ajuda. Para Panzutti (2006) o fato de trabalhar em igualdade de condições com o homem e ter certa liberdade de ação não significa para ela maior prestígio social. O prestígio é para o sexo masculino. Só os privilégios do homem vão dar a ele certa preponderância sobre a mulher.

Quando inquiridas sobre o tema da discriminação sobre a mulher 50% delas responderam que sim, mas a outra metade disse que não. Fica patente, portanto, que as mulheres do Barro Alto estão divididas em opinião ou não têm a real dimensão do que de fato significa 'ser discriminada'. Para metade das entrevistadas as atividades de casa são divididas com o marido e para a outra metade o marido não reconhece o trabalho doméstico como sendo de fundamental importância para a família, apesar de deixarem toda a responsabilidade da casa e dos filhos com as esposas Perrot (2008, p. 117).

O trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e na vida das mulheres. É um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. É um peso também na sua identidade: a dona-de-casa perfeita é o modelo sonhado da boa educação, e torna-se um objeto de desejo para os homens e uma obsessão para as mulheres. O caráter doméstico marca todo o trabalho feminino: a mulher é

sempre uma dona-de-casa. Isso se espera também da perfeita secretária: que ela coloque flores e que cuide de seu patrão. Era assim que trabalhava a secretária de direção no escritório à moda antiga, descrito por Josiane Pinto.

As questões de gênero aparecem permeando toda a análise envolvendo o espaço público e privado, cultura e identidade, bem como as relações de poder vividas pelas mulheres. Algumas têm consciência da importância do seu papel no processo produtivo envolvendo a família, enquanto que outras não percebem o processo de submissão pelo qual são vítimas. De acordo com a professora Ivone Silva:

O homem pode trair a sua mulher e fica tudo bem, ninguém fala nada. Mas, quando é a mulher que trai, todo mundo cai em cima e faz a mulher ir embora levando os filhos, ninguém perdoa. Não estou dizendo que sou a favor disso, mas, acho que nesses casos as mulheres são mais discriminadas (Ivone Silva, entrevista/2010).

Para Scott (1994) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças entre os sexos. Segundo a autora, o gênero é o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Ou seja, as relações assimétricas ou as diferenças estabelecidas entre homens e mulheres dão sustentação às relações de poder exercidas pelo homem na sociedade, na medida em que ele aparece como figura proeminente em relação à mulher.

Um dado importante que aparece nesta pesquisa diz respeito ao fato de que, as mulheres do Barro Alto, reconhecem que o trabalho da roça garante o sustento da família durante seis a sete meses do ano. Depois desse período é preciso saber fazer o 'milagre' da economia doméstica para que o valor obtido com o lucro da farinha possa manter a família o ano inteiro. Uma das mulheres entrevistadas disse o seguinte:

*Eu deposito tudo no banco e todo mês quando vou buscar o dinheiro dos meninos (bolsa família) eu retiro duzentos reais para passar o mês. É a única maneira de guardar o dinheiro da farinha que é o único dinheiro que disponho para o ano inteiro. Não deixo nas mãos do meu marido de jeito nenhum porque senão ele bebe tudo e a gente passa fome o resto do ano (Entrevista - Barro Alto/2010).*

Note-se que na fala dessa entrevistada há uma preocupação com os rumos da economia doméstica. De acordo com Torres (2005) é a mulher o sujeito central na organização da

economia doméstica. É ela quem se encarrega de fazer o planejamento da renda familiar, gerenciando de forma atenta e minuciosa os poucos recursos auferidos mensalmente. De fato as mulheres são preparadas para o cuidado com o bem-estar da família na medida em que o homem não tem o domínio da casa.

Percebe-se, portanto, que as mulheres têm uma visão mais ampla das atividades que exerce no mundo familiar. A ela cabe pensar nas necessidades da casa, dos filhos e do marido que nem sempre comunga das mesmas preocupações e interesses.

Uma das mulheres ouvidas nessa pesquisa revela o seguinte:

*É o meu marido que cuida das compras. No início foi muito difícil para mim porque ele trazia tudo trocado. Até minha calcinha é ele que compra do jeito que ele acha que é melhor e nunca acerta no tamanho, nem na cor, nem em nada. Mas, já que tem que ser assim, o jeito é me conformar (Entrevista – Barro Alto/2010).*

Observe-se que ainda há mulheres tributárias da cultura do patriarcado que as mantém sob a submissão e poder do macho, conforme diz Saffioti (1987).

Essa fala é de suma importância para percebermos até que ponto as mulheres se submetem aos caprichos masculinos mesmo em relação às situações de foro íntimo que dizem respeito ao universo feminino independentemente da relação matrimonial.

Situações como os homens sabem negociar melhor os produtos, ter que cuidar da casa e das crianças, a distância muito grande do Barro Alto para Coari e a falta de com quem deixar os filhos menores, faz com que as mulheres repassem para os maridos esta responsabilidade que com o passar do tempo vai se tornando habitual sem que elas percebam que essa é uma forma silenciosa de discriminação de gênero. Fischer (2010) a esse respeito diz que ‘mesmo com reconhecida habilidade para comercializar a produção agrícola, as mulheres tem autonomia limitada quanto ao tipo de produto que podem negociar’.

Quando perguntamos se o esposo ajuda nos afazeres domésticos 69% das mulheres afirmaram que:

*O marido só ajudava quando estava de quarentena no resguardo e depois não ajudava mais. Eles só vêm na cozinha para comer e nem o prato que come não lava. Dizem que o serviço de casa é trabalho de mulher e que só ajuda quando está de bom humor. Reclamam dizendo que é muito sacrifício (várias informantes, entrevista/2010).*

Algumas das mulheres podem até dispensar a ajuda dos maridos porque dizem que eles não sabem fazer as coisas de casa, estragam tudo, quebram os copos, fazem as coisas pela metade. Se tratar um peixe não lava as vasilhas, se carregar água não faz comida e se for para reclamar elas preferem fazer tudo sozinhas, porque realizam as tarefas de acordo com a sua vontade e seu jeito de ser.

De fato as mulheres não têm o apoio necessário de seus cônjuges em relação ao trabalho doméstico. Elas se sobrecarregam de afazeres, seja em casa ou na roça. Cada família tem em média mais de cinco filhos, o que exige mais ainda a presença constante da mãe e os cuidados maternos.

Dessa forma percebemos que as assimetrias de gênero estão presentes em todos os ambientes sociais independentemente de etnia, de classe social ou de lugar. As relações entre mulheres e homens e os aspectos de poder que os envolve estão presentes em todas as sociedades. Quando nos deparamos com esta comunidade em especial, nos chamou atenção a vida silenciada das mulheres que se escondem na figura dos maridos, tendo elas a maior participação em tudo que fazem dentro da comunidade.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta pesquisa nos revelou dados importantes para entendermos as relações de trabalho e gênero que permeia os beiradões dos grandes rios na Amazônia. As mulheres do Barro Alto são expressões do feminino ocultado em meio aos revezes da vida sendo confundidas muitas vezes, apenas como mais uma coisa em meio a tantas, e não como pessoas autônomas e produtivas que geram renda e que com o seu trabalho movimentam a economia da casa e da comunidade. Elas estão presentes em todos os momentos da produção desde o plantio da mandioca, passando pelo beneficiamento da farinha até sua venda. Vivem uma dupla jornada de trabalho e muitas vezes nem são vistas por seus maridos como gostariam de ser conforme nos relataram em entrevista. A realidade das mulheres é de certa forma dura e invisível a olhos desatentos e marcados pelo machismo.

Daí entendermos que o papel da/o pesquisadora/o é de fato tornar transparente aquilo que outrora estava oculto, ou melhor, fazer ciência a partir dessas realidades.

Seja como for esses e outros desafios permanecem para nós pesquisadoras/es na Amazônia e em tantos outros lugares que compartilhamos da utopia de um mundo sem exploração e sem opressão, onde as mulheres, as crianças, os jovens e os homens possam partilhar suas vidas sem que necessariamente estejam marcados pelo sexismo.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M. P. de; MANESCHY, M. C. Pesca e lavoura: espaços de complementariedade. In: FERREIRA, M. (Org.). *Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero*. São Luís. EDUFMA, 2001.
- BOCCHINI, M. O. Valores conservadores em Ana Maria e Viva Mais. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. *Mulheres, corpo e saúde*. São Paulo: SOF, 2000.
- CARRASCO, C. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: FARIA, N. (Org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003.
- FISCHER, I. R. Relações de gênero na agricultura familiar no acampamento de sem terra do Engenho Prado. In: SCOTT, P. (Org.). *Agricultura familiar e gênero: práticas e políticas públicas*. 2. ed. Recife: UFPE, 2010.
- FREITAS, T. V. de. O cenário atual da divisão sexual do trabalho In: FREITAS, T. V. de.; SILVEIRA, M. L. *Trabalho, corpo e vida das mulheres: crítica à sociedade de mercado*. São Paulo: SOF, 2007.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- HEINEN, J. Políticas familiares na Europa do Leste: uma época a outra. In: FARIA, N. (Org.). *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF, 2010.
- PANZUTTI, N. da P. M. *Mulher rural: eminência oculta*. Campinas: Alínea, 2006.
- PERROT, M. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SANTOS F. S. et al. Prevalência de enteroparasitismo em crianças de comunidades ribeirinhas. *Revista Pan-Amazônica de Saúde, Ananindeua*, v. 1, n. 4, p. 23-28, out./dez. 2010.
- SCOTT, J. W. Gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 11-27, 1994.
- SILVA, C. B. de C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluralidade. In: SCOTT, P. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Mulheres, 2010.

TORRES, I. C. *As novas amazônidas*. Manaus: UFAM, 2005.

\_\_\_\_\_.; RODRIGUES, L. M. O trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica In: SCOTT, P. (Org.). *Gênero e geração em contextos rurais*. Santa Catarina: Mulheres, 2010

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 1988.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## PERSPECTIVAS SOBRE EL TRABAJO EN LA CRISIS DEL CAPITALISMO

*Diálogo entre José Manuel Naredo y Jorge Riechmann*

**José Manuel Naredo<sup>33</sup> y Jorge Riechmann<sup>34</sup>** reflexionan en este diálogo sobre el concepto de trabajo, sobre las características que ha adquirido y las perspectivas que se abren en el actual contexto de crisis de toda una fase del capitalismo.

*Abordarán la posible reformulación del concepto y las posibles alternativas a la actual situación de precarización del mercado laboral, de exclusión de amplios sectores de la población mundial y de fractura social que las políticas neoliberales han instaurado.*

**Olga Abasolo<sup>35</sup>:** El trabajo se considera actualmente como una actividad humana orientada a la producción de los bienes y servicios necesarios para la satisfacción de las necesidades. Pero, al mismo tiempo, en la forma específica en que tiene lugar bajo el capitalismo, el trabajo asalariado ha sido definido como el modo central de ejercicio de la dominación y expropiación burguesa y, como tal, ocupa un lugar central en la reflexión teórica y política crítica. ¿Creéis que la noción actual de trabajo es una categoría útil para pensar una sociedad verdaderamente alternativa a la actual?

**José Manuel Naredo:** No, no lo creo. Porque, al igual que otras categorías de la economía estándar, *la noción usual de trabajo* es un regalo envenenado de la ideología económica

---

<sup>33</sup> José Manuel Naredo, Doutor em Ciências Económicas, Diplomado da Escola Superior de Estatística y pertence ao corpo superior de Estadísticos Facultativos do Estado. Espanha.

<sup>34</sup> Jorge Riechmann, Doutor em Ciências Políticas professor de Filosofia Moral e Política na Universidade Autônoma de Barcelona.

<sup>35</sup> Olga Abasolo Pozas (Entrevistadora), Responsável da área de democracia, cidadania e diversidade. Chefa de redação de Papeles, Relaciones ecosociales y cambio global.

imperante, que *deforma* sin decirlo la imagen que tenemos de la realidad. Pues sesga la percepción de las actividades humanas a favor de aquellas que tienen una contrapartida pecuniaria y desatiende o *invisibiliza* otras que no la tienen, aunque sean de gran interés para las personas o para la sociedad, por ser fuente de placer o de creatividad, por ser básicas para la buena convivencia o para el mantenimiento y la reproducción social... o porque se ejercen libremente, ya sea por el simple gusto de hacerlas o por impulsos cívicos, solidarios, amistosos o afectivos que inducen, precisamente, a compartir tareas y cuidados útiles aunque no sean gratificantes. El problema estriba en que hoy se acepta la noción usual de trabajo, junto con aquellas de producción, de crecimiento y de sistema económico, como si de realidades objetivas y universales se trataran, cuando son creaciones de la mente humana orientadas a delimitar y a subrayar ciertos aspectos de la realidad y a soslayar otros, a valorar ciertos comportamientos y a despreciar otros. Pues tampoco solemos advertir que un determinado enfoque, no sólo contribuye a subrayar e incluso cuantificar ciertas cosas, sino también, por fuerza, a soslayar o ignorar otras. Es evidente que en este breve diálogo me será difícil subvertir modos de pensar tan asentados, pero al menos trataré de sembrar algunas dudas sobre la universalidad y pertinencia de algunas de las categorías sobre las que se apoyan, como es la de trabajo, para mirar más allá y reenviar a algunas de mis publicaciones en las que trato con mayor amplitud estos temas.

En el capítulo de *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*<sup>36</sup> destinado a la *mitología de la producción y del trabajo*, argumento que la noción actual de trabajo no es una categoría antropológica, ni menos aún un invariante de la naturaleza humana. Sino que, por el contrario, se trata de una categoría profundamente histórica. Pues la idea actual de trabajo, como categoría homogénea que engloba y mide en unidades de tiempo y de dinero un conjunto de actividades a las que se atribuye algún producto o retribución pecuniaria, se afianzó allá por el siglo XVIII, junto con el arsenal de conceptos que dieron vida a la noción usual de sistema económico. Estos conceptos antes no existían. Es decir que no se veían las sociedades humanas desde el prisma de la producción, el consumo, el trabajo, ni, menos aún, el crecimiento económico. Porque, como expuse largo y tendido en mi libro *La economía en evolución*<sup>2</sup> no existía una noción unificada de riqueza, ni de producción, ni de trabajo.

---

<sup>36</sup> J. M. Naredo, *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*, Siglo XXI, Madrid, 2006 [2ª ed. actualizada 2010].

J. M. Naredo, *La economía en evolución. Historia y perspectivas de las categorías básicas del pensamiento económico*, Siglo XXI, Madrid, 1987 [3ª ed. actualizada 2003; 4ª ed. en preparación].

*Es la idea usual de sistema económico la que marca fronteras definidas a estos conceptos, que si no se quedan desdibujados.* Las contabilidades nacionales, que ofrecen el registro contable de esta idea de sistema, lo tienen claro. El aire que respiramos ni se produce ni se consume ni, por supuesto, respirar es trabajo. Como tampoco lo es correr, conducir, mover o clasificar objetos, dar patadas a un balón, bricolar, cocinar, limpiar, cuidar personas, animales o plantas o cualesquiera otras actividades, a no ser que exista una contrapartida monetaria. Si esta contrapartida existe, es cuando pasan a convertirse en trabajos que, se supone, producen bienes y servicios.

Al igual que la noción de producción deja un “medio ambiente” físico inestudiado, también la noción de trabajo deja un medio ambiente social inestudiado. Mi propuesta es relativizar y abrir las nociones de producción y de trabajo como categorías homogéneas, para analizar las cosas heterogéneas que incluyen y, también, las que excluyen, adoptando para ello otros enfoques capaces de abarcarlas. Yo empezaría por proponer, como marco general, el análisis del *tiempo* que dedican las personas a las distintas actividades a lo largo de las veinticuatro horas del día, para clasificarlo después atendiendo a varios criterios. Uno de ellos puntuaría el carácter más o menos *gratificante o penoso* de las actividades realizadas, otro su carácter más o menos *libre o dependiente*, otro atendería a su finalidad o *utilidad social...* y otro a que estén más o menos *remuneradas* (siendo este último el que delimita el conjunto de actividades que responde a lo que normalmente se llama trabajo). El cruce de estas variables permitiría separar el grano de la paja, visibilizando tareas que, aun siendo imprescindibles para el mantenimiento de la vida y la sociedad, no se consideran trabajo, así como otras parasitarias o socialmente degradantes que sí se consideran trabajo.

O, también, se vería que el supuesto tiempo libre está plagado de servidumbres que las empresas, administraciones o familias han venido cargando sobre los hombros de las personas, dando lugar en parte a eso que Illich llamó “trabajo sombra” (*shadow work*). Esta sería la manera de *visibilizar* los aspectos y dimensiones que ocultan los enfoques económicos dominantes de la producción y del trabajo.

En resumidas cuentas, que para pensar una sociedad verdaderamente alternativa a la actual el pensamiento tiene que escapar del corsé de la ideología económica dominante, con sus ideas de producción, de trabajo y de crecimiento económico.

Precisamente creo que la gran tragedia del movimiento revolucionario no es ajena al hecho de que asumió, con un entusiasmo digno de mejor causa, las mismas categorías de producción, de trabajo y de crecimiento que la economía política, y trató de competir con el

capitalismo en su propio terreno ideológico. Este aparato conceptual fue así una herencia envenenada que abrazaron ingenuamente los críticos del sistema con la vana pretensión de impugnarlo desde ella.

El ejemplo de la antigua Unión Soviética y de los países de su esfera de influencia es poco reconfortante en este sentido: atizaron la épica del *estajanovismo*, del productivismo y del desarrollismo industrialista más desenfrenado, con el lamentable desenlace de todos conocido.

Ciertamente, la experiencia no ayudó a construir ninguna sociedad alternativa económica, ecológica y socialmente más saludable.

**Jorge Riechmann:** Yo lo veo de manera algo diferente. Primero, sí creo que el trabajo, que es una noción multidimensional, tiene bastante de *constante antropológica*. El hecho de que el contenido del trabajo, las formas del trabajo, las *relaciones sociales* en las que se desarrolla hayan cambiado mucho a lo largo de la historia humana no quiere decir que no tenga sentido fijarnos en los elementos comunes de esa noción. Yo sí creo que se trata de una *dimensión humana básica*, y creo además que tenemos buenas razones, desde una perspectiva ecológica y de transformación social, para querer formular algo así como una *ética ecológica del trabajo*, si no estamos de acuerdo —y tenemos buenas razones para no estarlo— con la ética burguesa, capitalista del trabajo; con la ética protestante del trabajo, tal y como la pensó Max Weber. Se trata de una noción multidimensional. Por ejemplo, si uno relee a uno de los clásicos de la ecología política, como es E. F. Schumacher, en uno de sus libros, *El buen trabajo*,<sup>37</sup> nada más empezar recuerda lo siguiente: el trabajo tiene tres dimensiones básicas. La primera, la productiva, la más evidente si se quiere, es la *producción de bienes y servicios útiles*. ¿Útiles para qué? Bien, está luego todo este debate sobre las necesidades, qué necesidades, según qué criterio discriminamos entre necesidades y meros deseos, qué es lo útil y qué no, la producción de lo superfluo y todo eso. Pero, de entrada, el trabajo produce bienes y servicios también entre los cazadores recolectores que trabajan —además de asistir a la sabrosa coyunda entre el cielo y la tierra y demás—. Hay una segunda dimensión que se podría llamar de *autorrealización* o de cumplimiento humano, que es el empleo satisfactorio de los talentos y habilidades naturales del ser humano, las capacidades del ser humano. También ese es un aspecto problemático, claro: las capacidades humanas también pueden desarrollarse en muchos sentidos, para lo bueno y para lo malo. Un caso extremo puede ser la anécdota que contaba Primo Levi, en

---

<sup>37</sup> E. F. Schumacher, *El buen trabajo*, Debate, Madrid, 1980.

uno de sus libros, sobre los campos de exterminio, donde evocaba el caso de un albañil italiano con el que compartió su cautiverio, que tenía que construir muros de ladrillo con fines inicuos, por ejemplo fortificando las fábricas de armamento de los nazis que funcionaban con trabajo esclavo. Este albañil comunista, sin embargo, tenía una ética del trabajo tan sólida que lo hacía totalmente inepto para el sabotaje; construía los mejores muros de ladrillo, aunque sabía que estaba haciendo una barbaridad. De manera abstracta, podría decirse que las capacidades humanas también existen para el mal, igual que se pueden desarrollar para el bien; pero no deja de ser una dimensión básica del trabajo y, a través de ahí, de lo humano.

Y hay una tercera dimensión que es la de vínculo social, la de *socialización*. Poner en común esas capacidades con otros, persiguiendo fines comunes y creando sociedad en ese empeño. Conviene no olvidarlo. Si simplemente equiparamos trabajo con trabajo asalariado en el capitalismo, que es una cosa mucho más restringida, y a partir de ahí nos fijamos en los aspectos de dominación, ejercicio de poder y producción de lo superfluo, que es por donde van las críticas, yo creo que no estamos haciendo bien las cosas. El movimiento obrero formuló una ética del trabajo que en algunos casos estaba demasiado pegada a la ética capitalista del trabajo, y en ese sentido tiraba piedras sobre su propio tejado: en ocasiones se trataba sin duda de una ética del trabajo demasiado productivista y demasiado puritana.

Pero eso no agota la ética del trabajo ni las posibles éticas del trabajo. De hecho, un libro que recurrentemente aparece en estos debates y que en general no está muy bien leído es *El derecho a la pereza* de Lafargue.<sup>38</sup> Él lo que hace precisamente no es despotricar contra el trabajo como tal, sino formular la ética obrera del trabajo que es alternativa a la burguesa.

Lo que está diciendo es precisamente: dejemos de despilfarrar, dejemos de perder fuerzas en la producción de lo superfluo, centrémonos en la producción de lo necesario.

La propuesta que aparece en Lafargue no es dejar de trabajar. Parece que la gente no se da cuenta de cuándo está de coña marinera: ¿de verdad no sabemos leer un panfleto satírico apreciando la sátira y la potente ironía? Por ejemplo, cuando dice: tranquilicemos a los burgueses, a quienes sigan firmes en su aversión al trabajo vamos a acogerlos con los brazos abiertos, solamente a los burgueses adictos al trabajo los reeducaremos. Pero más

---

<sup>38</sup> P. Lafargue, *El derecho a la pereza*, Sevilla, Doble J, 2007.

allá de la sátira, en la parte de sus propuestas positivas, lo que llama la atención es la reducción y redistribución del trabajo. Lo que aparece una y otra vez es la propuesta de trabajar sólo tres horas diarias porque con eso es suficiente, él argumenta, para producir los bienes y servicios necesarios para la vida. Igual que el movimiento obrero formuló su ética del trabajo –y yo creo que con buen criterio, aunque requiera esas correcciones que vamos sugiriendo–, creo que el movimiento ecologista debería formular también una ética ecológica del trabajo.

Hay una cuestión muy de fondo que se podría mostrar también al hilo de Lafargue: el asunto de la confianza en la máquina, su idea de que la máquina es la redentora que va a aliviar todo el trabajo penoso. Aparece claramente el elemento de mecanización basada en combustibles fósiles, que ha sido central en el desarrollo de toda la era industrial. El movimiento ecologista, estoy simplificando mucho, lleva decenios alertando de que eso es insostenible, no vamos a poder seguir manteniendo ese curso industrial “petrodependiente”. Una sociedad con un sobreconsumo energético basado en fuentes no renovables no puede seguir manteniéndose: pero, precisamente, eso es lo que ha permitido aliviar un montón de trabajo penoso en la era del sobreconsumo energético. Ahora, con la desvalorización general del trabajo a la que asistimos, los dardos mayores contra el concepto de trabajo se dirigen en realidad contra el trabajo manual, contra el trabajo penoso y en concreto la labor manual. En una sociedad ecológica, en la misma medida en que vamos a tener menos sobreabundancia energética, tendremos que recurrir más al trabajo humano. Entonces, resulta contraproducente para el movimiento ecologista un tipo de crítica destructiva del concepto de trabajo, en lugar de una reformulación de una ética del trabajo en el sentido ecológico. Si denigra el trabajo, el ecologismo tira piedras contra su propio tejado.

**JMN:** Aviado estaría el movimiento ecologista si tuviera que tragarse crudas las categorías de la ideología económica dominante, como producción, trabajo o desarrollo económico, dando por buena una universalidad de la que carecen. Y repito que *es la idea usual de sistema económico la que marca fronteras definidas a estos conceptos, que si no se quedan desdibujadas*. Yo no pretendo vetar la palabra trabajo, sino ponerla en su sitio para que sepamos de qué estamos hablando, y hoy por hoy ese sitio es el que le marca la noción usual de sistema económico, atribuyéndole retribuciones y contrapartidas productivas. Para que la palabra trabajo tenga significado más allá de sus fronteras habituales, a las que se atienen las estadísticas, las instituciones o la prensa, habría que definir otras fronteras y yo no pretendo ahora trazarlas. Es lo que hace Illich cuando nos habla de “trabajo sombra”, o el movimiento feminista cuando habla de trabajo doméstico en un sentido más amplio del que le otorga el enfoque económico habitual o lo que intuyo que sugieres y me parece muy bien.

Pero la filosofía de la ciencia nos enseña que no son las definiciones explícitas y enumerativas las que marcan de verdad las fronteras de un concepto, sino la noción de sistema que aporta la estructura conceptual y el dominio de aplicaciones del enfoque al que pertenecen.

En el caso que nos ocupa es la idea usual de sistema económico la que marca conjuntamente las fronteras “oficiales” de lo que es producción y lo que es trabajo. Al igual que el sistema de la mecánica clásica establece una definición bien clara y diferente de la noción de trabajo: en los manuales de mecánica se llama trabajo a una magnitud igual al producto de la fuerza por el desplazamiento... y potencia al trabajo por unidad de tiempo.

Pero esta es una acepción técnica más limitada. Lo mismo ocurre cuando en la ecología se habla de producción o de producto, atribuyéndoles un significado distinto del que les otorga el enfoque económico ordinario (se refiere a la generación de materia vegetal mediante la fotosíntesis), pero en ambos casos se precisa con claridad el significado para no inducir a confusión. El problema estriba en que el éxito de la ideología económica dominante hace que toda la población acepte indiscriminadamente las nociones de producción, de trabajo... y de crecimiento económico como fuente inequívoca de progreso, sin preocuparse de precisar su contenido, ni de poner en cuestión el lado oscuro ni las lagunas asociadas a estos conceptos. Para iluminar ese lado oscuro y detectar esas lagunas es para lo que propuse cruzar la acepción habitual de trabajo con otros enfoques que ofrezcan una imagen más amplia y diferente de las actividades humanas. De este cruce podrían surgir nuevas acepciones del término trabajo o *nuevos términos* que definan y documenten nuevas percepciones.

Yo no me opongo al uso de nuevas acepciones o adjetivos asociados al término trabajo, pero hay que proponerlas con claridad y tal vez la sociedad las acabe aceptando. Si no seguiremos en el mar de confusión y conformismo reinantes. Mientras tanto debe quedar claro que la noción de trabajo que la sociedad y las estadísticas asumen es la que marca la ideología económica dominante. Y esta noción es la que hay que relativizar y trascender, para que aunque siga existiendo la palabra, esté ya lo suficientemente controlada como para evitar que siga ejerciendo su actual función mistificadora.

De lo anterior se desprende que yo no creo que la noción usual de trabajo pueda calificarse de constante antropológica ni de invariante de la naturaleza humana. La propia antropología lo desmiente. En el capítulo del libro antes mencionado comento que la antropología aporta abundantes materiales que indican que en las llamadas “sociedades primitivas” la noción de

trabajo no tiene ni el soporte conceptual ni la incidencia social que hoy tiene en la nuestra. En consecuencia, se observa que su lenguaje carece de un término que pueda identificarse con la noción actual de trabajo, pues cuentan solo con palabras con significado más restringido, referidas a actividades concretas, o con otras mucho más generales.

Tampoco en griego antiguo, ni en latín existía la palabra similar a lo que hoy se entiende por trabajo... Como he indicado, hubo que esperar a que esta noción se consolidara y extendiera por todo el cuerpo social, junto con aquellas otras constitutivas de la idea usual de sistema económico allá por el siglo XVIII.

**JR:** Pero ¿no nos pasa algo parecido con todos los conceptos importantes? Hay que tener cuidado con el juego de las etimologías, y atender tanto a los cambios históricos que afectan a la semántica como a los núcleos de sentido que permanecen más o menos constantes. Las palabras griegas que correspondían, más o menos, a lo que ahora llamamos libertad no se solapan con el concepto moderno de libertad, y no por eso dejamos de entender a los griegos cuando hablaban de su libertad. Lo mismo si hablamos de felicidad: la *eudaimonía* griega no coincide con la felicidad de los modernos, y no por eso dejamos de entender de lo que hablaban ellos hace 25 siglos. Pasa con todos los términos importantes, por lo que eso no supone un argumento definitivo. La cuestión es ver si tiene sentido o no utilizar un concepto común para todas esas actividades diferentes, teniendo en cuenta las transformaciones históricas que han sufrido también. Yo creo que sí que lo tiene: si no acaba uno haciendo auténticos malabarismos conceptuales. Si trabajo es solamente trabajo asalariado bajo relaciones de producción capitalistas, ¿cómo vamos a llamar al trabajo doméstico en las sociedades capitalistas o no capitalistas? ¿Cómo vamos a llamar a la labor de los campos en sociedades precapitalistas y poscapitalistas...? Me parece que es una cuestión básica y que además tiramos piedras contra nuestro propio tejado lanzando el concepto al cubo de la basura. No necesitamos proponer ahora un nuevo concepto de trabajo partiendo desde cero: lo lleva haciendo —con mayor o menor fortuna— el pensamiento de izquierdas, y también el feminismo, desde hace un par de siglos. Si empleamos la expresión “trabajo doméstico”, la mayoría de los lectores entenderán que nos referimos a una actividad socialmente necesaria y habitualmente no retribuida: no necesitamos explicitarlo a renglón seguido, por lo general. Si hablamos de “trabajo de labranza”, nuestro interlocutor o interlocutora no dará por sentado que nos referimos a jornaleros que han vendido su fuerza de trabajo en un mercado capitalista. Me parece claro, por poner otro ejemplo, que el análisis general del proceso de trabajo que propone Marx no permanece encerrado en el marco del pensamiento económico dominante.

**JMN:** No se trata de tirar a la basura un concepto que, querámoslo o no, goza de muy buena salud, sino de desmitificarlo aclarando que es la ideología económica dominante la que marca sus límites, como primer paso para poder relativizarlo y trascenderlo. Si consideras trabajo a todas las “tareas domésticas” y no solo a las expresamente remuneradas, habrá que decirlo y fijar los límites de lo que se entiende por tareas domésticas. Tendrás que utilizar, para ello, como proponía antes, otros enfoques y nomenclaturas que fijen los límites del nuevo concepto y bautizarlo ya sea adjetivando la palabra trabajo o recurriendo a otras. El problema estriba en que el lenguaje ordinario es tributario de la ideología económica dominante y que, sin darnos cuenta, tratamos de ver el mundo, en todo tiempo y lugar, aplicando o estirando sus propios conceptos: esto es lo que nos impide ver sociedades alternativas diferentes en el futuro, porque tampoco las vemos en el pasado. Por ejemplo, tendemos a ver todas las labores del campo desde la noción actual de trabajo, ignorando que las prácticas agrarias debutaron en la historia de la humanidad impregnadas de un claro sentido ritual que poco tiene que ver con la actual idea desacralizada de trabajo. Lo mismo que pensamos que las personas del paleolítico “trabajaban” cazando o recolectando o, como apuntó Keynes con cierto sentido del humor, que la construcción de las pirámides en el antiguo Egipto fue un buen invento para combatir el desempleo. Tendremos que hacer examen de conciencia y percatarnos de por qué pensamos que las personas del paleolítico trabajan cazando y, sin embargo, no pensamos que trabajen los acaudalados ciudadanos que cazan en un safari africano: hemos de reconocer que es la ideología económica imperante la que nos traza sin decirlo la frontera entre ocio y trabajo. No se trata pues de negar la noción de trabajo, sino de relativizarla y usarla con propiedad, sabiendo dónde ponemos o queremos poner la frontera del concepto y conociendo lo que abarca y lo que queda fuera.

**OA:** Podrían destacarse, de un modo muy sintético, dos extremos en las interpretaciones más frecuentes del concepto de trabajo sobre las que se ha reflexionado desde la izquierda. Una, lo entendería como condena (su origen etimológico es *tripalium*: instrumento de tortura para amarrar al ganado y a los esclavos) y otra, como un potencial medio de autorrealización y de responsabilidad ética hacia la sociedad. ¿Qué relación consideraréis que existe entre trabajo y emancipación; entre trabajo y libertad humana?

**JR:** Propongo detenernos un poco en el aspecto de los trabajos más difíciles y duros, en el trabajo súper penoso y degradante, porque ahí hay una piedra de toque. En este debate a menudo asistimos también a la asimilación del trabajo con otras categorías de actividad humana por parte, digamos, de los defensores del trabajo. A menudo encontramos la equiparación del trabajo o con el juego o con el arte... y por parte de los detractores con la

tortura y la terminología recurrente de *tripalium*... resulta que el trabajo no es ninguna de esas dos cosas, o que es una cuestión que no va en ninguna de esas dos direcciones, o quizá tiene algo de las dos... lo que está detrás de todo ello son quizá desacuerdos en torno a las ideas de la condición humana. La burguesía, y con ella también, como muestra Lafargue en su libro, buena parte del proletariado consciente, soñó con la erradicación completa del trabajo penoso y degradante a través de la máquina. Ahí esta negro sobre blanco en *El derecho a la pereza*. Yo creo que el ecologismo no puede compartir ese sueño, como no lo han compartido otras culturas. Es un sueño completamente burgués, en ese sentido. Otras culturas han tenido una conciencia más clara de la condición trágica del ser humano: «te ganarás el pan con el sudor de tu frente». Con respecto a ese aspecto, sobre todo del trabajo penoso, más duro, puede uno abrigar la ilusión de deshacerse completamente de él, pero yo creo que es ilusorio, no responde a lo que realmente somos y llegaremos a ser los seres humanos. Y, en cambio, con todas las medidas algunas de las cuales se han intentado tomar ya, y otras que podríamos tomar, se podría acercar más el trabajo al arte y al juego.

Ahí está un campo, digamos, bajo la etiqueta de humanización del trabajo, de las relaciones laborales, que está siendo un campo de acción del movimiento obrero desde sus inicios. Y es mucho lo que podría hacerse, sin embargo, no podemos pensar en eliminar esa parte dura y penosa del trabajo. Además, muchos de los más cotidianos, como cuidar ancianos incontinentes y limpiar las letrinas, van a seguir siendo necesarios, y lo único que puede hacer uno con eso no es engañarse y pensar que va a poder conseguir robotizar por completo ese aspecto y quitárselo de las manos; creo que es contraproducente y nos lleva al tipo de contrasentidos que abundan tanto en esta sociedad... es preferible avanzar hacia una sociedad más igualitaria en la que ese trabajo se reparta.

**JMN:** Sí, yo estoy de acuerdo con todo eso, pero volviendo a la pregunta, creo que su respuesta se clarifica mucho a la luz de mi propuesta inicial de abrir y relativizar la noción de trabajo. Pues el conflicto entre los defensores y los detractores del trabajo es un diálogo de sordos que se deriva de la noción misma de trabajo: unos ven en ella y ensalzan los aspectos positivos, gratificantes o socialmente útiles que encierra y otros los más negativos, penosos y degradantes que también encierra. Para superar ese diálogo de sordos hay que romper ese cajón de sastre del trabajo para ver y valorar lo bueno y lo malo que hay dentro, en vez de tratarlo como un todo... tanto para idolatrarlo, como para denigrarlo en bloque. Y de esas cosas que hay dentro interesará promover las positivas y recortar las negativas.

Efectivamente, como dice Jorge, es un espejismo creer que la máquina podrá eliminar todas las tareas penosas, pues podrá recortarlas, pero no eliminarlas. La cuestión importante que define el tipo de sociedad en la que nos encontramos es la valoración social y la retribución que tienen esas tareas. El desprecio por esas tareas es un rasgo distintivo de todas las sociedades jerárquicas en las que una elite se sitúa en la cúspide de la pirámide social. A medida que esa sociedad piramidal se consolidó con la unificación del poder y la aparición del Estado en la historia de la humanidad, lo hizo también una mentalidad aristocrática que ha venido despreciando las tareas más duras o rutinarias ligadas al abastecimiento y la intendencia diaria que fueron quedando en manos de mujeres o esclavos. Ese mismo desprecio es el que seguimos viendo en la sociedad actual, pese a las declaraciones formales a favor de la igualdad de derechos. La escasa valoración social de esas tareas, va unida su escasa retribución monetaria. Pues el abanico de retribuciones que se observan en las actuales sociedades capitalistas tiende a distribuirse de forma inversamente proporcional a la penosidad de las tareas realizadas. Esto es un derivado de la que he denominado Regla del Notario<sup>39</sup>, que afirma que en la sociedad actual la valoración de los procesos y las tareas tiende a evolucionar en proporción inversa a el coste físico y a la penosidad de los mismos, haciendo que los que son físicamente menos costosos y humanamente menos penosos, se lleven la parte del león de la “creación de valor” y la retribución. Por ejemplo, las tareas de mantenimiento y cuidados ejercidas en el entorno del hogar, tienen poca valoración social y muy escasa o nula retribución económica, lo que hace que la mayor parte de ellas ni siquiera salga en la foto de la noción usual de trabajo. A la vez que las “altas” tareas de gestión, comercialización, imagen y dirección empresarial o política gozan a la vez del prestigio social y de las retribuciones más elevadas. En fin, que a la vez que se habla de la “globalización” económico-financiera, el aumento del paro y del trabajo precario, originan una creciente polarización social que se sitúa en las antípodas de esa sociedad de individuos libre e iguales de la que nos habla la utopía liberal. Los criterios de valoración antes esbozados hacen que el capitalismo perpetúe la situación observada en las sociedades jerárquicas anteriores en las que las tareas más duras y degradantes eran a la vez las menos consideradas y retribuidas, llegando incluso a denigrar la pobreza hasta el punto de convertir en un insulto el mismo atributo de “pobre hombre”.

**JR:** Pero eso exige reivindicar el trabajo más que denigrarlo, fíjate que precisamente ese asunto de la Regla del Notario es muy ilustrativo. En sociedades como esta, con toda esa pujante dinámica notarial a todos los niveles, resulta muy llamativo el fenómeno de la huida

---

<sup>39</sup> Expuesta también en el libro antes mencionado sobre las *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*. de relaciones ecosociales y cambio global N° 108 2009, pp. 147-161

del trabajo manual. Si uno considera las imágenes de joven trabajador que muestran la televisión y la prensa, tenemos a la joven actriz, el joven diseñador, la joven estilista, el joven corredor de bolsa... eso es lo típico. Alucinante, pero se trata de una deriva social muy generalizada: huyamos lo más posible del trabajo manual (de donde se sigue la necesidad de incorporar al mercado laboral a montones de inmigrantes en condiciones lamentables, desprotegidos y privados de derechos, para realizar porciones cada vez mayores de ese trabajo desvalorizado). La salida no es por tanto la crítica destructiva del concepto de trabajo, es la defensa de una ética ecológica y social del trabajo.

**OA:** Efectivamente, y como estáis apuntando, para que una sociedad funcione alguien tiene que ocuparse de las tareas consideradas más penosas y menos creativas y liberadoras. ¿Qué soluciones basadas en la igualdad y la justicia social podrían darse en la práctica?

**JMN:** En primer lugar habría que valorar y distribuir mejor esas tareas rutinarias o penosas que son socialmente necesarias. Pero también habría que aderezarlas con relaciones sociales o aspectos atractivos, como hay ejemplos en la vieja cultura campesina. En las sociedades tradicionales que contaban con un campesinado libre más o menos igualitario, se solían hacer tareas duras o repetitivas en común, pero conllevaban encuentros, canciones o fiestas asociadas. El gran problema es que el capitalismo ha tendido a despojar esas tareas duras o rutinarias de cualquier distracción o complemento gratificante, en aras de aumentar la productividad o reducir el coste laboral unitario, haciéndolas mucho más pura y exclusivamente penosas.

El movimiento sindical ha tratado de reducir y dulcificar la jornada de trabajo intercalando actividades personal y socialmente gratificantes, además de exigir mayores retribuciones para las tareas más penosas. Por ejemplo, en la minería uno de los trabajos más duros, tradicionalmente a cargo de esclavos o penados la presión sindical se ha conseguido en determinados países notables mejoras en las condiciones de trabajo, los derechos y las retribuciones de los mineros, enderezando de alguna manera en este caso la Regla del Notario.

**JR:** Pero José Manuel, no ves que precisamente para eso una parte de lo que nos toca hacer es la reivindicación del trabajo, porque el núcleo de la idea de trabajo es el trabajo manual... Insisto: si hace falta invertir la Regla del Notario tiene que ser precisamente a través de una ética del trabajo.

**JMN:** La ideología económica dominante ya se ha encargado de inventar, reivindicar y mitificar sobradamente las nociones homogéneas de trabajo y producción como para que tengamos que seguirlas reivindicando o demandando en bloque, incluido lo que juiciosamente se llama ahora “trabajo basura”, generalmente duro y mal retribuido. Pero entiendo que lo que propones no es reivindicar el trabajo, ni la producción, en general, sino revalorizar las tareas más duras y peor remuneradas para invertir la Regla del Notario. Estoy de acuerdo con esta reivindicación o esta ética que apunta a enderezar la Regla del Notario, siempre que no desemboque en el estajanovismo. Creo que la finalidad de esa ética tampoco debe de ensalzar el trabajo duro y penoso en sí mismo, sino tomarlo como una simple carga que la sociedad tiene que soportar, para hacer una llamada a la solidaridad en el reparto de esa carga y en el reconocimiento y retribución de los que la soportan. Esto tanto en la sociedad en general, como en los colectivos concretos de empresas, administraciones, cooperativas... o grupos de amigos y familias, pues siempre me han caído mal los que tratan de escaquearse a la hora de realizar tareas necesarias para el grupo, llamémoslas o no trabajo.

**OA:** El feminismo ha enriquecido históricamente el debate y algunas voces proponen desde él un cambio de paradigma. El concepto de “trabajo de cuidados”, básico en el proceso de reproducción social, pone en el centro la sostenibilidad de la vida; pone el acento en la dimensión de *calidad del trabajo*, e incluye las dimensiones emocionales y éticas, contraponiéndolas a los valores productivistas. Plantea un cambio en el diseño tanto de las políticas públicas como en la empresa privada; un cambio en el reparto del tiempo.

**JR:** Con respecto a los tiempos de trabajo, se trata de un aspecto central que han introducido, con toda la razón y mucha fuerza, en el debate las mujeres desde hace más de 30 años. La cuestión de los tiempos de trabajo formal, y por debajo del mismo todo el trabajo doméstico y de cuidado y de reproducción... En cierto sentido es más trabajo que el mercantilizado y más básico y necesario. De nuevo, creo que ahí la vía de avance es una igualdad mayor, también en el desempeño de esos trabajos y en el gobierno de esos tiempos, con el añadido además de que parte de esos trabajos más difíciles y desagradables de los que hablábamos se dan en esa esfera y van a seguir estando... Se trata de que cada vez más sea una responsabilidad socialmente asumida.

**JMN:** Creo que toda esta esfera de tareas domésticas y cuidados saldría de la sombra a la que la somete la noción usual del trabajo si se aplicaran los enfoques más amplios que propuse al principio. Si se analiza el destino que hacen las personas de su tiempo, se apreciará el tiempo que destinan a esas tareas domésticas o de cuidados, esté o no

remunerado, visibilizando esa realidad antes soslayada. Si se cruzan después estas tareas con el grado de penosidad o disfrute de las mismas o con la voluntad libre o la coerción que las impulsa, saldrá también a la luz la complejidad de este campo cuyo juicio pormenorizado escapa a esta breve conversación. Campo en el que se entrecruzan tareas realizadas con gusto o apoyadas por afectos y solidaridades diversas, con otras forzadas por rutinas discriminatorias o por violencias ejercidas normalmente contra las mujeres. Una misma actividad, como es el cuidado de los niños, puede ser motivo de satisfacción de padres y abuelos, hasta desembocar en casos de verdadera esclavitud: se habla de madres y abuelas esclavas. Este campo resulta, por lo tanto, difícilmente reductible a tiempo de trabajo homogéneo desprovisto de sentimientos, valores y connotaciones éticas. A mi juicio habría que extender por todo el cuerpo social esa *ética del cuidado*, como rezaba el título de un libro clásico sobre el tema, que hasta ahora ha venido recayendo fundamentalmente sobre las mujeres.

**OA:** Tendría, por tanto, sentido reivindicar que fuera social y políticamente sostenible algún tipo de organización colectiva del reparto del tiempo del trabajo y de sus productos conjuntos. ¿Sería conveniente garantizar un derecho a ingresos desligado de la obligación de contribuir al trabajo socialmente necesario?

**JMN:** Una cosa es favorecer el reparto de tareas y reequilibrio de retribuciones, ya comentado, y otra el derecho a ingresos desligados de deberes. Esto último plantea otro tema, es que no puede haber una sociedad compuesta por una ciudadanía libre e igualitaria sin que haya redes sociales que aseguren un mínimo de subsistencia. Desde hace siglos se sabe que no puede haber libertad e igualdad para todos, si no van acompañadas de fraternidad o solidaridad. Condorcet ya tenía bien claro que para que la libertad e igualdad no sean una simple quimera, hace falta una red social que asegure a los que no tienen fortuna. un mínimos para que no se vean forzados a venderse o someterse a otros para subsistir aceptando condiciones precarias. En resumidas cuentas, que lo que habría que evitar es que nadie sea tan pobre como para tener que venderse a cualquier precio... y que nadie sea tan rico como para que pueda comprar a otros a cualquier precio. Es evidente que junto a los derechos tiene que haber deberes, pero creo que concretar y matizar todo esto escapa a este breve intercambio.

**JR:** Las luchas por la igualdad, desde esa percepción de que siempre habrá una parte de trabajo necesario pero penoso que hace falta distribuir de la manera más equitativa posible, requieren fortalecer las posiciones de los que ahora están en peor situación en nuestras sociedades. Pensemos en esas categorías de trabajos reservados a las mujeres y a los

inmigrantes: en una sociedad decente eso tiene que cambiar, y los tipos de trabajo más desagradable –pero necesario– deben retribuirse de la forma más equitativa posible. ¿Por qué no organizarlos mediante un servicio laboral obligatorio? Quizá no fuera una mala forma de abordar una parte de ese trabajo más duro... haciendo visible específicamente en este caso el carácter socialmente necesario de algunos trabajos. Si nos cuesta tanto encontrar recolectores de fruta, o limpiadores, ¿por qué no poner a todos los jóvenes de ambos sexos durante un tiempo a la tarea? Por otro lado, ya sabéis que desde hace tiempo soy más bien contrario a la idea del subsidio universal incondicional (o renta básica). No me parece una buena idea. Es decir, la parte racional es la que señala la imposibilidad de que en sociedades complejas como esta, con una división del trabajo sumamente enmarañada, la ideología según la cual las retribuciones que conceden los mercados corresponden a lo que cada uno aporta al producto social no tiene asidero. Eso justifica una retribución en parte desligada del aporte al producto social general que cada uno hace: es el núcleo racional de la idea del subsidio universal incondicional. Pero creo que no debe, en parte por las razones de fondo que antes estaba comentando, no debe romperse el vínculo entre lo que uno da y lo que uno recibe en esa elaboración del producto social y en esa creación de un mundo humano común. Una posibilidad sería precisamente, si decidimos introducir un subsidio universal incondicional, vincularlo a un servicio laboral obligatorio. A usted le toca trabajar en las tareas más difíciles, aprovechando que es joven y tiene fuerzas sobradas, no sé, entre los 18-20 años, o la edad que nos parezca, el tiempo que se calcule no para producir más de lo necesario, sino lo que de verdad hace falta; y a cambio tiene usted su subsidio universal incondicional durante el resto del tiempo.

**JMN:** Por supuesto que hay que ligar derechos con deberes, pero, como ha apuntado Jorge, una de las cosas que ha desmontado la sociedad actual es esa idea del enfoque económico ordinario que presupone que el mercado es justo porque hace que a cada trabajo le corresponda un producto fruto de su esfuerzo. Cuando la cotización y el negocio de las grandes empresas transnacionales se apoya hoy sobre todo, más en la producción de dinero financiero que en la producción de mercancías, más en la comercialización que en la producción... y más en la compraventa de acciones, empresas, inmuebles, terrenos y demás bienes patrimoniales, que en la de bienes y servicios, no cabe identificar la contribución de este o aquel empleado a esa compleja y enmarañada “creación de valor”. El predominio de este juego especulativo, unido la dimensión trasnacional de las grandes empresas, hace naufragar el viejo enfoque productivista del trabajo, al romper la asociación directa entre trabajo y producto y entre derechos y deberes de los trabajadores y los empresarios. La revolución francesa se hizo contra los derechos sin deberes de la nobleza, es decir, contra sus privilegios.

Hoy en día lo que hace el sistema financiero internacional es distribuir derechos sin deberes, abriendo la puerta a nuevos privilegios.

**OA:** En el actual contexto de crisis del capitalismo se evidencia una transformación de las relaciones entre trabajo y ciudadanía: la extensión de la precarización y flexibilización del mercado laboral, la pérdida de derechos de las trabajadoras y los trabajadores, la progresiva erosión de la ciudadanía laboral; para algunos conlleva que la noción de explotación pierda progresivamente fuerza explicativa a favor de la de exclusión. Además, el momento histórico que vivimos ha sido caracterizado también como de quiebra específica de la conciencia social y colectiva. ¿Qué papel creéis que puede llegar a jugar la organización colectiva en torno al trabajo o al rechazo del mismo?

**JMN:** El problema es que el movimiento sindical se articula justo en torno a una noción restringida de trabajo, la noción al uso. Esta exclusión que comentas se relaciona con toda la preocupación más allá del trabajo, que se une luego a lo que Iván Illich denomina trabajo sombra. Son actividades penosas, que hay que hacer, y que se echan cada vez más encima de las personas, que en su tiempo libre tienen que resolver cantidad de cosas. Antes había autobuses que llevaban a los trabajadores a sus empresas y ahora que cada cual se compre su coche, o que llegue al sitio como pueda, con lo cual ese tiempo, ese trabajo sombra, no está retribuido... Hay cantidad de aspectos que copan lo que se llama ocio, y por otra parte está todo el tema del paro *in crescendo*. Si los sindicatos se ocupan solo de lo que es trabajo y de reivindicar más o menos los salarios de los que están trabajando... o de pedir las peras del pleno empleo al olmo de un sistema que por sus propias características genera paro; para que la gente pida de rodillas un trabajo aunque sea precario... yo creo que habría que replanteárselo desde una perspectiva mas amplia de toda la sociedad. Esas reivindicaciones, como detallo en el capítulo dedicado al trabajo en el libro *Raíces económicas del deterioro ecológico y social*, deberían ir encaminadas no ya solo a enderezar la Regla del Notario, sino abrirse a preocupaciones sociales que van más allá de reivindicar sin más los intereses de los asalariados afiliados...

**JR:** Yo creo que ahí la línea histórica de avance es la reducción del tiempo de trabajo y la redistribución del trabajo, durante toda una fase primera del movimiento obrero. Esa fue. una fase absolutamente central, y se consiguió pasar de las jornadas laborales de 16 ó 18 horas diarias a la de 8 o un poquito menos. Y a partir de ahí quedó más o menos congelado, perdió parte del protagonismo que había tenido en las luchas obreras, y yo creo que, sin embargo, un análisis del asunto muestra que es la única forma de apuntar de verdad a una sociedad más igualitaria y con una capacidad de regulación colectiva de sus intercambios

con la naturaleza, que es lo que necesitamos desde una conciencia ecológica. Por lo tanto, la cuestión de la reducción y redistribución del tiempo de trabajo es básica. En este sentido, la consigna de Lafargue sigue siendo de actualidad: trabajar tres horas al día y producir en ese tiempo lo necesario, no lo superfluo, sin rentistas ni notarios, digamos.

**JMN:** Sí es fundamental reducir la jornada. Pero, yo diría también, promover cierto trabajo libre o cooperativo en actividades que el Estado y, en general, toda la sociedad deja de lado. Habría que privilegiar esa salida para que la gente pueda valerse por sí misma, que es lo que había venido haciendo la mayoría de la especie humana hasta que el capitalismo le cortó las alas, obligándola a mendigar empleo dependiente a un empresariado que ha dejado de ser el explotador “insaciable y cruel” de la canción, para convertirse en benéfico creador de puestos de trabajo.

**JR:** Sí, bueno, pero no se trata solamente de las salidas digamos de autoayuda, autoorganización en tiempos malos, sino del asunto mucho más amplio de la democracia económica: formas de autogestión de la economía que han de aparecer en cualquier modelo de sociedad deseable. En una sociedad ecosocialista la forma de organización de las unidades económicas tendría que ser cooperativa, claro.

**Fonte:** *Papeles de relaciones ecosociales y cambio global* nº 108 2009, pp 147-161.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

---

## SE NÃO TRABALHO ME MATAM

*Me matan si no trabajo*

*Nicolás Guillén<sup>40</sup>*

Me matan si no trabajo,  
y si trabajo me matan.  
Siempre me matan, me matan, ay,  
siempre me matan.

Ayer vi a un hombre mirando,  
mirando el sol que salía.  
El hombre estaba muy serio  
porque el hombre no veía.  
Ay, los ciegos viven sin ver  
cuando sale el sol.

Ayer vi a un niño jugando  
a que mataba a otro niño.  
Hay niños que se parecen  
a los hombres trabajando.  
Ay, quién le dirá cuando crezcan  
que los hombres no son niños,  
que no lo son.

---

<sup>40</sup> Poeta cubano (Camagüey, 1902 - Havana, 1989. Principal representante da poesia negra cubana) existe uma bela versão cantada pelo cantautor uruguaio Daniel Biglietti.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

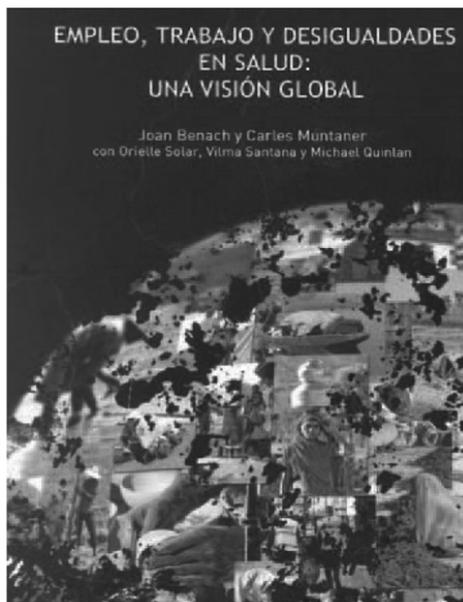
## EMPLEO, TRABAJO Y DESIGUALDADES EN SALUD:

*Una visión global*

*Resenha de Salvador López Arnal*

### Deslumbrante e imprescindibile

---



**Salvador López Arnal:** Profesor-tutor de Matemáticas na UNED e ensina informática de ciclos formativos no IES Puig Castellar de Santa Coloma de Gramenet (Barcelona).

Autores: Joan Benach y Carles Muntaner (con Orielle Solar, Vilma Santna y Michael Quinlan y la Employment Conditions Network), *Empleo, trabajo y desigualdades en salud: una visión global*. Icaria, Barcelona, 2010. (Prólogo de John Berger, dibujos de Yves Berger, prólogo de Vandana Shiva)

**ISBN: 978-84-9888-4. 518 paginas,**  
**[www.icariaeditorial.com](http://www.icariaeditorial.com)**

“Para transformar la realidad, el primer paso suele ser aprender a verla con una mirada nueva (y ser capaces de mostrarla a los demás bajo esta luz)”. La cita de Jorge Riechmann que acompaña el capítulo 3º de este inagotable ensayo arroja luz sobre su nudo básico: aprender a mirar con mirada nueva, mostrándola de esa misma manera, una realidad esencial en la vida de millones y millones de seres humanos.

Este libro, que se dirige tanto a especialistas (de salud pública, de desigualdades en salud y salud laboral) como a investigadores (de las ciencias sociales y políticas) y a activistas y miembros de sindicatos y de movimientos sociales y, más en general, a ciudadanos interesados sin un conocimiento previo especializado de los temas tratados, es el resultado del trabajo realizado durante más de cuatro años por la Red de Condiciones de Empleo (ENCOMET) como parte de la Comisión de la OMS sobre Determinantes Sociales de la Salud (CDSS).

*Empleo, trabajo y desigualdades en salud: una visión global* [ETDS] ofrece una visión integral y detallada de cómo las condiciones de empleo (y desempleo) afectan a los desigualdades de salud en los trabajadores en todo el mundo. Un prefacio de John Berger (con dibujos, espléndidos, de Yves Berger), un prólogo de Vandana Shiva, una introducción, ocho densos y sustantivos capítulos, un epílogo, un capítulo de conclusiones, además de apéndices, referencias, índices, acrónimos y palabras claves, son las partes de este libro que, desde el momento el lector pone su atención sobre él, sabe, siente incluso, esté mucho o poco informado de los temas que en él se desarrollan, que está ante una investigación de altura, ante un trabajo que, sin atisbo para la duda, se va a convertir en un libro de referencia y, no sólo, como se apuntó anteriormente, para especialistas en temas de desigualdades sociales y en ciencias sociales y políticas, sino para movimientos sociales, para sindicatos obreros, para la ciudadanía crítica, para multitud de colectivo que poco a poco van viendo la importancia de un tema que no ha sido siempre atendido con suficiente tacto y generosidad. Tan imprescindible como deslumbrante hasta el punto que es casi imposible trazar una aproximación que no sea injusta por pobre, unilateral y limitada.

Porque, además, este no es sólo un libro de ciencias sociales con neta mirada praxeológica (véanse por ejemplo, las recomendaciones del capítulo de conclusiones), no es sólo un ensayo que recogiendo lo mejor de la tradición joven marxiana desea comprender el mundo, este mundo grande y terrible en que se nos quiere condenar a vivir, intentando ayudar a transformarlo, sino que es, además, un sustantivo y argumentado ensayo de filosofía social, esencial no sólo por la indudable belleza de su misma composición sino por el esfuerzo, el cuidado, la elegancia, la verdad y la toma de posición implícitas en cada una de sus páginas, en cada una de sus inabarcables caras. John Berger lo señala así en su breve pero sustantivo texto: “Dado que el desarrollo social es dialéctico y que suele haber una contradicción entre las relaciones sociales existentes y el devenir posible, a veces uno percibe que la respuesta existente es inadecuada. Este libro nos insta a buscar otra respuesta a la pregunta: ¿cuál es el valor de la vida humana? Creo que ello sólo es posible imaginando y vindicando activamente un futuro muy diferente del que se está preparando”.

No creo que los autores y autoras disientan ni tan sólo una coma de este justo comentario del guionista de *Jonás que cumplirá 25 años en el año 2000*.

Algunas de las tesis defendidas en ETDS son tan centrales como las siguientes. Como apunta Vandana Shiva en su prólogo, contrariamente a la visión hoy aún dominante, los autores de *Empleo, trabajo y desigualdades en salud: una visión global* creen y argumentan que la génesis de las desigualdades en salud relacionadas con el empleo y el trabajo no es un proceso tecnocrático y mucho menos un proceso neutro y libre de juicios de valor. Para ellos, con trabajadas y fundamentadas razones, es una práctica profundamente influida por las ideologías políticas y la lucha de intereses entre propietarios de medios de producción y financiación, directivos de esos medios, gobiernos dóciles o insumisos y clases trabajadoras. Si la raíz de estos problemas son sociales, sus soluciones también deben serlo. Las soluciones, las aportaciones tecnológicas, sin dejar de ser importantes y necesarias, son sin embargo limitadas: es el nivel real de poder y el grado de participación que tienen los trabajadores y trabajadoras lo que constituye el nudo central que puede permitir no sólo un proceso de toma de decisiones que sea más igualitario, dentro y fuera de las empresas, sino que también sea un factor fundamental para proteger la salud de los trabajadores, especialmente, la de sus sectores más desfavorecidos, menos protegidos y con trabajos más duros y arriesgados. Con palabras de Shiva: “Necesitamos un mayor equilibrio de poder en las relaciones de empleo. Necesitamos un empleo que sea más justo y sostenible. Necesitamos relaciones de empleo justas en el seno de una democracia ecológica. Necesitamos reducir las brutales desigualdades de salud que existen hoy en día”.

Algunos capítulos están centrados en cuestiones metodológicas. Fundamentalmente, el tercero y el cuarto. Un ejemplo de su interesante heterodoxia gnoseológica: la investigación sobre la salud laboral tiende fundamentalmente a centrarse en la influencia de las condiciones de empleo y trabajo en la salud; su estudio, en cambio, “va más allá y profundiza en las sorprendentemente poco estudiadas relaciones entre las condiciones de empleo y trabajo con las desigualdades en salud (DS)” (p. 24). Su análisis de las investigaciones actuales sobre este ámbito permite desvelar tres importantes limitaciones: 1. Son muy escasos los estudios que incluyen datos de los países pobres y de rentas medias. 2. Los estudios sobre la interacción entre las condiciones de empleo y trabajo y la salud no se centran en el impacto de la DS ni en sus causas subyacentes. 3. Pese a la importancia de examinar las mejores prácticas y ejemplos de políticas que se han mostrado efectivas a la hora de reducir las DS, el conocimiento en esta área sigue siendo muy limitado. ETDS intenta superar, y lo consigue netamente, estas tres limitaciones teóricas.

La finalidad praxeológica de ETDS queda muy reflejada en el apartado 11.2.: “Recomendaciones”. Algunas de las más esenciales: la reducción de las desigualdades sociales en salud debería formar parte, en general, de las políticas sociales y económicas integradas locales y globales; el sector social debería asumir un papel importante en la consecución de la equidad en salud para los trabajadores y sus familias; las agencias reguladoras internacionales deberían instar a los gobiernos a priorizar el empleo estable a tiempo completo y la adopción de políticas de empleo justo; hay que promover políticas en favor del empleo estable a tiempo completo par reducir las DS asociadas al desempleo, al empleo precario y al trabajo informal,... No es posible seguir pero sí es necesario destacar la inconsistencia de muchas de sus razonables recomendaciones con un marco productivo, cultural y civilizatorio que tenga como finalidad básica la maximización del beneficio y la mercantilización desalmada de la fuerza del trabajo y de las sociedades humanas.

“Hay que tener los ojos muy abiertos para ver las cosas como son; más abiertos aún para verlas otras de lo que son; más abiertos todavía para verlas mejores de lo que son”. Con esta hermosa cita machadiana abren los autores su libro. Sus ojos han estado abiertos, muy abiertos, para ver el mundo cómo es y, sobre todo, para vislumbrar el mundo que puede llegar a ser. La cita de Gramsci de las *Notas sobre Maquiavelo* que abre el prefacio alumbraba como un foco este libro inagotable, esta admirable aventura del conocimiento humano, este Cosmos –la comparación no es un descuido- de las desigualdades en el empleo y el trabajo y en la salud: “El problema de qué es el ser humano siempre se plantea como el problema de la así llamada ‘naturaleza humana’ o ‘del ser humano en general’; se intenta crear una ciencia del ser humano –un filosofía- cuyo punto de partida se basa primariamente en una ‘idea unitaria’, en una abstracción elaborada para contener todo lo que es ‘humano’. Sin embargo, la ‘humanidad’, como realidad y como idea, ¿es un punto de partida o un punto de llegada?”.

Probablemente sea un punto de llegada como lo es este admirable ensayo, fruto de muchos años de trabajo e investigación, que permite llegar, no para permanecer inmóviles sino para seguir avanzando ininterrumpidamente.

**Fonte: Rebelión.org**



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## **Neither maids neither family, always workers**

**(Nem domésticas nem familiares, sempre trabalhadoras)**

As dezenas de milhões de mulheres empregadas no serviço doméstico no mundo conquistaram legalmente o status pleno de trabalhadoras mediante o tratado adotado na passada quinta-feira (16) na cúpula anual da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Convênio, aprovado por maioria esmagadora na Conferência Internacional do Trabalho, que aconteceu em Genebra, declarou que são trabalhadores as empregadas e os empregados domésticos, ressaltou o diretor-geral da OIT, Juan Somavia. “Elas não são criadas nem membros da família”, ressaltou.

***Nem criados nem familiares, sempre trabalhadores***, este é o ponto de destaque do Convênio sobre as Trabalhadoras e os Trabalhadores Domésticos e foi o maior obstáculo durante as discussões, **disse Karin Pape**, coordenadora da Rede Internacional de Trabalhadoras do Lar (IDWN).

“Significa que não somos colaboradoras, (“Secretária” falam as patroas no nordeste brasileiro) criadas ou serventes. Naturalmente, nenhuma pode ser escrava. Somos trabalhadoras”, enfatizou Pape.

Somavia admitiu que, apesar de o Convênio receber a aprovação de 396 votos a favor, 16 contra e 63 abstenções, a tarefa não foi fácil. Margin Oelz, jurista da área de condições de trabalho da OIT, explicou que as dificuldades surgiram por se tratar de um tema novo, que tinha como protagonista um sector de trabalhadoras e trabalhadores excluídos em muitos países das legislações trabalhistas por razões históricas e também culturais.

Portanto, esse obstáculo precisava de ser superado e levou tempo. Basta recordar que a OIT, dirigida por um regime tripartite de governos, sindicalistas e empregadores, começou a cuidar do assunto em 1965. Agora, em tempo relativamente curto de dois anos, forjou-se o consenso, disse Oelz.

“Em primeiro lugar, vimos que muitos dos negociadores não concebiam o trabalho doméstico como um verdadeiro trabalho”, recordou. “Mas pudemos apoiar-nos na experiência de alguns países, como a África do Sul, que imediatamente depois do fim do regime de segregação racial do apartheid, em 1994, adoptou uma legislação para proteger as trabalhadoras domésticas”, explicou.

Com esses antecedentes, finalmente chegou-se ao texto aprovado, que reconhece a este grupo de trabalhadores a dignidade e o respeito que merece, acrescentou Oelz.

O Convênio aceita que o trabalho doméstico continua a ser subvalorizado e invisível, é realizado principalmente por mulheres e meninas, em grande parte imigrantes ou procedentes de comunidades desfavorecidas.

Trata-se de um sector particularmente vulnerável à discriminação em relação às condições de emprego e de trabalho, como também a outros abusos dos direitos humanos, diz o texto.

Numa estimativa baseada em dados obtidos em 117 países, a OIT calcula que chegue a, pelo menos, 53 milhões o número de mulheres, meninas e homens ocupados no trabalho doméstico no mundo.

Entretanto, devido à forma oculta com que frequentemente se realiza esta atividade, este número pode chegar a até cem milhões. Somavia afirmou que este novo Convênio vai ao coração da própria economia informal, sector onde o déficit de trabalho decente é mais acentuado. E as trabalhadoras domésticas não são exceção, ressaltou.

Por exemplo, estima-se que para 56% das trabalhadoras domésticas não existe uma legislação que estabeleça um limite para o período semanal de atividades que devem ser feitas e 45% carecem do direito a um dia de descanso semanal.

O Convênio obrigará os Estados que o ratificarem, e que ainda não incorporaram estas pautas à sua legislação, a conceder às trabalhadoras domésticas os direitos à liberdade sindical e de associação, bem como o reconhecimento da força da negociação coletiva.

Também deverão eliminar todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório, a discriminação em matéria de emprego e ocupação, e abolir efetivamente o trabalho infantil.

Os Estados diligenciarão para que as trabalhadoras domésticas sejam informadas sobre as condições de emprego, de preferência mediante contratos escritos que incluam os nomes do empregador e dos empregados, o tipo de trabalho a ser feito e a remuneração, o método de cálculo da mesma e a periodicidade dos pagamentos.

No contrato trabalhista constará, quando for o caso, o fornecimento de alimentos e alojamento, bem como as condições de repatriação, além de férias anuais pagas e os períodos de descanso diários e semanais.

O Convênio estabelece que os Estados-membros do tratado estão obrigados a estabelecer um mecanismo de inspeção do trabalho, com medidas que especifiquem as condições em que “se poderá autorizar o acesso ao lar, com o devido respeito à privacidade”.

Enfim, uma vitória com o reconhecimento das trabalhadoras domésticas, exclamou Isabel García-Gill, especialista da IDWN. Agora o trabalho doméstico cabe aos governos, com a ratificação e aplicação do Convênio, acrescentou.

Apenas um governo, o da Suazilândia, votou contra o projeto de convênio, enquanto se absteram os da República Checa, El Salvador, Grã-Bretanha, Malásia, Panamá, Singapura, Sudão e Tailândia.

A par da Suazilândia votaram contra o Convênio os representantes dos empregadores de 15 países, enquanto o único delegado dos trabalhadores que não votou a favor, abstendo-se, foi o do Egito.

Os governos de Arábia Saudita, Bahrein, Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Índia, Indonésia, Kuwait, Omã e Catar criticaram o caráter vinculativo do tratado durante as negociações, mas, finalmente, aderiram à maioria que aprovou o texto.

A secretária-geral da Confederação Sindical Internacional (CSI), Sharan Burrow, alertou na Conferência que o movimento operário continuará a denunciar as condições trabalhistas das trabalhadoras domésticas imigrantes nos países do Conselho de Cooperação do Golfo, em particular de Arábia Saudita, Bahrein, Emirados Árabes Unidos e Qatar.

Borrow, que classificou a Convenção como “uma grande vitória”, destacou que as trabalhadoras domésticas imigrantes no Golfo Pérsico sofrem opressão e violência. Estas mulheres procedem principalmente de Bangladesh, Etiópia, Filipinas, Índia, Indonésia e Sri Lanka, acrescentou.

Fonte: <http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=98440>



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

## RESUMOS DOS TRABALHOS

---

**IMIGRAÇÃO LABORAL INTRARREGIONAL: ILEGALIDADE E TRABALHO PRECÁRIO NOS COMPLEXOS TÊXTEIS-VESTUÁRIOS METROPOLITANOS.<sup>41</sup>**

**INTRA-REGIONAL LABOR IMMIGRATION: ILLEGALITIES AND PRECARIOUS WORK IN METROPOLITAN TEXTILE-GARMENT FACTORIES.**

*Beatriz Isola Coutinho – (UNESP/FCLAr)<sup>42</sup>.*

*Leila de Menezes Stein (UNESP)<sup>43</sup>*

### **Resumo:**

O presente trabalho intenta uma perspectiva comparativa das confecções de artigos de vestuário que se utilizam de trabalhadores estrangeiros na cidade de São Paulo e na cidade de Nova Iorque. Temos entre as hipóteses centrais, a tendente ampliação do setor assentado sobre a utilização de mão-de-obra imigrante ilegalizada e relações precarizadas de trabalho. Buscamos compreender o fenômeno a partir de mecanismos próprios às culturas imigratórias historicamente estabelecidas nessas metrópoles e nesse setor produtivo. Para tal, utilizamo-nos de uma revisão bibliográfica a respeito das migrações transnacionais de trabalhadores e da organização produtiva do setor. Esperamos constituir um instrumental teórico que contribua para o entendimento da temática e possibilite estabelecer aproximações entre a experiência brasileira e a experiência estadunidense.

**Palavras-chave:** Trabalho. Imigração. Setor Têxtil-vestuário.

---

<sup>41</sup> Versões preliminares deste artigo foram apresentadas oralmente no XXVIII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) realizado entre 6 e 11 de setembro de 2011 em Recife-PE, e no XII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) realizado entre 21 e 23 de setembro de 2011 em João Pessoa-PB.

<sup>42</sup> Mestranda do Programa de PG em Sociologia, Unesp campus de Araraquara/SP, bolsista CAPES.

<sup>43</sup> Bolsista CNPq Produtividade Pesquisa 2. Programa de PG em Sociologia, Unesp, campus de Araraquara.

## ARTICULAÇÕES ENTRE A FLASKÔ E A VILA OPERÁRIA E POPULAR: INTERFACES ENTRE TRABALHO E MORADIA

## ARTICULATIONS BETWEEN THE FLASKÔ AND THE POPULAR AND WORKER'S VILLAGE: INTERFACES BETWEEN WORK AND HOUSING

*Caroline Cristiane de Sousa*<sup>44</sup>

*Marcia Hespanhol Bernardo*<sup>45</sup>

### Resumo

Este trabalho é o relato de uma pesquisa, ainda em andamento, realizada no contexto composto por uma fábrica ocupada e sob controle operário e também pela chamada Vila Operária e Popular, uma ocupação urbana, construída no entorno dessa fábrica. Com este estudo pretende-se avaliar as repercussões da proposta de ocupação da fábrica, não apenas no interior dessa unidade produtiva, mas também em seu entorno, tomando como objeto de estudo as relações estabelecidas entre a fábrica e a comunidade da Vila Operária e Popular. A metodologia utilizada na pesquisa é a etnografia e, portanto, realizamos observações participantes e registros em diário de campo sobre situações da vida cotidiana no contexto estudado. Como resultados preliminares, destaca-se a importância do vínculo observado entre a fábrica ocupada e a Vila, pois essa articulação mostrou-se fundamental, tanto para a manutenção da fábrica, quanto para as conquistas da Vila Operária e Popular.

**Palavras-chave:** fábricas ocupadas, trabalho, ocupações urbanas, direito à moradia.

### Abstract

The present study is the register of an ongoing research carried out in the context consisting in an occupied factory, under workers control, and the so called "Worker and Popular Village", an urban occupation, built around this factory. This study intends to assess the repercussions of the factory occupation, not only within this productive unit, but also its surroundings, taking as object of study the relationships established between the factory and the community of the "Worker and Popular Village". The method adopted in this research is ethnography and therefore, participant observations of the daily situations within the studied context took place along with field journal records. As preliminary results the importance of the observed bond between the occupied factory and the Worker Village is highlighted, for

---

<sup>44</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCCAMP. Grupo de pesquisa - Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social.

<sup>45</sup> Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCCAMP. Grupo de pesquisa - Trabalho no contexto atual: estudos críticos em Psicologia Social.

this articulation proved itself key to maintaining the factory, as well as to the accomplishments of the Worker and Popular Village.

**Key words: occupied factory, work, urban occupations, right to housing.**

**GÊNERO E INVISIBILIDADE:** O trabalho das Mulheres Agricultoras em Barro Alto, Coari – AM

*Solange Pereira do Nascimento UEA/AM*  
*Iraildes Caldas Torres – UFAM/AM*

## **RESUMO**

O roçado no sistema produtivo da Amazônia onde são produzidos os gêneros alimentícios tanto para a sobrevivência da família quanto para a comercialização é considerado *locus* de trabalho dos homens. Esta pesquisa foi realizada na Comunidade Nossa Senhora de Nazaré do Barro Alto, no Município de Coari, no Amazonas, com vinte e seis mulheres ouvidas sob a técnica de entrevista semiestruturada. Dentre os principais fatores constatados verificou-se que, embora as mulheres realizem todo o trabalho da roça e da cadeia produtiva da mandioca, com exceção do trabalho de derrubada e roçagem da mata, elas figuram como coadjuvantes de seus maridos. Conclui-se, então, que no âmbito da Sociologia do trabalho as mulheres continuam na invisibilidade de enquanto trabalhadoras da agricultura. O significado social do trabalho das mulheres é bem mais diversificado do que geralmente podemos supor. Elas figuram nesta pesquisa como os sujeitos responsáveis da manutenção de suas famílias na mesma proporção que seus companheiros.

**Palavras Chave:** Gênero, Agricultura, Amazônia

## **ABSTRACT**

The brushed in the productive system of the Amazon where they are produced food stuff both for the survival of the family and to market is considered the locus of men's work. This research was conducted in the Community of Our Lady of Nazareth Barro Alto, in the city of Coari, Amazonas, with twenty six women interviewed in a semistructured interview technique. Among the main factors found that although women perform all the work on the farm and the chain of production of cassava, with the exception of the work of cutting and weeding of the forest, they appear as adjuncts of their husbands. It follows, then, that within the sociology of work women continue working while the invisibility of agriculture. The social significance of women's work is far more diverse than we can generally assume. They appear in this survey as the individuals responsible for maintaining their families in the same proportion as their fellow.

**Key-words:** Gender, Woman, Amazonia

**DA SOLIDARIEDADE DE CLASSE À ASSOCIAÇÃO DE PRODUÇÃO:  
trajetórias autogestionárias nas fábricas recuperadas.**

*Raquel Aragão Uchoa Fernandes  
Maurício Sardá de Faria<sup>46</sup>*

**Resumo**

A partir da compreensão da importância do trabalho na estruturação das identidades e do ser social, esta proposição reflete sobre o problema da autogestão da produção enquanto diretriz organizativa assumida por homens e mulheres e estratégia de resistência à forma de produção do capital. Com isso, pretende-se evidenciar como as fábricas recuperadas se configuram em experiências singulares e transformadoras no cotidiano de trabalho, apreendidas através das histórias individuais e coletivas, conferindo lugar especial ao saber construído pelos atores das experiências. Como proposta metodológica, o texto analisa as trajetórias de trabalhadores/as que participam dessas experiências de organização autogestionária. Enquanto síntese de pesquisas realizadas e em andamento sobre esta temática, pretende-se situar a autogestão enquanto processo sócio-histórico e cultural concreto e significativo na elaboração de uma narrativa sobre os mundos do trabalho.

**Abstract**

From the understanding of the importance of work in the structuring of identities and social being, this proposition reflects on the problem of self-management of production as organizational form taken by men and women and a strategy of resistance to the form of capital production. Thus, it is intended to show how the recovered factories are configured in unique and transformative experiences in their daily routine, learned through individual and collective histories, giving special place built by the actors to learn from experiences. As a methodological approach, the text analyzes the trajectories of male / female workers who participate in these experiences of self-managed organization. As a synthesis of research

---

<sup>46</sup> *Raquel Aragão Uchoa Fernandes* é Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)/ email:aragaouchoa@hotmail.com. Desenvolve pesquisa de doutorado sobre as trajetórias das empresas recuperadas, a partir da experiência da Fábrica FACIT, em processo de autogestão desde 1994. *Maurício Sardá de Faria* é Professor da Universidade Federal da Paraíba, Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)/email:mausarda@yahoo.com.br.

conducted and in progress on this issue, the proposal is the result of academic and professional authors, placing the self-management process as a socio-historical and cultural conditions and significant in developing a narrative about the worlds of work.

## **SEXUAL DIVISION OF LABOR**

### **A Comparative Analysis of the Economic and Sociological Theories**

*Erika Osakabe Asbahr<sup>47</sup>*

*Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP*

Studies on the sexual division of labor are gaining more space in the economic and sociological debates in recent decades. In general, the surveys were proposed to show the differences in the behavior of men and women on the labor market and the division of household chores in the family. This paper aims to regain some theoretical discussions on the distribution of work in the family to show that regardless of the currents that analyze the act itself, women are in disadvantaged position in relation to man, both in employment and in the functions performed at home. To achieve the objectives of this research was conducted a literature review of mainstream economic and sociological studies and discussed that topic and discuss the sexual division work.

#### **Resumo**

Estudos sobre a divisão sexual do trabalho têm ganhando cada vez mais espaço nos debates econômicos e sociológicos nas últimas décadas. De um modo geral, as pesquisas realizadas se propuseram a mostrar as diferenças no comportamento dos homens e das mulheres diante do mercado de trabalho, bem como a divisão das tarefas domésticas na família. Esse texto visa a retomar algumas discussões teóricas sobre a distribuição do trabalho na família de forma a mostrar que, independentemente das correntes que analisam o fato em si, as mulheres se encontram em posição desfavorecida em relação ao homem, tanto no mercado de trabalho quanto nas funções exercidas no ambiente doméstico. Para se alcançar os objetivos desta pesquisa foi realizada uma revisão teórica das principais correntes e estudos sociológicos e econômicos que discutiram e discutem o tema divisão sexual do trabalho.

---

<sup>47</sup> Aluna do programa de doutorado em Economia Aplicada do Instituto de Economia – IE da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas). E-mail para contato: [erikaosakabe@gmail.com](mailto:erikaosakabe@gmail.com)

## **SOFRIMENTO MENTAL NO TRABALHO E GESTÃO - A (CO) RELAÇÃO ENTRE ESTES ELEMENTOS**

### **MENTAL SUFFERING AT WORK AND MANAGEMENT - The (CO) relationship between these elements**

*Alzira Guarany<sup>48</sup>  
ESS/UFRJ e UVA/RJ*

#### **RESUMO**

O objetivo da pesquisa foi identificar quais elementos estariam implicados na resistência do trabalhador ao sofrimento no trabalho, a partir de um estudo empírico e uma revisão histórica e teórica. Percebeu-se que só se levando em conta as diversas clivagens e mediações que agem e interagem no ambiente laboral, é que poderemos estabelecer quais elementos podem ter impacto no processo de resistência ao sofrimento do trabalho. No universo sobre o qual a pesquisa foi realizada e com vários elementos específicos conformando sua dinâmica organizacional, encontramos a gestão como um dos diferenciais centrais na luta pela saúde mental dos trabalhadores diante do sofrimento. Uma gestão mais participativa e democrática, o reconhecimento pelo gestor e pela instituição do papel de cada um na organização e na dinâmica do trabalho provou ser o elemento mais importante e que fazem diferença na relação trabalho e sofrimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho, sofrimento mental, gestão participativa

#### **ABSTRACT**

This study aims at identifying the elements associated to worker's resistance to labor suffering, based on an empirical research from a historical and theoretical careful revision, it was possible to perceive that only taking into account the several cleavages and mediations which act on and interact with each other in a specific labor environment, since the most structural to the micro-social and organizational elements, it is possible to establish which elements may have impact on the resistance process to labor suffering in this environment. In the universe under investigation, of statutory university library workers' teams with several specific elements shaping their organizational dynamics, it was possible to affirm that management was the central differential in the struggle for the worker's mental health against labor suffering. The practice of a participant and democratic management and the manager and the institution's acknowledgement of each one's role in the labor organization and dynamics, adopted by some of the investigated teams, have shown to be the main elements

---

which have made a significant difference in the development of a healthier relationship to work activities and in coping with the structural and contextual challenges and impacts inherent to those specific labor conditions.

**KEY WORDS:** work, suffering and democratic management.

## **GÊNERO E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO: UMA ANÁLISE DO SETOR DE TI<sup>49</sup>**

*Bárbara Castro, Unicamp<sup>50</sup>*

### **Resumo**

O setor da tecnologia da informação (TI) surge durante a reestruturação produtiva, quando o mercado de trabalho brasileiro passou pela flexibilização dos direitos trabalhistas e pelo aumento da participação das mulheres. Apesar de o setor acompanhar essa primeira tendência, pois elevada parcela de seus trabalhadores possuem vínculos atípicos de trabalho, a segunda não corresponde à sua realidade: apenas 19% dos trabalhadores do setor são mulheres. A partir desses dados, este trabalho se propõe a entender de que maneira a flexibilização aparece para as mulheres do setor. Para tanto, desenho o perfil dos profissionais por meio da análise dos micro dados da PNAD 2009.

**PALAVRAS-CHAVE:** flexibilização, gênero, setor de TI

### **Abstract**

The sector of information technology (IT) emerged during the productive restructuring, in the 1990's, when the Brazilian labor market experienced a change in its features, with flexible work laws and an increasing in the participation of women on it. Although following the first trend, because a significant portion of IT workers have atypical working contracts, the latter trend does not match IT sector reality: only 19% of its workers are women. With this data in hands, I propose to understand how the flexibilization appears to women in this industry. I will trace a profile of IT workers with the help of brazilian official statistics (micro data from PNAD 2009).

**KEY WORDS:** flexibilization, gender, IT sector

---

<sup>49</sup> A pesquisa de tese da autora é financiada pela Capes e é desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unicamp, com período sanduíche na The Open University (Milton Keynes, Reino Unido). Este artigo reúne um conjunto de reflexões apresentadas originalmente no XII Encontro da ABET (realizado entre 21 e 23 de setembro de 2011, na cidade de João Pessoa-PB, na Universidade Federal da Paraíba-UFPB) e no XV Congresso Brasileiro de Sociologia (realizado entre 26 e 29 de julho de 2011, na cidade de Curitiba-PR, na Universidade Federal do Paraná-UFPR).

<sup>50</sup> Contato: bacastro@gmail.com

## TRABALHO, FLEXIBILIZAÇÃO E GÊNERO NO SETOR DE TELEATENDIMENTO

*Taís Viudes de Freitas*<sup>51</sup>

### **Resumo**

O presente artigo tem como tema central as relações entre trabalho, flexibilização – sobretudo em relação à jornada de trabalho – e gênero. Seu objetivo consiste em identificar o modo como a divisão sexual do trabalho, nos dias de hoje, se configura na esfera produtiva. Toma-se como base de análise o setor de teleatendimento, por ser esta uma profissão em franca expansão e que, cada vez mais, incorpora a força de trabalho feminina. Em seguida, serão analisados os modos como a flexibilização da jornada de trabalho, tão em voga na sociedade atual e recorrente no setor de teleatendimento, interfere na organização estabelecida nas demais esferas da vida das trabalhadoras, como lazer, estudos e o trabalho doméstico e de cuidados. Assim, procura identificar a relação entre esfera da produção e da reprodução, apontando o modo como ela contribui para o reforço da divisão sexual do trabalho.

### **Abstract**

The subject matter of this article is the relationship between work, flexibilization – regarding mainly to working time - and gender. Its objective is to identify how sexual division of labor configures, nowadays, the productive sphere. The basis for the analysis is the call center sector, because it is an occupation in expansion and that increasingly incorporates the female labor force. Then, the ways in which the flexibilization of the working time, recurrent in call centers, interferes with the organization of other spheres of women workers' life – such as leisure, studies and domestic and care work – will be examined. Thus, it tries to identify the relationship established between the sphere of production and reproduction, pointing the way in which it contributes to the reinforcement of sexual division of labor.

---

<sup>51</sup> Universidade Estadual de Campinas. E-mail de contato: taisvf@yahoo.com.br



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online

---

## REFERÊNCIAS LITERÁRIAS

---

### Panel de Revistas Literarias

#### La Ciudad Literaria

[http://www.brown.edu/Departments/Hispanic\\_Studies/Juliortega/](http://www.brown.edu/Departments/Hispanic_Studies/Juliortega/)

Julio Ortega nos construye la ciudad literaria sin avenidas principales. Contiene un mapamundis de letras que te esperan.

#### RELIM

<http://www.relim.com>

La Revista Electrónica de Literatura Mexicana (RELiM) es un espacio abierto para los escritores de habla hispana y para todos los artistas en general. Alberga en sus páginas poemas, cuentos, ensayos, críticas y reseñas, así como enlaces con otros lugares de la red dedicados a la literatura. Ofrece también una sección para los escritores en ciernes.

#### El Mundo del Cuento

<http://www.elcuento.com>

El Mundo del Cuento es una ventana abierta a la imaginación. Estamos invitados a leer y a participar en esta selecta cultural.

#### Expoescritores

<http://www.expoescritores.com>

Un espacio virtual con toda la información que le interesa al escritor. El español, lengua materna del mayor número de países en el mundo, merece tener una presencia significativa en la Red porque es el medio más idóneo para intercomunicar a dichas naciones y a los que escriben en castellano, pero viven en lugares que hablan otros idiomas.

**Luke**

<http://www.espacioluke.com>

Y nos dijeron: LUKE es una revista virtual de literatura y creación contemporánea, de arte que apuesta por la opinión libre, una revista que persigue el compromiso del individuo con la sociedad en la que vive y el reflejo del artista moderno con aquello que le rodea.

**Los Amigos de lo Ajeno**

<http://www.amigosdeloajeno.org>

Esta es la versión electrónica de Los Amigos de lo Ajeno (LAA), revista de poesía latinoamericana editada y distribuida en Costa Rica y Argentina. En octubre de 1998 nuestro primer número impreso empezó a deambular por los canales subterráneos de San José y Buenos Aires. A lo largo del camino se han acercado, como traficantes, como amigos, otras publicaciones "duras" y virtuales de Argentina, Nicaragua, Uruguay, Ecuador, Colombia, México y España.

**Códice**

<http://www.codice.arts.ve>

En Ciudad Guayana, Venezuela, nos aparece esta página de Arte y Literatura...Carlos Yusti controla el vuelo y Yuri Valencillo atrapa los colores. Miremos la bella sorpresa.

**desHora**

<http://www.deshora.com.co>

DESHORA, Revista de Poesía y la regalan desde Colombia. Un vuelo que llega a punto y coma.

**Mecenas**

<http://www.cayomecenas.com/>

Revista de Arte Iberoamericano. Nos ofrece un viaje hacia la paz y VAMOS.

**La-lectura.com**

<http://www.la-lectura.com>

La-lectura.com es un sitio dedicado a la promoción de las letras y la lectura de textos en castellano, cuyo objetivo final es exclusivamente la difusión y no el lucro.

**divague.com**

<http://www.divague.com>

Una revista cargada de palabras... Divague es más que palabras. Estamos todos invitados a viajar por esa interesante labor.

### **Poesía.org**

<http://www.poesia.org>

Te invitamos a esta página que nos dice: Amigo, tienes un capital entre tus manos: la palabra, claro de tierra; el poema, alma de la tierra; la poesía, paso de la tierra. Crezcamos juntos. Cruzemos el umbral de la nostalgia... Todos.

### **Estación Poética**

<http://estacionpoetica.perucultural.org.pe/>

Una vez que entras a esta página de creación poética peruana...o subes al tren o quedas estática(o).

### **Portal de Poesía**

<http://www.portaldepoesia.com>

Invita Portal de Poesía a una visita por estilos y otras yerbas literarias. Aaaaah los haikues!

### **El Cocodrilo**

<http://www.geocities.com/cocodril.geo/index.html>

El Cocodrilo Poeta Virtual, revista que nos prube que la la labor poètica no es una quimera.

### **El Ebro**

<http://www.fut.es/~mpl/elebro/>

Esta revista también es tuya...El siglo XXI será con poesía. !Oh no será!

### **La Ventana**

<http://personal.redestb.es/pcampos/index.htm>

Pedro C. Campos nos dice desde su cultural página: Esta es tu ventana. Una ventana al mundo interior. En ella podrás encontrar poesía, relatos, sueños... Si te gusta algo de lo que veas me alegraré mucho, si no te gusta nada :( pero te da que pensar, habrá valido la pena. Disfrútala es para ti.

### **Poesía Argentina**

<http://www.poesiaargentina.8k.com>

Esta libertad cultural está destinada a difundir distintas voces (diversas estéticas) dentro de la poesía en castellano. Hay también un área para letras de canciones. Las posibilidades

que ofrece este espacio son las de acercarse a conocer lo que está incluido en cada una de las páginas o que sea usted quien nos envíe lo que desea divulgar.

### **Poesi.as**

<http://www.poesi.as>

Una página de poetas, un buscador de primera, enlaces literarios...un kilo de seriedad y haga clic para encontrar poetas contemporáneos.

### **Literatura Argentina Contemporánea**

<http://www.literatura.org>

Una linda lista de escritores desordenados entre la letra A a la CHEta. Elena y Ernesto comparten su labor cultural, fotos, afiches, cuentos superactivos y amistad.

### **Zapatos Rojos**

<http://www.zapatosrojos.com.ar>

Esta Revista Cultural cuenta con una porfiada Biblioteca de POETAS y una buena cantidad de calzados. Camina por esta buena noticia de poetas.

### **El rey está desnudo**

<http://www.cyberus.ca/~elrey/>

Revista de literatura, única y eterna, un poco satírica y más bien irónica para la dolorosa tarea de pensar...Si usted es especialista en literatura, sáquese la corbata antes de penetrar en este urbanismo y si eres simplete, ponte la corbata para pasar `CHEz` pablismo.

### **Stand@rtes**

<http://www.estandarte.com>

Presenta tu obra en la primera revista literaria dedicada a la presentación y crítica de obras de todo tipo de autor. StandArtes te presenta a los editores.

### **Almiar**

<http://www.margencero.com>

El Grupo Margen Cero de Madrid participa culturalmente y aporta con esta revista cultural de ejemplar apertura.

### **Claroscuro**

<http://es.geocities.com/revistaclaroscuro/index.html>

Revista Literaria desde Chile...El fin del mundo.

**Entreamigos**

<http://www.entreamigos.com>

Entreamigos. Edita la poeta Lina Zerón. Esta página es un espacio dedicado a la poesía y algo más. Latinos en París, índice de poetas, poemas del día, etc.

**México Volitivo**

<http://www.mexicovolitivo.com>

Desde México esta revista salta al mundo con: Bienvenidos seáis al hogar de la voluntad hecha palabra. Donde lo poeta ha sido el fin transcendido sin eliminar la poesía.

**Literaturas.com**

<http://www.literaturas.com>

Ignacio Fernández es el director de esta nueva aventura literaria española. Todo un grupo de creadores aportando en este otro siglo.

**alkionehoxe**

<http://es.geocities.com/alkionehoxe>

Revista internacional de poesía y recursos anticapitalistas. Textos y poemas en castellano, galego y portugués.

**Poesíasalvaje**

<http://www.poesiasalvaje.com>

Desde el barrio de Valencia. Espacio común de poesía, cuentos, videos, música y otras salvajadas. Un nido de originalidad. Allí se nos asegura que la belleza se rebela cada día.

**Cultural Virtual Argentina**

<http://www.poesia.com>

Poesía latinoamericana y libros. En línea desde 1996. Crítica literaria, poemas del día, poemas al azar, kiosco literario, foro de poesía, chat, artículos, etc.

**Revista virtual de Arte y Cultura.**

<http://www.escaner.cl>

Revista abierta al mundo de Artes y Letras. Además, cuenta con un servicio de Arte y Cultura para la gente y para el Arte y la cultura de todos. A granel.

**Literatura chilena en Internet.**

<http://www.escritores.cl>

Todo un equipo de colaboradores y Ernesto Langer como director, paseando la literatura chilena por el Globo.



# ariús

Revista de Ciências Humanas e Artes

ISSN 0103-9253 versão impressa – ISSN 2236-7101 versão online